



Ofício nº 1.780/2016/CGACI/DRPSP/SPPS/MF

Brasília-DF, 6 de dezembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ VICENTE DE MEDEIROS
Prefeito do Município de Montes Claros - MG
Avenida Cula Mangabeira, nº 211- Centro
CEP 39401-002 - **Montes Claros- MG**

Assunto: Auditoria no Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município.

Senhor Prefeito,

1. Cumprimentando-o mui respeitosamente, servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência o anexo **DESPACHO DE JUSTIFICATIVAS-DJ Nº 295/2016/DRPSP/SPPS/MF** proferido nos autos do Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 259/2015.
2. Outrossim, informamos que **JUSTIFICATIVAS DE REGULARIZAÇÃO** serão recepcionadas na forma estabelecida pelo artigo 17, *caput*, da Portaria MPS nº 530, de 24 de novembro de 2014.

Respeitosamente,

ALLEN ALBERT RODRIGUES

Coordenador-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos

Gilberto Peretra
Coordenador-Geral de Auditoria, Atuária,
Contabilidade e Investimentos - Substituto
MF/SPPS/DRPSP/CGACI

Enviar cópia ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC.

DESPACHO DE JUSTIFICATIVAS-DJ Nº 295/2016/DRPSP/SPPS/MF

ENTE FEDERATIVO:	Município de Montes Claros - MG
CNPJ:	22.678.874/0001-35
ENDEREÇO:	Avenida Cula Mangabeira, nº 211 - Centro
CEP:	39400- 114
UNIDADE GESTORA:	Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC
CNPJ:	66.489.741/0001- 96
ENDEREÇO:	Rua Viúva Francisco Ribeiro, 150 - Centro
CEP:	39400- 114
PROCESSO:	Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 259/2015.

Ementa: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS. APRECIACÃO DE DEFESA APÓS DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF QUE DEVOLVEU PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO QUANTO AO CRITÉRIO UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS - DECISÃO ADMINISTRATIVA. **IRREGULARIDADES SANADAS QUANTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO - PAP Nº 259/2015.**

1. Critério "*Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*": **MANTER**, no CADPREV, o *status* do Ente Federativo na condição de **IRREGULAR**.
2. Critério "*Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*": as irregularidades foram sanadas quanto ao PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO - PAP nº 259/2015: **NO ENTANTO**, deverá ser mantido o *status* do Ente Federativo como **IRREGULAR** no mencionado critério, tendo em vista que o Município já se encontra nessa condição em decorrência de decisões exaradas no Processo Administrativo Previdenciário - PAP Nº 061/2005, por meio da DECISÃO-NOTIFICAÇÃO MPS/SPS/DRPSP/CGAAI Nº 051/2006 e DECISÃO DE RECURSO - DR MPS/SPS Nº 053/2006, decisões estas que se encontram reproduzidas nos subitens 14.6.1.1.1 e 14.6.1.1.2 da DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF.
3. Critério "*Escrituração de acordo com o Plano de Contas*": **ALTERAR**, no CADPREV, o *status* do Ente Federativo de **IRREGULAR** para **REGULAR**.
4. **Enviar** o presente Despacho ao representante legal do Ente Federativo; com cópia para o gestor do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC, para conhecimento.
5. **Enviar** uma cópia do presente Despacho para a Coordenação de Auditoria, a título de SUBSÍDIO ao próximo trabalho de auditoria junto ao RPPS em questão, tendo em vista o contido no item 10 e subitens do presente Despacho.

RELATÓRIO

1. Trata-se de auditoria realizada junto ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de **MONTES CLAROS - MG**, por Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, devidamente credenciados pelo Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP, no exercício das atribuições definidas no artigo 9º da Lei nº 9.717, de 27/11/1998; no artigo 11, §§ 3º e 4º da Lei nº 11.457, de 16/03/2007; no Decreto nº 6.131, de 21/06/2007; e art. 29, caput e §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, e suas alterações posteriores.

2. Averiguadas as normas e a documentação concernentes ao Regime Próprio de Previdência Social *sub examine*, a auditoria apontou práticas levadas a efeito em desacordo com a legislação atinente aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS ou omissão no seu cumprimento, por falta de medidas essenciais para a sua regularização junto ao então Ministério do Trabalho e

Previdência Social - MTPS. Em consequência, foi lavrada a NOTIFICAÇÃO DE AUDITORIA-FISCAL - NAF Nº 0239/2015 e seu anexo RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECÍFICA DE CUSTEIO (docs. de fls. 01/55).

3. A NOTIFICAÇÃO DE AUDITORIA-FISCAL - NAF Nº 0239/2015 e seu relatório, em face de IMPUGNAÇÃO, foram analisados e julgados em primeira instância administrativa, por meio da DECISÃO NOTIFICAÇÃO - DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF.

4. O representante legal do Ente Federativo impetrou RECURSO à DECISÃO NOTIFICAÇÃO - DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF, conforme documentação acostada aos autos às fls. 311/731 dos autos. Em consequência do RECURSO apresentado foi lavrada a DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF que reformou a DECISÃO NOTIFICAÇÃO - DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF, reabrindo ao Ente Federativo o prazo para defesa quanto ao critério *Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*.

4.1. Por meio da DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 057/2016/DRPSP/SPPS/MF a DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF foi reformada parcialmente, a fim de explicitar o decisório quanto a não implementação da segregação de massas no Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município.

4.1.1. A seguir reproduzimos trecho da citada DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 057/2016/DRPSP/SPPS/MF explicitando a questão quanto à segregação de massas no Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município.

(...)

“24.1.35. Assim, implementada a segregação da massa, com a efetiva separação orçamentária, contábil e patrimonial dos Planos Financeiro e Previdenciário, entende-se que o RPPS apresenta equilíbrio financeiro e atuarial quando ambos os planos instituídos operam conforme as normas que lhes são aplicáveis, realizando o propósito que se buscou com a separação dos segurados em dois grupos específicos.

24.1.36 Esse equilíbrio geral do RPPS em que tenha sido implementada a segregação da massa e que consubstancia o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, é, portanto, verificado quando:

(i) o RPPS é dotado de um Plano Previdenciário e de um Plano Financeiro que vinculam as respectivas massas de segurados conforme modelo de corte estabelecido na legislação do ente federativo, observadas as alternativas de alocação dos segurados constantes do § 1º do art. 20 da Portaria MPS nº 403, de 2008;

(ii) foram instituídas, em lei, as alíquotas de contribuição previstas na avaliação e reavaliações atuariais de cada Plano; e,

(iii) a organização e o funcionamento do Plano Previdenciário e do Plano Financeiro atendem aos demais parâmetros e diretrizes gerais previstos na legislação federal a eles aplicáveis, mormente no que se refere à observância da vedação de transferência de segurados, recursos e obrigações entre os Planos, no que pertine aos regimes financeiros que devem ser adotados por cada um deles e no que diz respeito ao atendimento dos requisitos e condições para a eventual alteração na segregação implementada.

24.1.37 É desse conjunto ampliado de posturas e iniciativas, que devem ser adotadas pelos regimes próprios de previdência social, que se incorpora, no conceito da equação fundamental preconizada pela Constituição Federal, a noção de equilíbrio geral do sistema aqui tratado, moldando os vários aspectos que deverão ser observados para o reconhecimento da regularidade previdenciária em relação ao critério relativo ao “*Equilíbrio Financeiro e Atuarial*”, aspectos que desbordam da mera relação de equivalência entre receitas e obrigações, para abranger as condições necessárias a que essa equivalência seja, de fato, alcançada, incluindo-se aí, no caso da segregação de massas a sua efetiva implantação que se opera mediante as condições indispensáveis exigidas pela norma, incluída a efetiva separação

orçamentária, contábil e patrimonial dos Planos Financeiro e Previdenciário, haja vista que sem essa separação não se opera a segregação de massas no âmbito do RPPS.

24.2. No caso da segregação da massa do RPPS em questão verificou-se que a não separação orçamentária, contábil e patrimonial dos Planos Financeiro e Previdenciário, decorre também do fato de ter sido estabelecido um parâmetro de divisão que não atende à modelagem prevista na Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS.

24.2.1. Essa modelagem pressupõe que, para garantia do equilíbrio financeiro e atuarial, a massa que ficará sob o regime de financiamento de repartição simples, de responsabilidade do Tesouro, seja fechada à entrada de novos participantes, possuindo critério objetivo de separação, que não se sujeite à variáveis e projeções determinadas na avaliação atuarial.

24.2.2. Ou seja, para garantir a transição para um modelo de capitalização, a definição dos participantes que ficarão no plano financeiro, de regime de repartição simples, não pode possuir critério que possa variar ao longo do tempo.

24.2.3 A Lei Complementar nº 008/2006 do Município previu a segregação da massa nos seus artigos 82 e 83, **com data de corte na data de sua publicação**, NO ENTANTO, a segregação da LC nº 008/2006 não foi implementada e foi alterada pela Lei Complementar nº 017/2009, que acrescentou o artigo 84-A na LC 008/2006:

"Art. 84-A Para fins do plano de custeio estabelecido nesta Lei, os segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Montes Claros ficam divididos em dois grupos:

I - Grupo I - Composto pelos servidores aposentados em gozo de benefício na data de publicação desta lei e seus respectivos dependentes, pelas pensionistas em gozo de benefício na data de publicação desta lei e pelos servidores ativos que implementarem os requisitos para a concessão de aposentadoria voluntária antes de 1º (primeiro) de janeiro de 2020 (dois mil e vinte), ainda que venham a entrar em gozo de benefício de aposentadorias pelas demais hipóteses previstas nesta Lei, bem como por seu respectivos dependentes.

II - Grupo II - Composto pelos servidores ativos cuja data esperada em que atingirão o direito à aposentadoria voluntária ou compulsória será a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2020 (dois mil e vinte) e respectivos dependentes."

24.2.4. Primeiramente, a segregação de massa com corte em data futura não era e não é admitida pelas normas vigentes (PT MPS 403/2008, § 1º do artigo 20 na sua redação original e alterada). Apesar de, tecnicamente, a previsão contida na lei de que os servidores que se aposentaram voluntariamente até janeiro de 2020, possa contemplar uma situação futura para os servidores que já estivessem em atividade quando da publicação da LC 008/2006, não propriamente apenas uma data futura esta previsão carrega incertezas e projeções que fazem com que o modelo não separe com propriedade os riscos para a composição das massas. Primeiro, novos servidores podem vir a ingressar na municipalidade e terem datas projetadas para aposentadorias até janeiro de 2020, portanto, o Plano Financeiro não é formado por um grupo fechado, em extinção, somente em 2020 estaria de fato fechado.

24.2.5 Segundo, porque se trata de "data esperada" da aposentadoria para os atuais servidores e para aqueles que virem a ingressar. Para determinar a data esperada da aposentadoria são realizadas anualmente as avaliações atuariais, fundamentadas em estudos de projeções do comportamento das receitas e despesas do plano. Essas projeções são condicionadas pela base cadastral (pelos valores das idades, tempo de contribuição, tempo de serviço público, sexo, remuneração, tipo de cargo, entre outros, relativos aos que já ingressaram) e pela base técnica (metodologias utilizadas pelo atuário, premissas atuariais, que envolvem variáveis econômicas, demográficas, como as de mortalidade e invalidez, e inerentes à própria massa, tal como, o comportamento da aposentadoria em relação ao cumprimento das regras de elegibilidade). Tanto a base cadastral quanto a base técnica são alteradas anualmente nos cálculos e sua aderência também deve ser continuamente avaliada, pois se projetam datas esperadas de aposentadoria que podem não se concretizar.

24.2.6 PORTANTO, na prática a LC 017/2009 revogou os dispositivos da LC 008/2006 que tratavam da segregação de massa ao prever (em desacordo com as normas) segregação da massa com corte em data futura e que pode prover ao longo do tempo alteração na composição dos dois Planos (Previdenciário e Financeiro), o que contraria a norma:

Portaria MPS nº 403/2008 (redação original e alterada)

Art. 20. Na hipótese da inviabilidade do plano de amortização previsto nos art. 18 e 19 para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS, será admitida a segregação da massa de seus segurados, observados os princípios da eficiência e economicidade na realocação dos recursos financeiros do RPPS e na composição das submassas, e os demais parâmetros estabelecidos nesta Portaria. (Nova redação dada pela **PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013**)

Redação original:

~~Art. 20. Alternativamente ao plano de amortização previsto nos art. 18 e 19, o ente federativo poderá optar pelo equacionamento do déficit atuarial do seu RPPS por intermédio de segregação da massa de seus segurados, observados os parâmetros estabelecidos nesta Portaria.~~

§ 1º A segregação da massa existente na data de publicação da lei que a instituir poderá tomar por base a data de ingresso do segurado no ente federativo na condição de servidor titular de cargo efetivo vinculado ao RPPS, a idade do segurado ou a sua condição de servidor em atividade, aposentado ou pensionista, admitindo-se a conjugação desses parâmetros, para fins de alocação dos segurados ao Plano Financeiro e ao Plano Previdenciário. (Nova redação dada pela **PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013**)

Redação original:

~~§ 1º A segregação da massa deverá tomar por base a data de ingresso do segurado no ente federativo, na condição de servidor titular de cargo efetivo vinculado ao RPPS, não podendo a data de corte ser superior a data de implementação da segregação.~~

§ 2º O Plano Financeiro deve ser constituído por um grupo fechado em extinção sendo vedado o ingresso de novos segurados, os quais serão alocados no Plano Previdenciário. (Nova redação dada pela **PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013**)

§ 4º A proposta de segregação da massa dos segurados do RPPS deverá ser submetida à aprovação da SPPS, acompanhada da avaliação atuarial e justificativa técnica apresentada pelo ente federativo. (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)

§ 5º A justificativa técnica de que trata o parágrafo anterior deverá demonstrar a viabilidade orçamentária e financeira da segregação para o ente federativo, por meio dos fluxos das receitas e despesas do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, inclusive os impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)

§ 6º Não serão admitidos como forma de equacionamento do déficit atuarial quaisquer outros modelos de agrupamentos ou desmembramentos de massas ou submassas de segurados ou a adoção de datas futuras, que contrariem o disposto neste artigo. (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)

24.2.7 DO EXPOSTO, e em não havendo sequer lei em vigor no período auditado que estabeleça a segregação da massa de acordo com as normas vigentes (Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008), É DE SE CONCLUIR que não existe de direito a segregação de massa no RPPS em questão. Em não havendo a segregação de massa devidamente prevista em lei, de acordo com o que determina a Portaria MPS nº 403/2008, não há que se cogitar de implementação de segregação de massa que sequer existe legalmente.

25. POR DERRADEIRO, esclareça-se que o Ente Federativo permanecerá com sua situação irregular no "Critério *"Equilíbrio Financeiro e Atuarial"*, em face de sanção decorrente da Notificação de

Irregularidade Atuarial - NIA nº 0376/2011 e DESPACHO DE ATUÁRIA MPS/SPPS/DRPSP/CGACI Nº 0615/2015, isso feito enquanto não for solucionada a questão da segregação de massas, incluindo a edição de norma legal do Município prevendo a sua instituição em consonância com as exigências da Portaria MPS nº 403/2008 e suas alterações posteriores.

25.1. Em face da situação posta, uma cópia da presente decisão deverá ser enviada à Coordenação de Atuária, tendo em vista o contido nos subitens 24.2 e 25."

5. A seguir, reproduzimos o inteiro teor de itens e subitens da ANÁLISE e a DECISÃO contida na citada DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF, atinentes aos critérios irregulares remanescentes a serem analisados pelo presente Despacho de Justificativas.

"DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF.

(...)

DA ANÁLISE

Preliminares

8. Na fase recursal o Ente Federativo carrou aos autos Recurso Administrativo dentro do prazo para a sua apresentação conforme determina o artigo 8º da Portaria MPS nº 530, de 24/11/2014, uma vez que a Decisão Notificação foi recebida pelo Ente em 14/6/2016 (fls. 310 dos autos) e o mencionado expediente contendo o RECURSO e seus anexos foi postado em 13/7/2016 e recebido no MPS em 15/7/2016, conforme consta no envelope de endereçamento do Recurso Administrativo, (fl. 731 dos autos). O referido recurso foi cadastrado no Sistema de Protocolo sob Comando nº 421876542 (fls. 311 dos autos). Verificamos que o Recurso Administrativo carrou aos autos contém os pressupostos de tempestividade e também o de legitimidade, posto que foi assinado pelo Procurador do representante legal do Município, cuja procuração encontra-se juntada às fls. 318 dos autos.

9. Esclarece-se em fase preliminar que, conforme será explicitado na análise de mérito a seguir, que a DECISÃO NOTIFICAÇÃO - DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF será reformada parcialmente, visando sanear os autos e garantir ao representante legal do Ente Federativo o contraditório e a ampla defesa, devolvendo-lhe, **no que couber**, o prazo para defesa previsto na Portaria MPS nº 530, de 24/11/2014, observado quanto ao status do Ente no CADPREV a existência de irregularidades já sancionadas, em face de decisões transitadas em julgado atinente a auditorias anteriores realizadas junto ao RPPS do Ente Federativo.

Mérito

10. De início é importante frisar que os apontamentos da auditoria no RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECÍFICA DE CUSTEIO da NOTIFICAÇÃO DE AUDITORIA-FISCAL - NAF Nº 0239/2015 e seus anexos, quanto ao critério **"Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa"** são os reproduzidos a seguir.

(...)

“2.8 Das contribuições previdenciárias patronais incidentes sobre os benefícios de auxílio-doença.

2.8.1. Conforme consta do §1º do Art.13 da Lei Complementar Municipal nº 002, de 23 de junho de 2005, constitui fonte de custeio do RPPS as contribuições incidentes sobre os benefícios de risco (salário-maternidade, auxílio-doença e auxílio-reclusão).

2.8.2. Observamos que da legislação municipal não consta a previsão de responsabilidade pelo custeio daqueles benefícios (se a cargo do Ente ou da unidade gestora do RPPS), considerando o previsto no § 3º do art. 4º da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008:

“Art. 4º A lei do ente federativo definirá as parcelas que comporão a base de cálculo da contribuição.

§ 1º O ente poderá, por lei, prever que a inclusão das parcelas pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança ou de cargo em comissão, será feita mediante opção expressa do servidor, para efeito do cálculo de que trata o art. 1º da Lei nº 10.887, de 2004, respeitado, na definição do valor dos proventos, o limite máximo de que trata o § 5º daquele artigo.

§ 2º Os segurados ativos também contribuirão sobre o décimo terceiro salário, bem como sobre os benefícios de salário-maternidade e auxílio-doença, e os inativos e pensionistas sobre a gratificação natalina ou abono anual.

§ 3º Se a lei do ente federativo não excluir o valor do benefício de auxílio-doença da base de cálculo de contribuição do ente federativo durante o afastamento do servidor, as contribuições correspondentes continuarão a ser repassadas pelo ente à unidade gestora do RPPS.”

2.8.3. Ainda nesse sentido, o art. 29 §2º da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02, de 31/03/2009 menciona:

“Art. 29. A lei do ente federativo definirá as parcelas da remuneração que comporão a base de cálculo da contribuição, podendo prever que a inclusão das parcelas pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão, ou de outras parcelas temporárias de remuneração, será feita mediante opção expressa do servidor, inclusive quando pagas por ente cessionário.

§ 1º Os segurados ativos contribuirão também sobre o décimo terceiro salário, bem como sobre os benefícios de salário-maternidade e auxílio-doença, e os inativos e pensionistas sobre a gratificação natalina ou abono anual.

§ 2º O ente federativo contribuirá sobre o valor de auxílio-doença e repassará os valores devidos à unidade gestora do RPPS durante o afastamento do servidor, salvo se a lei local expressamente excluir o benefício da base de cálculo contributiva do ente.

2.8.4. Considerando a necessidade de se manter o equilíbrio financeiro e atuarial, já que foram previstas contribuições patronais incidentes sobre a remuneração dos servidores que se encontram em auxílio-doença, a auditoria entende que essas contribuições (incidentes sobre o auxílio-doença) são devidas pelos Entes Municipais e conforme observado, não foram repassadas ao RPPS.

2.8.5. Elaboramos o *anexo 06* onde constam discriminado os valores das remunerações pagas aos segurados em gozo dos benefícios de risco, bem como a contribuição patronal incidente sobre aquela remuneração.

2.8.6. Da aplicação das alíquotas vigentes à época de pagamento dos benefícios, apuramos que a Prefeitura do município de Montes Claros deixou de repassar à unidade gestora do RPPS a quantia de (dois milhões, trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e oito Reais e quatro centavos (R\$2.037.188,04). A falta de recolhimento dessas contribuições previdenciárias caracteriza a IRREGULARIDADE do Ente no critério “*Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*”, exigido para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, conforme artigo 5º, inciso I, alínea “b” da Portaria MPS nº 204/2008.

2.8.7. Verificamos que a Unidade Gestora não elaborou folhas de pagamentos distintas para cada um dos grupos segregados, impossibilitando a apuração individualizada das contribuições incidentes sobre o auxílio doença para cada um dos fundos. Assim sendo, a auditoria entende que os valores apurados deverão ser destinados aos dois fundos na proporção de 51% para o fundo financeiro e 49% para o fundo previdenciário, conforme metodologia explicitada no subitem 2.7.4.

Advertimos que em sede de justificativas à NAF 239/2015, caso a Unidade Gestora apresente posteriormente folha de pagamentos do auxílio doenças, segregada entre os fundos financeiro e previdenciário, estes valores deverão ser revistos.

2.8.8. Desta forma, concluímos que a Prefeitura Municipal de Montes Claros é devedora da quantia de R\$2.037.188,04 (dois milhões, trinta e sete mil, cento e oitenta e oito Reais e quatro centavos) em valores originais, relativos à falta de repasse das contribuições patronais incidentes sobre o auxílio doença, que deverão ser destinados aos fundos financeiro na proporção de 51% (R\$1.038.965,90) e para o fundo previdenciário 49% (R\$998.222,14).

2.8.9. Assim sendo, a auditoria entende que o Ente encontra-se irregular quanto ao critério “*caráter contributivo repasse*” exigível para fins de emissão da Certificação do CRP - Certificado de Irregularidade Previdenciária - CRP e o saneamento desta irregularidade se dará mediante recomposição ao fundo previdenciário dos valores dispostos no anexo 6, atualizados mês a mês.”

10.1. O valor originário total das CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS A REPASSAR AO RPPS apontado pela auditoria, de **R\$2.037.188,04**, explicitado por competência, é o discriminado no QUADRO a seguir.

AUXÍLIO-DOENÇA									
Competência	Folhas de Pagamento		Contribuições Devidas		Número de segurados	Contribuições Arrecadadas		Contribuições devidas a repassar ao RPPS	
	Base de Cálculo	Remuneração	Servidor	Patronal		Servidor	Patronal	Servidor	Patronal
Jan/08	57.710,09	59.175,49	6.345,11	8.968,15	0009	6.345,11	0	0	8.968,15
Fev/08	62.219,45	64.049,56	6.944,14	9.668,90	0107	6.944,14	0	0	9.668,90
Mar/08	62.905,00	64.840,60	6.919,55	9.775,44	0110	6.919,55	0	0	9.775,44
Abr/08	64.767,00	66.840,27	7.124,37	10.064,79	0105	7.124,37	0	0	10.064,79
Mai/08	64.972,27	66.147,25	7.146,95	10.096,69	0105	7.146,95	0	0	10.096,69
Jun/08	56.817,27	58.511,12	6.249,90	8.829,40	0092	6.249,90	0	0	8.829,40
Jul/08	54.395,82	56.058,42	5.983,54	8.453,11	0086	5.983,54	0	0	8.453,11
Ago/08	52.148,64	53.706,22	5.736,35	8.103,90	0087	5.736,35	0	0	8.103,90
Set/08	63.240,55	65.192,39	6.956,46	9.827,58	0104	6.956,46	0	0	9.827,58
Out/08	64.329,09	66.639,78	7.076,20	9.996,74	0100	7.076,20	0	0	9.996,74
Nov/08	72.653,64	74.222,56	7.925,90	11.197,14	0116	7.925,90	0	0	11.197,14
Dez/08	61.100,55	62.547,66	6.721,06	9.495,02	0102	6.721,06	0	0	9.495,02
(*) Dez/08	27.535,00	29.134,01	3.028,85	4.278,94	0082	3.028,85	0	0	4.278,94
Jan/09	42.684,27	43.291,44	4.629,27	6.539,90	0062	4.629,27	0	0	6.539,90
Fev/09	50.429,45	51.756,58	5.547,24	7.836,74	0081	5.547,24	0	0	7.836,74
Mar/09	60.130,55	61.911,81	6.614,36	9.344,29	0101	6.614,36	0	0	9.344,29
Abr/09	71.836,55	73.765,82	7.902,02	11.102,02	0115	7.902,02	0	0	11.102,02
Mai/09	74.663,18	77.126,62	8.212,95	11.511,03	0124	8.212,95	0	0	11.511,03
Jun/09	83.823,00	86.188,45	9.165,53	12.831,16	0130	9.165,53	0	0	12.831,16
Jul/09	78.916,73	81.357,54	8.680,84	12.121,95	0124	8.680,84	0	0	12.121,95
Ago/09	72.028,73	74.405,46	7.923,16	11.102,02	0111	7.923,16	0	0	11.102,02
Set/09	86.782,36	89.014,09	9.546,06	13.319,14	0139	9.546,06	0	0	13.319,14
Out/09	95.554,82	98.140,70	10.511,03	14.718,50	0160	10.511,03	0	0	14.718,50
Nov/09	93.904,55	96.839,51	10.329,50	14.462,92	0122	10.329,50	0	0	14.462,92
Dez/09	91.267,27	94.160,80	10.039,40	14.058,84	0135	10.039,40	0	0	14.058,84
(*) Dez/09	34.419,55	35.867,45	3.786,15	5.309,90	0104	3.786,15	0	0	5.309,90
Jan/10	71.054,00	73.161,72	7.815,94	10.968,15	0091	7.815,94	0	0	10.968,15
Fev/10	74.342,91	76.924,66	8.177,72	11.462,92	0097	8.177,72	0	0	11.462,92
Mar/10	89.671,09	92.896,61	9.898,92	13.884,61	0104	9.898,92	0	0	13.884,61
Abr/10	80.275,64	83.009,07	8.830,32	12.366,74	0122	8.830,32	0	0	12.366,74
Mai/10	90.602,00	92.749,57	9.900,22	13.884,61	0126	9.900,22	0	0	13.884,61
Jun/10	92.340,82	95.353,59	10.157,49	14.211,38	0129	10.157,49	0	0	14.211,38
Jul/10	94.067,91	97.174,44	10.347,47	14.462,92	0124	10.347,47	0	0	14.462,92
Ago/10	86.527,82	89.428,28	9.518,06	13.319,14	0120	9.518,06	0	0	13.319,14
Set/10	102.901,27	105.135,33	11.319,14	15.747,77	0140	11.319,14	0	0	15.747,77
Out/10	83.970,36	86.270,01	9.236,74	12.831,16	0129	9.236,74	0	0	12.831,16
Nov/10	95.622,73	98.181,05	10.518,50	14.718,50	0133	10.518,50	0	0	14.718,50
Dez/10	98.105,27	100.700,23	10.791,58	15.009,91	0140	10.791,58	0	0	15.009,91
(*) Dez/10	40.288,64	41.292,17	4.431,75	6.188,15	0092	4.431,75	0	0	6.188,15
Jan/11	73.573,91	75.883,80	8.093,13	11.319,14	0109	8.093,13	0	0	11.319,14
Fev/11	83.179,00	85.110,73	9.149,69	12.831,16	0103	9.149,69	0	0	12.831,16
Mar/11	89.990,18	92.496,37	9.898,92	13.884,61	0144	9.898,92	0	0	13.884,61
Abr/11	121.678,27	125.287,28	13.384,61	18.626,10	0174	13.384,61	0	0	18.626,10
Mai/11	143.161,55	148.551,33	15.747,77	21.847,45	0190	15.747,77	0	0	21.847,45
Jun/11	163.135,55	169.037,19	17.944,91	25.211,38	0219	17.944,91	0	0	25.211,38
Jul/11	162.793,55	168.555,41	17.907,29	25.009,91	0223	17.907,29	0	0	25.009,91
Ago/11	160.810,52	166.844,63	17.689,19	24.689,19	0202	17.689,19	0	0	24.689,19
Set/11	198.613,16	205.747,86	21.847,45	30.069,82	0223	21.847,45	0	0	30.069,82
Out/11	229.194,38	238.427,68	25.211,38	34.999,54	0282	25.211,38	0	0	34.999,54
Nov/11	195.071,82	202.328,66	21.457,90	29.408,82	0262	21.457,90	0	0	29.408,82
Dez/11	187.326,45	195.298,85	20.605,91	28.605,91	0210	20.605,91	0	0	28.605,91
(*) Dez/11	125.330,09	128.088,26	13.786,31	19.138,16	0259	13.786,31	0	0	19.138,16
Jan/12	151.146,36	157.277,62	16.626,10	22.944,91	0169	16.626,10	0	0	22.944,91
Fev/12	173.983,27	179.229,25	19.138,16	26.656,47	0173	19.138,16	0	0	26.656,47
Mar/12	187.786,09	193.837,90	20.656,47	28.605,91	0204	20.656,47	0	0	28.605,91
Abr/12	241.208,36	251.167,96	26.532,92	36.763,49	0241	26.532,92	0	0	36.763,49
Mai/12	279.668,09	288.025,67	30.763,49	42.535,02	0244	30.763,49	0	0	42.535,02
Jun/12	295.772,91	307.347,13	32.535,02	44.629,27	0273	32.535,02	0	0	44.629,27
Jul/12	267.352,91	277.536,19	29.408,82	40.588,82	0266	29.408,82	0	0	40.588,82
Ago/12	246.089,27	255.974,77	27.069,82	37.069,82	0284	27.069,82	0	0	37.069,82
Set/12	302.891,36	316.142,91	33.318,05	45.309,15	0262	33.318,05	0	0	45.309,15
Out/12	318.446,82	332.189,49	35.029,15	47.999,54	0286	35.029,15	0	0	47.999,54
Nov/12	318.177,64	331.248,34	34.999,54	47.999,54	0276	34.999,54	0	0	47.999,54
Dez/12	299.634,55	307.253,66	32.959,80	45.309,15	0259	32.959,80	0	0	45.309,15
(*) Dez/12	319.007,73	320.974,17	35.189,85	48.259,85	0495	35.189,85	0	0	48.259,85
Jan/13	221.489,82	231.194,47	24.363,88	33.318,05	0205	24.363,88	0	0	33.318,05
Fev/13	243.605,55	251.300,54	26.796,61	37.069,82	0213	26.796,61	0	0	37.069,82

AUXÍLIO-DOENÇA									
Competência	Folhas de Pagamento		Contribuições Devidas		Número de segurados	Contribuições Arrecadadas		Contribuições devidas a repassar ao RPPS	
	Base de Cálculo	Remuneração	Servidor	Patronal		Servidor	Patronal	Servidor	Patronal
Mar/13	259.334,09	270.169,33	28.526,75	28.526,75	0261	28.526,75	0	0	28.526,75
Abr/13	280.604,18	290.278,47	30.866,46	30.866,46	0261	30.866,46	0	0	30.866,46
Mai/13	307.240,82	319.199,73	33.796,49	33.796,49	0258	33.796,49	0	0	33.796,49
Jun/13	327.412,09	345.262,03	36.015,33	36.015,33	0292	36.015,33	0	0	36.015,33
Jul/13	328.887,64	341.805,13	36.177,64	36.177,64	0295	36.177,64	0	0	36.177,64
Ago/13	314.763,45	335.660,46	34.623,98	34.623,98	0270	34.623,98	0	0	34.623,98
Set/13	342.747,64	356.351,68	37.702,24	37.702,24	0317	37.702,24	0	0	37.702,24
Out/13	349.291,15	362.317,07	38.422,03	38.422,03	0309	38.422,03	0	0	38.422,03
Nov/13	366.627,18	392.430,62	40.328,99	40.328,99	0312	40.328,99	0	0	40.328,99
Dez/13	330.574,82	352.205,33	36.363,23	36.363,23	0575	36.363,23	0	0	36.363,23
(*) Dez/13	272.962,09	275.818,28	30.025,83	30.025,83	0525	30.025,83	0	0	30.025,83
Jan/14	270.927,36	282.675,01	29.802,01	29.802,01	0237	29.802,01	0	0	29.802,01
Fev/14	314.156,45	332.738,00	34.557,21	34.557,21	0270	34.557,21	0	0	34.557,21
Mar/14	322.338,36	349.222,30	35.457,22	35.457,22	0294	35.457,22	0	0	35.457,22
Abr/14	321.915,91	346.590,36	35.410,75	35.410,75	0274	35.410,75	0	0	35.410,75
Mai/14	329.020,55	349.282,62	36.192,26	36.192,26	0267	36.192,26	0	0	36.192,26
Jun/14	284.017,45	321.848,33	31.241,92	31.241,92	0267	31.241,92	0	0	31.241,92
Jul/14	251.028,64	277.712,15	27.613,15	27.613,15	0219	27.613,15	0	0	27.613,15
Ago/14	305.341,82	325.605,21	33.587,60	33.587,60	0266	33.587,60	0	0	33.587,60
Set/14	353.591,27	371.858,91	38.895,04	38.895,04	0282	38.895,04	0	0	38.895,04
Out/14	378.100,27	399.117,38	41.591,03	41.591,03	0305	41.591,03	0	0	41.591,03
Nov/14	402.990,91	415.726,47	44.329,00	44.329,00	0303	44.329,00	0	0	44.329,00
Dez/14	388.267,09	407.913,53	42.709,38	42.709,38	0314	42.709,38	0	0	42.709,38
(*) Dez/14	11.754,85	168.687,77	1.292,99	1.292,99	0259	1.292,99	0	0	1.292,99
Jan/15	295.744,45	304.746,67	32.531,89	32.531,89	0237	32.531,89	0	0	32.531,89
Fev/15	298.054,45	308.622,18	32.785,99	32.785,99	0236	32.785,99	0	0	32.785,99
Mar/15	311.519,18	322.890,50	34.267,11	34.267,11	0254	34.267,11	0	0	34.267,11
Abr/15	315.491,45	327.691,53	34.704,06	34.704,06	0253	34.704,06	0	0	34.704,06
Mai/15	322.094,00	335.301,69	35.430,34	35.430,34	0259	35.430,34	0	0	35.430,34
Jun/15	309.643,36	324.940,67	34.060,77	34.060,77	0258	34.060,77	0	0	34.060,77
Jul/15	295.319,09	306.935,28	32.485,10	32.485,10	0235	32.485,10	0	0	32.485,10
Total									2.037.188,04
Nota: (*) => Contribuições sobre 13º salário (auxílio-doença).									

10.1.1. Quanto à regularização da dívida apontada pela auditoria, o RECURSO apresentando pelo Ente Federativo e reproduzido no item 6 deste decisório, limita-se a informar que está apurando os valores devidos e que quando for feita a quitação desses valores será apresentado ao Órgão fiscalizador (SPPS/MF) essa comprovação. Destarte, o RECURSO carreado aos autos não comprova o pagamento e/ou parcelamento dos valores apontados pela auditoria, uma vez que apenas promete quitar os valores.

10.1.1.1. Do exposto, o recurso apresentado não logrou elidir a sanção no critério "Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa"; destarte, o status do Ente Federativo no mencionado critério deverá ser alterado para IRREGULAR.

(...)

13. No que atine às irregularidades elencadas para o critério "Escrição de acordo com o Plano de Contas", constou da Decisão Notificação - DN, conforme reproduzido a seguir.

38. Em relação às irregularidades apontadas para o critério "Escrição de acordo com o Plano de Contas", verifica-se que foram apontados pela auditoria as seguintes irregularidades:

- Divergências entre os saldos apresentados na contabilidade com os saldos dos extratos bancários, conforme discriminado no quadro abaixo;
- Embora a Lei Municipal tenha determinado segregação de massas para o RPPS de Montes Claros a mesma não ocorreu no âmbito da contabilidade do RPPS, não existindo nenhuma conta contábil ou que segregue as funções.

Conta ou fundo de investimentos	2011	2012	2013	2014	2015
CEF - 56-3	88.413,68	33.717,46	54.066,69	41.089,23	17.040,49
CEF - 57-1	22.885,50	7.601,96	11.123,34	28.693,14	8.504,10
CEF - 168-3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF - 550-6	162.675,47	558.380,52	375.624,42	161.911,43	258.631,89
CEF - 69-5	48.060,85	75.942,49	74.683,55	3.994,85	52.440,39
CAIXA 79-2 (sem investimentos)	87,20	87,20	87,20	1.655,33	1.331,28
BB 45640-3	52.605,65	28.862,68	21.785,35	0,00	0,00

Conta ou fundo de investimentos	2011	2012	2013	2014	2015
BB - 6073-9	45.242,72	149,80	47.359,97	0,00	0,00
CAIXA FI BRASIL IRE-M I TP RF - CNPJ: 10.740.670/0001-06 CC: 56-3	0,00	21.557,17	53.385,24	729,19	769,00
CAIXA FI BRASIL IRE-M I TP RF - CNPJ: 10.740.670/0001-06 CC: 550-6	0,00	810,59	166.615,22	127,05	133,99
BB PREVID RF TRF - M I - 45640-3 - CNPJ: 11.328.882/0001-35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BB PREVID RF FLUXO - 6073-9 - CNPJ: 13.077.415/0001-05	51.165,44	25.333,08	33.426,41	40.371,80	123.585,56
BB PREVID RF FLUXO - 45640-3 - CNPJ: 13.077.415/0001-05	5.725,37	0,00	36.770,35	43.270,52	38.917,70
BB RPPS LIQ FIC FI - CNPJBB RPPS LIQ FIC FI 45640-3	1.004,95	0,00	0,00	0,00	
CAIXA FI ALIANÇA RF CNPJ 05.164.358/0001-73 CC: 56-3	6.191,88	0,00	0,00	0,00	
CAIXA FI ALIANÇA RF CNPJ 05.164.358/0001-73 CC: 550-6	1.903,03	0,00	0,00	0,00	
FIDC CAESB COTA SENIOR - 1ª SÉRIE CNPJ: 11-225-344/0001-15	23.359,61	18.537,15	12.154,34	0,00	0,00
ATRILUM - AÇÕES NO IBOVESPA	44.484,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RB CAPITAL RENDA II FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO FIL	0,00	51.095,94	47.180,00	44.564,88	45.158,00
CREDIT YIELD FIRE CREDITO PRIVADO - CNPJ: 04.877.280/0001-71	17.995,36	0,00	0,00	6.825,83	0,00
Total dos recursos em extrato	571.800,71	822.076,04	934.262,08	373.233,25	546.512,40
CONCILIAÇÃO (Contabilidade X Extratos bancários)	-76.042,93	-215.401,09	-144.561,05	-76.517,47	-384.084,80

39. Em sua impugnação alega que já foram tomadas as medidas para implementar a segregação de massas na contabilidade, anexando ao processo cópia simples do plano de contas (fl. 196).

40. Analisando a documentação acostada ao processo, verifica-se que somente foi acostado ao processo uma página do plano de contas, o que não é suficiente para se verificar o afastamento da irregularidade apontada pela auditoria, além da documentação ter sido acostada por cópia simples, o que ofende ao comando constante do art. 5º, § 2º, da Portaria MPS nº 530/2014, que determina que as provas documentais devem ser autenticadas em cartório ou por servidor público devidamente identificado.

41. Assim, para que se possa verificar se o Plano de Contas atende a irregularidade apontada pela auditoria em relação a adequação da contabilidade a segregação de massas, deve ser acostado aos autos cópia autenticada de todo o plano de contas do exercício de 2016.

42. Além disso, o interessado alega que por falta de pessoal, está realizando procedimento licitatório para contratação de empresa especializada, a fim de sanar a **irregularidade apontada relacionada a divergências entre os saldos apresentados na contabilidade com os saldos dos extratos bancários**. Tal argumentação não é suficiente para afastar o apontamento feito pela auditoria.

43. Assim, do exposto, mantém-se a irregularidade no critério **"Escrituração de acordo com o Plano de Contas"**.

13.1. Com relação ao critério **"Escrituração de acordo com o Plano de Contas"** o recurso apresentado juntou comprovação (Plano de Contas e Razão de Contas atinentes a Fevereiro 2016) que evidenciam a segregação de contas contábeis no Ativo, incluindo as receitas, entre o Plano Previdenciário e Financeiro. Por outro lado, conforme explicitaremos neste decisório, a simples segregação de contas contábeis não é suficiente para se considerar a segregação de massas como implantada.

13.1.1. De outra parte, o RECURSO apresentado informa ter enviado a conciliação dos saldos bancários com a escrita contábil (anos 2011 a 2015 - Quadro a seguir (item 38 alínea "a" do relatório da Decisão Notificação - DN)), visando justificar as diferenças apontadas pela auditoria. NO ENTANTO, nesta análise verificamos da documentação carreada aos autos que tal conciliação não foi enviada.

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
CONCILIAÇÃO (Contabilidade X Extratos bancários)	-76.042,93	-215.401,09	-144.561,05	-76.517,47	-384.084,80

13.1.1.1. DO EXPOSTO, o recurso apresentado não foi suficiente para elidir totalmente as irregularidades sancionadas no critério **"Escrituração de acordo com o Plano de Contas"**; destarte, o status do Ente Federativo no mencionado critério deverá ser alterado de EM ANÁLISE para **IRREGULAR**.

14. No que atine às irregularidades elencadas para o critério **"Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa"**, constou da Decisão Notificação - DN, conforme reproduzido a seguir.

44. Em relação as irregularidades apontadas para o critério **“Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa”**, verifica-se que foram apontados pela auditoria o que se segue.
- a) As contribuições destinadas ao fundo previdenciário foram indevidamente utilizadas no pagamento de benefícios do fundo financeiro no valor originário de R\$42.155,74 (quarenta e dois mil, cento e cinquenta e cinco Reais e setenta e quatro) (item 6.1 do relatório de auditoria);
 - b) Valores que pertencem ao fundo previdenciário que foram indevidamente utilizadas para o pagamento de benefícios do Fundo Financeiro, totalizando em valores originais o montante de R\$5.681.808,93 (cinco milhões, seiscentos e oitenta um mil, oitocentos e oito Reais e noventa e três centavos) (item 6.2 do relatório de auditoria);
 - c) Excesso na utilização de recursos do RPPS para o pagamento de despesas administrativas nos exercícios de 2011 a 2012, no valor total de R\$ 536.117,20 (item 6.3 do relatório de auditoria);
 - d) Considerando a impossibilidade de comunicação dos recursos entre os dois fundos, conforme previsto nas leis complementares municipais 08/2006 e 17/2009, bem como na Portaria MPS 403/2008, assim impõe-se ao tesouro municipal, responsável por cobrir a ausência de recursos do fundo financeiro, repor ao fundo previdenciário o montante de recursos despendidos com o resultado do rateio das despesas administrativas a entre os dois fundos, que em valores originais soma até o final do ano de 2014 a quantia de R\$4.640.916,26 (quatro milhões, seiscentos e quarenta mil, novecentos e dezesseis Reais e vinte e seis centavos) (item 6.4 do relatório de auditoria).
45. Em sua impugnação o Ente alega o que como os valores são bastante elevados, qualquer solução passa por uma análise criteriosa do problema, devendo ser considerado que as despesas para quitação devem ser incluídas e previstas na legislação orçamentária financeira do Município.
46. Como o interessado não contestou os valores apontados, tampouco carreu o processo comprovante de sua quitação à vista, depois de atualizado (cópia autenticada da planilha discriminando a atualização dos valores, guias de recolhimento e/ou notas de empenho e extrato bancário do RPPS) ou Termo de Parcelamento, **mantém-se os débitos apontados pela auditoria.**
47. Assim, do exposto, mantém-se a irregularidade no critério **“Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa”**.

14.1. A propósito da dívida apontada pela auditoria atinente ao critério **“Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa”** reproduzimos, a seguir, o que foi assentado pela auditoria em seu relatório, *in verbis*:

“6. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

- 6.1 **Utilização indevida de recursos do fundo previdenciário oriundas das contribuições incidentes sobre a folha de pagamentos.**
- 6.1.1. Conforme mencionado no subitem 2.2 o município, através da lei complementar nº 008/2006, efetuou a segregação de massa dos servidores em 2 fundos (previdenciário e financeiro).
- 6.1.2. Com a edição da Lei Complementar nº 017/2009, foi alterada a composição dos fundos previdenciários e financeiros, passando o marco de corte das populações a ser a expectativa de aposentadoria voluntária e não mais a data de ingresso (01/01/2020), assim, em tese, os benefícios de aposentadorias e pensões do fundo previdenciário somente começaria a ser pagos a partir daquela data.
- 6.1.3. O Ente por sua vez não vem observando as avaliações atuariais, deixando de implementar as alíquotas nelas previstas, o que além de lhe favorecer, tem imposto às finanças do RPPS enormes prejuízos, não somente lhe furtando a expectativa de recebimento dos recursos como também, consumindo as reservas acumuladas até então.
- 6.1.4. Na ausência de aportes necessários para o pagamento de benefícios do fundo financeiro o PREVMOC utilizou todas as receitas do fundo previdenciário no pagamento de benefícios do fundo financeiro, ao ponto de consumir a totalidade dos recursos dos fundos financeiro e previdenciário, contrariando não somente a portaria MPS 402/2008, como também, a sua própria legislação, conforme previsto no artigo 86 da L.C. 08/2006.
- 6.1.5. Considerando que não há na contabilidade do RPPS de Montes Claros a segregação dos recursos de cada um dos fundos.
- Considerando que não existem contas bancárias destinadas a segregar os recursos dos dois fundos (previdenciário e financeiro).
- Considerando que não há qualquer controle gerencial dos recursos dos fundos, (formos informados pelo contador do RPPS da inexistência desses controles)

Considerando ainda que os gestores municipais têm se mostrado avesso a solucionar a questão previdenciária do município, a ponto de descumprir a sua própria legislação, de não observar as alíquotas sugeridas nas avaliações atuárias e o que é pior, ter gerado ao município uma dívida da ordem de 2,5 bilhões de Reais em pouco mais de 4 anos.

Desta forma, urge recompor as finanças do fundo previdenciário, sob pena de inviabilizar de vez qualquer possibilidade de equacionar a grave situação previdenciária do município de Montes Claros.

- 6.1.6 A Auditoria para apurar os recursos oriundos das contribuições devidas ao fundo previdenciário, incidentes sobre a folha de pagamento e que foram utilizadas indevidamente no pagamento de benefícios do fundo financeiro, utilizou-se da seguinte metodologia.

- **Prefeitura:**

De posse de valores informados nas guias de recolhimento e ofícios encaminhados ao PREVMOC, elaborando o anexo 04.01. Daquele demonstrativo verifica-se que o valor de R\$31.473.680,71 (trinta e um milhões, quatrocentos e setenta e três mil, seiscentos e oitenta Reais e setenta e um centavos) em valores originais, oriundos de contribuições de servidores vinculados ao fundo previdenciário, foram indevidamente utilizadas para o pagamento de benefícios do fundo financeiro.

Considerando que, em tese, os benefícios do fundo previdenciário somente começariam a ser pagos a partir de 2020, conforme previsto na Lei complementar 17/2009, assim toda a receita arrecadada com contribuições destinadas ao fundo previdenciário deveria estar sendo acumulada, no entanto, foi usada em sua totalidade para o pagamento de benefícios do fundo financeiro.

- **Câmara e MCTTRANS.**

A Câmara municipal e a MCTTRANS não elaboram folhas de pagamentos distinta para cada grupo de segurados vinculados aos fundos previdenciário e financeiro, assim como efetua os repasses de forma globalizada.

De posse das informações de servidores efetivos vinculados à prefeitura, elaboramos o anexo 05, com o propósito de aferirmos um percentual médio de servidores efetivos que estão vinculados a cada um dos fundos, apurando que 51% dos servidores se vinculam ao fundo financeiro e 49% ao fundo previdenciário.

Conhecendo o percentual médio de servidores da prefeitura que se vincula a cada um dos fundos, estendemos esse percentual para a câmara e MCTTRANS.

De posse do total da remuneração e base de cálculo de cada uma dessas entidades, aplicamos os percentuais médios apurados acima, estimando a base de cálculo das contribuições de cada um dos fundos, assim como a contribuição patronal e de servidores.

Elaboramos os anexos 04.03 (câmara) 04.04 (MCTTRANS) onde consta discriminado os valores das contribuições previdenciárias destinadas a cada fundo.

Assim aferimos que o valor de R\$889.038,64 (oitocentos e oitenta e nove mil, trinta e oito Reais e sessenta e quatro centavos), provenientes de contribuições de segurados vinculados ao fundo previdenciário foram indevidamente utilizadas no pagamento de benefícios do fundo financeiro.

A mesma metodologia foi utilizada na apuração de contribuições oriundas das remunerações de servidores vinculados ao MSTRANS que se vinculam ao fundo Previdenciário.

Assim elaboramos o anexo 04.04 onde consta que as contribuições destinadas ao fundo previdenciário que foram indevidamente utilizadas no pagamento de benefícios do fundo financeiro. Daquele demonstrativo verificamos a utilização indevida de recursos no valor de R\$42.155,74 (quarenta e dois mil, cento e cinquenta e cinco Reais e setenta e quatro centavos).

- 6.2 **Utilização de recursos decorrentes dos bens patrimoniais destinados ao fundo previdenciário (aluguéis) no pagamento de benefícios do fundo financeiro.**

- 6.2.1 A lei complementar nº 008/2006 na redação da lei complementar nº 17/2009 transferiu ao fundo previdenciário a totalidade do patrimônio do RPPS existente à época de publicação da lei.

“Art. 84-C - Os benefícios assegurados aos integrantes do grupo II serão financiados conforme critérios atuariais de acumulação de capital, por meio de receitas correspondentes as contribuições de seus integrantes, as respectivas contribuições patronais e receitas oriundas da compensação previdenciária entre os regimes previdenciários, referentes aos seus integrantes, bem como das obtidas com o retorno de investimentos desses recursos.

Parágrafo único - todo o patrimônio do regime próprio de previdência social do município de montes claros, existentes na data de publicação dessa lei, será alocado para financiamento dos benefícios dos benefícios do grupo II”

- 6.2.3 Desta forma foram transferidos ao fundo previdenciário todo o acervo patrimonial existente à época.

- 6.2.4 Verificamos haver imóveis (entre eles um shopping popular) que tem gerado receitas de aluguéis ao RPPS, no entanto, essas receitas têm sido usadas para pagamento de benefícios do fundo financeiro.

- 6.2.5. Considerando tratar-se de patrimônio formador de reservas do fundo previdenciário e que foram utilizadas de forma indevida no pagamento de benefícios do fundo financeiro, entendemos haver a necessidade de recompor o patrimônio do fundo previdenciário.

Abaixo extraímos da contabilidade do RPPS os valores que, de acordo com a legislação municipal, pertencem ao fundo previdenciário, mais que foram indevidamente utilizadas para o pagamento de benefícios do Fundo Financeiro, totalizando em valores originais o montante de R\$5.681.808,93 (cinco milhões, seiscentos e oitenta um mil, oitocentos e oito Reais e noventa e três centavos).

conta contábil	RUBRICA	2011	2012	2013	2014	2015 (06/2015)
1311.00.00.00.00	Alugueis	1.038.124,00	1.083.240,47	1.172.031,02	1.201.963,30	622.395,47
1320.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliarios	94.067,62	137.764,57	99.432,79	20.858,92	12.792,13
1390.00.00.02.00	Taxa de Ocupacao de Imoveis	26.810,40	69.759,37	39.088,02	41.856,97	21.623,88
TOTAIS ANUAIS		1.159.002,02	1.290.764,41	1.310.551,83	1.264.679,19	656.811,48
TOTAL		5.681.808,93				

6.3 Da utilização dos recursos com as despesas administrativas.

- 6.3.1. Foi efetuado o cálculo do limite permitido para as despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS (Taxa de Administração), nos exercícios de 2011 a 2014, com base no valor total das remunerações, proventos e pensões pagos em cada exercício imediatamente anterior, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 9.717/1998, no artigo 17, § 3º, da Portaria MPAS nº 4.992/1999 e no artigo 15 da Portaria MPS nº 402/2008. A legislação municipal determina o percentual de 2,00% para a Taxa de Administração.

- 6.3.2. Elaboramos o quadro abaixo onde consta o total de remuneração pagos aos servidores e pensionistas vinculados ao RPPS de Montes Claros

Demonstrativo da composição do limite máximo da taxa de administração				
Folha de pagamentos	2010	2011	2012	2013
Prefeitura Ativos	76.033.344,28	92.521.314,09	115.597.253,10	120.502.613,43
Câmara ativos	1.238.810,43	1.566.998,81	1.693.684,95	1.778.050,38
MC TRANS	220.279,36	203.283,09	231.702,79	187.159,79
Benefício de Risco	1.157.571,16	2.073.698,05	3.498.204,96	4.123.013,14
Aposentados/Pensionistas	11.722.087,69	14.471.681,90	18.986.378,78	23.238.064,20
Totais	90.372.092,92	110.836.975,94	140.007.224,58	149.828.900,94
Limite Max. Taxa de Administração P/ ano seguinte.(2%)	1.807.441,86	2.216.739,52	2.800.144,49	2.996.578,02
Limite Max. Taxa de Adm.	2011	2012	2013	2014
	1.807.441,86	2.216.739,52	2.800.144,49	2.996.578,02
Despesas Administrativas	2.258.721,22	2.301.577,36	2.343.920,23	2.731.734,19
Percentual atingido	2,50%	2,08%	1,67%	1,82%
EXCESSO DE GASTOS COM DESPESAS ADMINISTRATIVAS.	451.279,36	84.837,84		
EXCESSO DE GASTOS COM DESPESAS ADMINISTRATIVA= 536.117,20				

- 6.3.3. Verificamos que foi ultrapassado o limite permitido para tais despesas nos anos de 2011 e 2012

Descrição da despesa	2011	2012
PESSOAL E ENCARGOS	1.441.871,61	1.485.950,04
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF E PJ	572.876,47	599.392,26
MATERIAL DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS E OUTROS BENS	129.025,79	68.224,41
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	114.947,35	148.010,65
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.258.721,22	2.301.577,36

- 6.3.4. Conforme demonstrado acima, houve excesso na utilização de recursos do RPPS para o pagamento de despesas administrativas nos exercícios de 2011 a 2012, no valor total de R\$ 536.117,20, caracterizando **IRREGULARIDADE** no critério "Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa". O Ente Estatal é o responsável pelo aporte de recursos quando há insuficiência financeira no RPPS. A regularização desse critério dá-se por repasse do tesouro municipal ao PREVMOC, ou pelo parcelamento do valor devido, considerando o excesso de cada exercício como competência dezembro do correspondente ano, dentro do que estabelece o § 6º do

artigo 5º-A e o § 11 do artigo 5º da Portaria/MPS nº 402/2008, do valor que excedeu o limite para as despesas administrativas.

- 6.4. Verificamos ainda que a partir da segregação de massa, prevista na lei complementar 008/2006, não houve a separação de despesas de cada um dos fundos criados, sendo essas despesas suportadas indistintamente por recursos do RPPS.

- 6.4.1. Considerando que a Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008 prevê que:

"Art. 21 A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, mediante a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes.

§ 2º Uma vez implementada a segregação da massa, fica vedada qualquer espécie de transferência de segurados, recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, não se admitindo, também, a previsão da destinação de contribuições de um grupo para o financiamento dos benefícios do outro grupo."

Considerando ainda que a Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008 prevê que:

Art. 15 Para cobertura das despesas do RPPS, poderá ser estabelecida, em lei, Taxa de Administração de até dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, observando-se que:

§ 1º Na hipótese de a unidade gestora do RPPS possuir competências diversas daquelas relacionadas à administração do regime previdenciário, deverá haver o rateio proporcional das despesas relativas a cada atividade para posterior apropriação nas rubricas contábeis correspondentes, observando-se, ainda, que, se a estrutura ou patrimônio utilizado for de titularidade exclusiva do RPPS, deverá ser estabelecida uma remuneração ao regime em

§ 4º O descumprimento dos critérios fixados neste artigo para a Taxa de Administração do RPPS significará utilização indevida dos recursos previdenciários e exigirá o ressarcimento dos valores correspondentes.

- 6.4.2. Pelo exposto é entendimento da auditoria que os valores dispendidos com despesas administrativas devem ser rateados proporcionalmente entre os dois grupos de servidores.

- 6.4.3. Elaboramos o anexo 05, onde consta a média do percentual que cada fundo representa no total de servidores, chegando à conclusão que na média dos valores, 49% dos servidores pertencem ao Fundo previdenciário e 51% ao Fundo financeiro.

- 6.4.4. De posse dessas informações efetuamos o rateio proporcional dos valores entre os dois grupos de servidores.

Descrição da despesa	2011		2012		2013		2014	
PESSOAL E ENCARGOS	1.441.871,61		1.485.950,04		1.422.614,86		1.726.654,63	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF E PJ	572.876,47		599.592,26		545.255,36		580.011,06	
MATERIAL DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS E OUTROS BENS	129.025,79		68.224,41		28.074,49		7.5974,18	
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	114.947,35		148.010,65		347.975,52		351.064,32	
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.258.721,22		2.301.577,36		2.343.920,23		2.731.734,19	
TOTAL A SER RATEADO ENTRE OS DOIS FUNDOS	1.807.441,86		2.216.739,52		2.343.920,23		2.731.734,19	
RATEIO DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO	Financeiro (51%)	Previdenciário (49%)	Financeiro (51%)	Previdenciário (49%)	Financeiro (51%)	Previdenciário (49%)	Financeiro (51%)	Previdenciário (49%)
	921.795,35	885.646,51	1.130.537,16	1.086.202,36	1.195.399,32	1.148.520,91	1.393.184,44	1.338.549,75
DESPESAS DO FUNDO FINANCEIRO SUPOSTAS PELO FUNDO PREVIDENCIÁRIO								4.640.916,26
OBS: O rateio diverso do total das despesas administrativas nos anos de 2011 e 2012 decorre do fato de que a diferença estar sendo objeto de cobrança por excesso no custeio administrativo conforme subitem 6.3								

- 6.4.5. Das informações acima podemos concluir que do total das despesas administrativas anuais, 51% deveria ser suportado pelo fundo financeiro e 49% pelo fundo previdenciário.

- 6.4.6. Ocorre por ser deficitário, os recursos a cargo do fundo financeiro foram suportados em sua totalidade pelo fundo previdenciário.

- 6.4.7. Considerando a impossibilidade de comunicação dos recursos entre os dois fundos, conforme previsto nas leis complementares municipais 08/2006 e 17/2009, bem como na Portaria MPS 403/2008, assim impõe-se ao tesouro municipal, responsável por cobrir a ausência de recursos do fundo financeiro, repor ao fundo previdenciário o montante de recursos dispendidos com o resultado do rateio das despesas administrativas a entre os dois fundos, que em valores originais soma até o final do ano de 2014 a quantia de R\$4.640.916,26 (quatro milhões, seiscentos e quarenta mil, novecentos e dezesseis Reais e vinte e seis centavos).

- 6.5. Da irregularidade do critério "Utilização dos recursos previdenciários - decisão administrativa" para fins de emissão do CRP.

- 6.5.1. A auditoria entende que houve a utilização indevida dos recursos e que o erário municipal deverá repor ao fundo previdenciários os valores devidamente corrigidos, tomando como data de atualização o mês de dezembro de cada ano, dentro do que estabelece o § 6º do artigo 5º-A e o § 11 do artigo 5º da Portaria/MPS nº 402/2008, em função das seguintes situações:

- Utilização em excesso de recursos no custeio administrativos nos anos de 2011 e 2012, representando em valores originais R\$536.117,20, que após atualizados, conforme a legislação municipal prevê, deverão ser rateados entre os fundos previdenciário e financeiro.

- utilização de receitas de alugueis de bens pertencentes ao fundo previdenciário no valor original de R\$5.681.808,93, que após atualizados, deverão ser destinados ao fundo previdenciário.

- utilização de recursos para o custeio de despesas administrativas que deveriam ter sido suportadas com recursos do fundo financeiro, mais dada a insuficiência de recursos daquele fundo, foram suportadas pelo fundo previdenciário com recursos que somaram em valores original a quantia de R\$ 4.640.916,26, que após atualizados, deverão ser destinados ao fundo previdenciário.

6.5.2. Tal situação caracteriza a **IRREGULARIDADE** do critério **"Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa" para fins de emissão do CRP."**

14.1.1. A seguir, explicitamos por competência e valor originário as dívidas apontadas no RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECÍFICA DE CUSTEIO da Notificação de Auditoria Fiscal - NAF nº 0239/2015.

14.1.1.1. Subitem 6.1.6 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015 - PREFEITURA:

Prefeitura															
Quadro elaborado com base no ANEXO 04.02 do subitem 6.1.6 do Relatório de Auditoria da NAF nº 0239/2015															
Mês Ano	FUNDO PREVIDENCIÁRIO								FUNDO PREVIDENCIÁRIO						Valor originário a ser reposto ao Fundo Previdenciário
	Vínculo 5				Vínculo 7				Totais - Vínculos 5 e 7						
	Base cálculo	Normal	Nº servid.	Salário Matern.	Base cálculo	Normal	Nº servid.	Salário Matern.	Base cálculo	Normal	Nº servid.	Salário Matern.			
Jul/11	1.836.227,65	201.985,59	197.353,39	2.251	19.957,81				1.836.227,65	201.985,59	197.353,39	2.251	19.957,81	379.381,17	
Ago/11	2.557.494,84	791.324,43	776.118,02	2.265	24.749,88				2.557.494,84	791.324,43	776.118,02	2.265	24.749,88	537.192,57	
Set/11	2.089.572,15	779.857,94	779.857,94	2.268	20.028,91				2.089.572,15	779.857,94	779.857,94	2.268	20.028,91	439.676,97	
Out/11	2.236.627,11	246.028,98	239.401,45	2.276	22.421,04				2.236.627,11	246.028,98	239.401,45	2.276	22.421,04	463.009,39	
Nov/11	2.230.614,93	246.367,64	238.850,57	2.276	23.621,66				2.230.614,93	246.367,64	238.850,57	2.276	23.621,66	461.086,55	
Dez/11	2.274.846,01	244.733,06	244.722,48	2.287	15.675,37				2.274.846,01	244.733,06	244.722,48	2.287	15.675,37	473.760,17	
* Dez/11	1.954.847,11	215.621,39	215.378,72	2.299	0				1.954.847,11	215.621,39	215.378,72	2.299	0	430.993,11	
Jan/12	2.275.408,98	244.794,99	244.795,46	2.320	11.703,88				2.275.408,98	244.794,99	244.795,46	2.320	11.703,88	477.886,57	
Fev/12	2.259.829,80	249.581,78	249.573,60	2.372	15.405,72				2.259.829,80	249.581,78	249.573,60	2.372	15.405,72	483.949,16	
Mar/12	2.347.855,42	258.255,20	258.252,19	2.425	18.142,58				2.347.855,42	258.255,20	258.252,19	2.425	18.142,58	498.384,16	
Abr/12	2.639.511,70	290.357,29	290.357,34	2.402	24.722,95				2.639.511,70	290.357,29	290.357,34	2.402	24.722,95	555.998,68	
Maio/12	2.688.836,63	295.772,03	295.772,03	2.374	22.940,75				2.688.836,63	295.772,03	295.772,03	2.374	22.940,75	568.803,31	
Jun/12	2.684.692,99	295.316,23	295.304,15	2.241	21.021,77				2.684.692,99	295.316,23	295.304,16	2.241	21.021,77	568.498,62	
Jul/12	2.824.734,85	310.665,83	310.666,84	2.295	22.070,47				2.824.734,85	310.665,83	310.666,84	2.295	22.070,47	599.767,20	
Ago/12	2.828.733,21	310.601,65	305.034,97	2.349	0				2.828.733,21	310.601,65	305.034,97	2.349	0	616.195,62	
Set/12	2.712.549,98	299.338,05	299.339,51	2.403	24.806,03				2.712.549,98	299.338,05	299.339,51	2.403	24.806,03	573.874,63	
Out/12	2.739.403,64	300.978,43	300.978,43	2.456	28.292,41				2.739.403,64	300.978,43	300.978,43	2.456	28.292,41	573.664,45	
Nov/12	2.742.516,43	301.413,22	301.655,52	2.453	34.748,78				2.742.516,43	301.413,22	301.655,52	2.453	34.748,78	568.329,95	
Dez/12	2.749.178,99	302.052,08	302.052,06	2.472	33.144,03				2.749.178,99	302.052,08	302.052,06	2.472	33.144,03	570.960,09	
* Dez/12	2.719.555,84	298.302,44	298.302,44	2.478	26.321,15				2.719.555,84	298.302,44	298.302,44	2.478	26.321,15	570.783,72	
Jan/13	2.759.137,45	303.492,00	303.505,12	2.451	37.402,78				2.759.137,45	303.492,00	303.505,12	2.451	37.402,78	574.594,84	
Fev/13	2.735.513,00	300.893,52	300.906,43	2.441	35.575,53				2.735.513,00	300.893,52	300.906,43	2.441	35.575,53	566.724,42	
Mar/13	2.724.849,55	299.977,16	299.733,45	2.410	38.889,32				2.724.849,55	299.977,16	299.733,45	2.410	38.889,32	560.821,79	
Abr/13	2.699.445,00	296.926,23	296.938,35	2.403	33.910,00				2.699.445,00	296.926,23	296.938,35	2.403	33.910,00	559.955,16	
Maio/13	2.676.873,47	284.108,27	284.336,34	2.402	31.282,00				2.676.873,47	284.108,27	284.336,34	2.402	31.282,00	577.655,61	
Jun/13	2.683.284,02	295.084,33	295.153,95	2.386	33.657,89				2.683.284,02	295.084,33	295.153,96	2.386	33.657,89	556.550,40	
Jul/13	2.682.376,41	295.049,39	295.059,53	2.374	18.467,64				2.682.376,41	295.049,39	295.059,53	2.374	18.467,64	574.846,28	
Ago/13	2.682.610,27	292.665,15	292.887,13	2.378	20.522,51				2.682.376,41	295.049,39	295.059,53	2.374	18.467,64	574.846,28	
Set/13	2.630.402,09	289.188,33	289.344,23	2.363	24.154,20				2.682.376,41	295.049,39	295.059,53	2.374	18.467,64	574.846,28	
Out/13	2.601.577,02	308.154,50	308.161,44	2.310	25.911,67				2.630.402,09	289.188,33	289.344,23	2.363	24.154,20	554.378,36	
Nov/13	2.787.154,77	306.533,18	306.586,87	2.295	27.917,38				2.601.577,02	308.154,50	308.161,44	2.310	25.911,67	590.704,27	
Dez/13	2.790.360,75	306.883,05	306.935,56	2.310	17.422,88				2.787.154,77	306.533,18	306.586,87	2.295	27.917,38	590.202,67	
* Dez/13	2.874.797,87	316.215,02	316.227,80	2.419	30.910,56				2.790.360,75	306.883,05	306.935,56	2.310	17.422,88	596.395,74	
Jan/14	2.885.551,45	317.037,58	317.401,65	2.425	13.423,65				2.874.797,87	316.215,02	316.227,80	2.419	30.910,56	601.542,26	
Fev/14	3.007.608,36	329.890,63	330.286,45	2.435	21.678,89				2.885.551,45	317.037,58	317.401,65	2.425	13.423,65	620.024,59	
Mar/14	3.024.914,91	332.641,99	332.740,54	2.442	27.793,78				3.007.608,36	329.890,63	330.286,45	2.435	21.678,89	638.797,89	
Abr/14	3.035.401,91	333.577,96	333.894,21	2.446	33.855,51				3.024.914,91	332.641,99	332.740,54	2.442	27.793,78	638.088,84	
Maio/14	3.044.498,10	334.882,19	334.882,19	2.459	48.330,00				3.035.401,91	333.577,96	333.894,21	2.446	33.855,51	633.696,65	
Jun/14	3.034.423,85	333.733,00	333.747,33	2.455	47.259,34				3.044.498,10	334.882,19	334.882,19	2.459	48.330,00	621.434,38	
Jul/14	3.114.102,44	342.539,00	342.537,08	2.506	45.705,51				3.034.423,85	333.733,00	333.747,33	2.455	47.259,34	625.728,99	
Ago/14	3.298.990,12	367.875,82	367.878,78	2.485	33.512,45				3.114.102,44	342.539,00	342.537,08	2.506	45.705,51	639.870,87	
Set/14	3.308.605,69	364.722,97	364.722,97	2.469	31.407,65				3.298.990,12	367.875,82	367.878,78	2.485	33.512,45	657.242,15	
Out/14	3.308.605,69	364.722,97	364.722,97	2.469	31.407,65				3.308.605,69	364.722,97	364.722,97	2.469	31.407,65	697.038,79	
Nov/14	3.260.577,68	358.650,60	358.663,94	2.472	24.845,27	82.554,55	9.081,00	87	1.980,63	3.342.132,23	367.731,60	367.744,94	2.509	26.875,85	708.550,69
Dez/14	4.967.008,29	546.358,83	546.348,78	2.499	22.531,65	150.665,36	16.573,19	89	1.980,63	5.167.635,65	567.932,07	567.927,97	2.588	24.592,28	1.101.342,71
* Dez/14	3.144.064,04	345.832,75	349.846,71	2.576	40.787,79	86.700,00	9.482,03	89	1.596,86	3.230.754,04	355.314,75	359.378,88	2.589	41.884,65	717.758,98
Jan/15	3.542.032,36	389.415,75	389.465,75	2.480	24.023,80	95.336,55	10.487,02	89	1.797,12	3.637.368,91	399.902,77	400.100,36	2.569	25.270,92	774.892,21
Fev/15	3.610.007,91	397.197,48	397.197,48	2.534	38.073,71	136.730,09	14.985,31	95		3.747.248,00	412.182,79	412.182,79	2.629	36.073,71	788.698,87
Mar/15	3.581.337,45	391.747,12	391.747,12	2.472	39.427,32	95.995,55	10.556,21	95		3.657.303,00	407.303,33	407.303,33	2.567	39.427,32	765.479,34
Apr/15	3.557.711,71	390.105,02	389.631,75	2.410	35.852,35	95.500,55	10.505,06	95		3.653.212,26	400.670,08	400.336,81	2.505	35.852,35	765.304,54
Maio/15	3.580.153,06	391.042,46	391.042,46	2.508	37.074,09	92.272,84	10.155,49	90		3.652.475,70	401.997,95	401.997,95	2.598	37.074,09	765.221,81
Jun/15	3.557.711,71	390.277,07	390.368,06	2.500	27.494,65	96.907,66	10.659,49	90	247,68	3.654.619,37	400.336,56	401.025,55	2.580	27.742,23	774.719,78
Totais	16.334.972,75	16.350.914,06		1410.072,88	102.484,77	102.484,94		7.102,92	16.337.457,52	16.453.398,00		1417.775,80	31.473.680,72		

Nota: (*) => Valores atinentes ao 13º salário na competência dezembro de cada ano.

14.1.1.2. Subitem 6.1.6 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015 - MCTrans:

Subitem 6.1.6 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015 - MCTrans														
Competência	Remuneração bruta	Base de cálculo	Nº serv.	Contribuições devidas			Fundo financeiro (51% - anexo 5)				Fundo previdenciário (49% - anexo 5)			
							Base calculou	Contribuições devidas			Base cálculo	Contribuições devidas		
				Ente	Servidor	Total		Ente	Servidor	Total		Ente	Servidor	Total
Jun-11	20.982,20	10.812,72	7	1.189,40	1.189,40	2.378,80	5.514,49	606,59	606,59	1.213,19	5.298,23	582,81	582,81	1.165,61
Jul-11	18.826,00	10.447,49	7	1.149,22	1.149,22	2.298,45	5.328,22	586,10	586,10	1.172,21	5.119,27	563,12	563,12	1.126,24
Ago-11	18.826,00	10.447,49	7	1.149,22	1.149,22	2.298,45	5.328,22	586,10	586,10	1.172,21	5.119,27	563,12	563,12	1.126,24
Set-11	18.826,00	10.822,16	7	1.197,04	1.197,04	2.394,08	5.549,90	610,49	610,49	1.220,98	5.332,26	586,55	586,55	1.173,10
Out-11	18.826,00	10.822,16	7	1.190,44	1.190,44	2.380,88	5.519,30	607,12	607,12	1.214,25	5.302,86	583,31	583,31	1.166,63
Nov-11	18.826,00	10.822,16	7	1.190,44	1.190,44	2.380,88	5.519,30	607,12	607,12	1.214,25	5.302,86	583,31	583,31	1.166,63
Dez-11	23.910,52	10.822,16	7	1.190,44	1.190,44	2.380,88	5.519,30	607,12	607,12	1.214,25	5.302,86	583,31	583,31	1.166,63
Dez-11	17.383,32	10.822,16	6	1.190,44	1.190,44	2.380,88	5.519,30	607,12	607,12	1.214,25	5.302,86	583,31	583,31	1.166,63
Jan-12	11.427,66	4.747,68	5	522,24	522,24	1.044,49	2.421,32	266,34	266,34	532,69	2.326,36	255,90	255,90	511,80
Fev-12	11.427,66	4.461,01	4	490,71	490,71	981,42	2.275,12	250,26	250,26	500,53	2.185,89	240,45	240,45	480,90
Mar-12	11.427,66	4.461,01	4	490,71	490,71	981,42	2.275,12	250,26	250,26	500,53	2.185,89	240,45	240,45	480,90
Abr-12	11.427,66	4.461,01	4	490,71	490,71	981,42	2.275,12	250,26	250,26	500,53	2.185,89	240,45	240,45	480,90
Mai-12	11.427,66	4.461,01	4	490,71	490,71	981,42	2.275,12	250,26	250,26	500,53	2.185,89	240,45	240,45	480,90
Jun-12	11.427,66	5.534,77	4	608,82	608,82	1.217,65	2.822,73	310,50	310,50	621,00	2.712,04	298,32	298,32	596,66
Jul-12	11.427,66	5.534,77	4	608,82	608,82	1.217,65	2.822,73	310,50	310,50	621,00	2.712,04	298,32	298,32	596,66
Ago-12	11.427,66	5.534,77	4	608,82	608,82	1.217,65	2.822,73	310,50	310,50	621,00	2.712,04	298,32	298,32	596,66
Set-12	12.242,64	5.534,77	4	608,82	608,82	1.217,65	2.822,73	310,50	310,50	621,00	2.712,04	298,32	298,32	596,66
Out-12	12.242,64	5.534,77	4	608,82	608,82	1.217,65	2.822,73	310,50	310,50	621,00	2.712,04	298,32	298,32	596,66
Nov-12	12.242,64	5.534,77	4	608,82	608,82	1.217,65	2.822,73	310,50	310,50	621,00	2.712,04	298,32	298,32	596,66
Dez-12	6.965,85	2.503,01	2	275,33	275,33	550,66	1.276,54	140,42	140,42	280,84	1.226,47	134,91	134,91	269,82
Dez-12	6.965,85	2.503,01	2	275,33	275,33	550,66	1.276,54	140,42	140,42	280,84	1.226,47	134,91	134,91	269,82
Jan-13	12.962,56	6.002,34	4	660,26	660,26	1.320,51	3.061,19	336,73	336,73	673,46	2.941,15	323,53	323,53	647,05
Fev-13	16.362,64	8.656,00	4	952,16	952,16	1.904,32	4.414,56	485,60	485,60	971,20	4.241,44	466,56	466,56	933,12
Mar-13	16.362,64	8.656,00	4	952,16	952,16	1.904,32	4.414,56	485,60	485,60	971,20	4.241,44	466,56	466,56	933,12
Abr-13	17.872,58	10.040,87	4	1.104,50	1.104,50	2.208,99	5.120,84	563,29	563,29	1.126,59	4.920,03	541,20	541,20	1.082,41
Mai-13	13.287,03	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Jun-13	13.287,03	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Jul-13	13.287,03	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Ago-13	13.287,03	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Set-13	13.287,03	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Out-13	13.287,03	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Nov-13	14.625,73	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Dez-13	14.625,73	7.665,36	3	843,19	843,19	1.686,38	3.909,33	430,03	430,03	860,05	3.756,03	413,16	413,16	826,33
Dez-13	14.625,73	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Jan-14	12.962,56	6.002,34	4	660,26	660,26	1.320,51	3.061,19	336,73	336,73	673,46	2.941,15	323,53	323,53	647,05
Fev-14	16.362,64	8.656,00	4	952,16	952,16	1.904,32	4.414,56	485,60	485,60	971,20	4.241,44	466,56	466,56	933,12
Mar-14	16.362,64	8.656,00	4	952,16	952,16	1.904,32	4.414,56	485,60	485,60	971,20	4.241,44	466,56	466,56	933,12
Abr-14	17.872,58	10.040,87	4	1.104,50	1.104,50	2.208,99	5.120,84	563,29	563,29	1.126,59	4.920,03	541,20	541,20	1.082,41
Mai-14	13.287,03	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Jun-14	13.287,03	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Jul-14	13.287,03	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Ago-14	13.287,03	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Set-14	13.287,03	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Out-14	13.287,03	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Nov-14	14.625,73	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Dez-14	14.625,73	7.665,36	3	843,19	843,19	1.686,38	3.909,33	430,03	430,03	860,05	3.756,03	413,16	413,16	826,33
Dez-14	14.625,73	7.271,06	3	799,82	799,82	1.599,63	3.708,24	407,91	407,91	815,81	3.562,82	391,91	391,91	783,82
Jan-15	14.625,73	7.665,36	3	843,19	843,19	1.686,38	3.909,33	430,03	430,03	860,05	3.756,03	413,16	413,16	826,33
Fev-15	14.625,73	7.665,36	3	843,19	843,19	1.686,38	3.909,33	430,03	430,03	860,05	3.756,03	413,16	413,16	826,33
Mar-15	14.625,73	7.665,36	3	843,19	843,19	1.686,38	3.909,33	430,03	430,03	860,05	3.756,03	413,16	413,16	826,33
Abr-15	14.625,73	7.665,36	3	843,19	843,19	1.686,38	3.909,33	430,03	430,03	860,05	3.756,03	413,16	413,16	826,33
Mai-15	14.625,73	7.665,36	3	843,19	843,19	1.686,38	3.909,33	430,03	430,03	860,05	3.756,03	413,16	413,16	826,33
Jun-15	14.625,73	7.665,36	3	843,19	843,19	1.686,38	3.909,33	430,03	430,03	860,05	3.756,03	413,16	413,16	826,33
Totais											-	21.077,87	21.077,87	42.155,74

14.1.1.3. Subitem 6.1.6 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015 - CÂMARA:

Subitem 6.1.6 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015 - CÂMARA MUNICIPAL											
DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES AO RPPS - SERVIDORES ATIVOS											
Mês/Ano	Remuneração bruta	Base de Cálculo	Nº Serv.	Fundo financeiro (51% - anexo 3)				Fundo previdenciário (49% - anexo 3)			
				Base cálculo	Contribuições devidas			Base cálculo	Contribuições devidas		
					Ente	Servidor	Total		Ente	Servidor	Total
Jan/11	129.799,91	129.799,91	31	66.197,95	7.281,77	7.281,77	14.563,55	63.601,96	6.996,22	6.996,22	13.992,43
Fev/11	154.073,29	123.763,21	31	63.119,24	6.943,12	6.943,12	13.886,23	60.643,97	6.670,84	6.670,84	13.341,67
Mar/11	124.227,71	121.259,76	30	61.842,48	6.802,67	6.802,67	13.605,35	58.417,28	6.535,90	6.535,90	13.071,80
Abr/11	126.624,15	110.157,14	29	56.180,14	6.179,82	6.179,82	12.359,63	53.977,00	5.937,47	5.937,47	11.874,94
Mai/11	123.108,46	110.157,14	29	56.180,14	6.179,82	6.179,82	12.359,63	53.977,00	5.937,47	5.937,47	11.874,94
Jun/11	126.485,69	111.999,99	28	57.119,99	6.283,20	6.283,20	12.566,40	54.880,00	6.036,80	6.036,80	12.073,60
Jul/11	133.925,12	109.687,64	28	55.940,70	6.153,48	6.153,48	12.306,95	53.746,94	5.912,16	5.912,16	11.824,33
Ago/11	110.020,13	110.020,13	28	56.110,27	6.172,13	6.172,13	12.344,26	53.908,88	5.930,09	5.930,09	11.860,17
Set/11	110.756,23	110.756,23	29	56.485,68	6.213,42	6.213,42	12.426,85	54.270,55	5.968,76	5.968,76	11.939,52
Out/11	109.641,09	109.641,09	29	55.916,96	6.150,87	6.150,87	12.301,73	53.724,13	5.909,65	5.909,65	11.819,31

Subitem 6.1.6 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015 - CÂMARA MUNICIPAL											
DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES AO RPPS - SERVIDORES ATIVOS											
Mês/Ano	Remuneração Base	Base de Cálculo	nº Serv.	Fundo financeiro (51% - anexo 3)			Fundo previdenciário (49% - anexo 3)				
				Base cálculo	Contribuições devidas		Base cálculo	Contribuições devidas			
					Ente	Servidor		Total	Ente	Servidor	Total
Nov/11	105.575,32	105.575,32	27	53.843,41	5.922,78	5.922,78	11.845,55	51.731,91	5.690,51	5.690,51	11.381,02
Dez/11	107.300,57	107.300,57	27	54.723,29	6.019,56	6.019,56	12.039,12	52.577,28	5.783,50	5.783,50	11.567,00
Dez/11	105.461,14	105.461,14	27	53.785,18	5.916,37	5.916,37	11.832,74	51.675,96	5.684,36	5.684,36	11.368,71
Jan/12	160.333,37	160.333,37	27	81.770,02	8.994,70	8.994,70	17.989,40	78.563,35	8.641,97	8.641,97	17.283,94
Fev/12	125.232,30	125.232,30	27	63.868,47	7.025,53	7.025,53	14.051,06	61.363,83	6.750,02	6.750,02	13.500,04
Mar/12	125.185,47	125.185,47	27	63.844,59	7.022,90	7.022,90	14.045,81	61.340,88	6.747,50	6.747,50	13.494,99
Abr/12	125.846,46	125.846,46	27	64.181,69	7.059,99	7.059,99	14.119,97	61.664,77	6.783,12	6.783,12	13.566,25
Mai/12	128.096,20	128.096,20	27	65.329,06	7.186,20	7.186,20	14.372,39	62.767,14	6.904,39	6.904,39	13.808,77
Jun/12	127.318,09	127.318,09	27	64.932,23	7.142,54	7.142,54	14.285,09	62.385,86	6.862,45	6.862,45	13.724,89
Jul/12	129.660,70	129.660,70	27	66.126,96	7.273,97	7.273,97	14.547,93	63.593,74	6.988,71	6.988,71	13.977,42
Ago/12	127.663,00	127.663,00	27	65.108,13	7.161,89	7.161,89	14.323,79	62.554,87	6.881,04	6.881,04	13.762,07
Set/12	129.168,97	129.168,97	27	65.876,17	7.246,38	7.246,38	14.492,76	63.292,80	6.962,21	6.962,21	13.924,41
Out/12	130.850,00	130.850,00	27	66.733,50	7.340,69	7.340,69	14.681,37	64.116,50	7.052,82	7.052,82	14.105,63
Nov/12	127.318,09	127.318,09	27	64.932,23	7.142,54	7.142,54	14.285,09	62.385,86	6.862,45	6.862,45	13.724,89
Dez/12	129.694,21	129.694,21	27	66.144,05	7.275,85	7.275,85	14.551,69	63.550,16	6.990,52	6.990,52	13.981,04
Dez/12	127.318,09	127.318,09	27	64.932,23	7.142,54	7.142,54	14.285,09	62.385,86	6.862,45	6.862,45	13.724,89
Jan/13	122.879,57	122.879,57	27	62.668,58	6.893,54	6.893,54	13.787,09	60.210,99	6.623,21	6.623,21	13.246,42
Fev/13	136.536,27	136.536,27	27	69.633,50	7.659,68	7.659,68	15.319,37	68.902,77	7.358,30	7.358,30	14.718,61
Mar/13	139.047,86	139.047,86	27	70.914,41	7.800,58	7.800,58	15.601,17	68.133,45	7.494,68	7.494,68	14.989,36
Abr/13	137.496,51	137.496,51	27	70.123,22	7.713,55	7.713,55	15.427,11	67.373,29	7.411,06	7.411,06	14.822,12
Mai/13	136.689,11	136.689,11	27	69.711,45	7.668,26	7.668,26	15.336,52	66.977,66	7.387,54	7.387,54	14.735,09
Jun/13	131.891,94	131.891,94	27	67.264,89	7.399,14	7.399,14	14.798,28	64.627,05	7.108,98	7.108,98	14.217,95
Jul/13	150.635,34	150.635,34	27	76.824,02	8.450,64	8.450,64	16.901,29	73.811,32	8.119,24	8.119,24	16.238,49
Ago/13	134.056,37	134.056,37	27	68.368,75	7.520,56	7.520,56	15.041,12	65.687,62	7.225,64	7.225,64	14.451,28
Set/13	140.104,96	140.104,96	27	71.453,53	7.859,89	7.859,89	15.719,78	68.851,43	7.551,66	7.551,66	15.103,31
Out/13	137.034,90	137.034,90	27	69.887,80	7.687,66	7.687,66	15.375,32	67.147,10	7.386,18	7.386,18	14.772,36
Nov/13	136.612,09	136.612,09	27	69.672,17	7.663,94	7.663,94	15.327,88	66.939,92	7.363,39	7.363,39	14.726,78
Dez/13	142.678,58	142.678,58	27	72.766,08	8.004,27	8.004,27	16.008,54	69.912,50	7.690,38	7.690,38	15.380,75
Dez/13	132.386,88	132.386,88	27	67.517,31	7.426,90	7.426,90	14.853,81	64.869,57	7.135,65	7.135,65	14.271,31
Jan/14	122.879,57	122.879,57	27	62.668,58	6.893,54	6.893,54	13.787,09	60.210,99	6.623,21	6.623,21	13.246,42
Fev/14	136.536,27	136.536,27	27	69.633,50	7.659,68	7.659,68	15.319,37	68.902,77	7.358,30	7.358,30	14.718,61
Mar/14	139.047,86	139.047,86	27	70.914,41	7.800,58	7.800,58	15.601,17	68.133,45	7.494,68	7.494,68	14.989,36
Abr/14	137.496,51	137.496,51	27	70.123,22	7.713,55	7.713,55	15.427,11	67.373,29	7.411,06	7.411,06	14.822,12
Mai/14	136.689,11	136.689,11	27	69.711,45	7.668,26	7.668,26	15.336,52	66.977,66	7.387,54	7.387,54	14.735,09
Jun/14	131.891,94	131.891,94	27	67.264,89	7.399,14	7.399,14	14.798,28	64.627,05	7.108,98	7.108,98	14.217,95
Jul/14	150.635,34	150.635,34	27	76.824,02	8.450,64	8.450,64	16.901,29	73.811,32	8.119,24	8.119,24	16.238,49
Ago/14	134.056,37	134.056,37	27	68.368,75	7.520,56	7.520,56	15.041,12	65.687,62	7.225,64	7.225,64	14.451,28
Set/14	140.104,96	140.104,96	27	71.453,53	7.859,89	7.859,89	15.719,78	68.851,43	7.551,66	7.551,66	15.103,31
Out/14	137.034,90	137.034,90	27	69.887,80	7.687,66	7.687,66	15.375,32	67.147,10	7.386,18	7.386,18	14.772,36
Nov/14	136.612,09	136.612,09	27	69.672,17	7.663,94	7.663,94	15.327,88	66.939,92	7.363,39	7.363,39	14.726,78
Dez/14	142.678,58	142.678,58	27	72.766,08	8.004,27	8.004,27	16.008,54	69.912,50	7.690,38	7.690,38	15.380,75
Dez/14	132.386,88	132.386,88	27	67.517,31	7.426,90	7.426,90	14.853,81	64.869,57	7.135,65	7.135,65	14.271,31
Jan/15	160.285,79	160.285,79	27	81.745,75	8.992,03	8.992,03	17.984,07	78.540,04	8.639,40	8.639,40	17.278,81
Fev/15	151.423,82	151.423,82	27	77.226,15	8.494,88	8.494,88	16.989,75	74.197,67	8.161,74	8.161,74	16.323,49
Mar/15	156.652,12	156.652,12	27	79.892,58	8.788,18	8.788,18	17.576,37	76.759,54	8.443,55	8.443,55	16.887,10
Abr/15	158.836,61	158.836,61	27	81.006,67	8.910,73	8.910,73	17.821,47	77.829,94	8.561,29	8.561,29	17.122,59
Mai/15	158.806,21	158.806,21	27	80.991,17	8.909,03	8.909,03	17.818,06	77.815,04	8.559,85	8.559,85	17.119,31
Jun/15	161.766,91	161.766,91	27	82.501,12	9.075,12	9.075,12	18.150,25	79.265,79	8.719,24	8.719,24	17.438,47
Jul/15	157.879,65	157.879,65	27	80.518,62	8.857,05	8.857,05	17.714,10	77.391,03	8.509,71	8.509,71	17.019,43
Ago/15	143.593,93	143.593,93	26	73.232,90	8.055,62	8.055,62	16.111,24	70.391,03	7.739,71	7.739,71	15.479,43
Set/15	139.574,57	139.574,57	26	71.183,03	7.830,13	7.830,13	15.660,27	68.391,54	7.523,07	7.523,07	15.046,14
Out/15	142.927,08	142.927,08	26	72.892,81	8.018,21	8.018,21	16.036,42	70.034,27	7.703,77	7.703,77	15.407,54
Totais devidos ao fundo previdenciário											889.038,64

14.1.1.3.1. Saneiam-se os autos, esclarecendo-se que os valores do ano de 2015 são referentes ao período JANEIRO/2015 a OUTUBRO/2015.

14.1.1.4. Subitem 6.2.5 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015:

Subitem 6.2.5 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015						
Conta Contábil	Rubrica	2011	2012	2013	2014	2015 (até 06/2015)
1311.00.00.00.00	Aluguéis	1.038.124,00	1.083.240,47	1.172.031,02	1.201.963,30	622.395,47
1320.00.00.00.00	Receita de Valores Mobiliários	94.067,62	137.764,57	99.432,79	20.858,92	12.792,13
1390.00.00.02.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	26.810,40	69.759,37	39.088,02	41.856,97	21.623,88
Totais anuais		1.159.002,02	1.290.764,41	1.310.551,83	1.264.679,19	656.811,48
TOTAL 5.681.808,93						

14.1.1.5. Subitem 6.3.2 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015:

Subitem 6.3.2 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015 (Excesso de despesas administrativas)	
Competência	Valor originário
DEZ/2011	451.279,36
DEZ/2012	84.837,84
Total	536.117,20

14.1.1.6. Subitem 6.3.2 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015:

Descrição da despesa	2011		2012		2013		2014	
PESSOAL E ENCARGOS	1.441.871,61		1.485.950,04		1.422.614,86		1.726.654,63	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - P/E/PJ	572.876,47		599.392,26		545.255,36		580.041,06	
MATERIAL DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS E OUTROS BENS	129.025,79		68.224,41		28.074,49		73.974,18	
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	114.947,55		148.010,65		347.975,52		351.064,32	
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.258.721,22		2.301.577,36		2.343.920,23		2.731.734,19	
TOTAL A SER RATEADO ENTRE OS DOIS FUNDOS	1.807.441,86		2.216.739,52		2.343.920,23		2.731.734,19	
RATEIO DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO	Financeiro (51%)	921.795,35	Previdenciário (49%)	885.646,51	Financeiro (51%)	1.130.537,16	Previdenciário (49%)	1.086.202,36
	Financeiro (51%)	921.795,35	Previdenciário (49%)	885.646,51	Financeiro (51%)	1.195.399,32	Previdenciário (49%)	1.148.520,91
DESPESAS DO FUNDO FINANCEIRO SUPOSTAS PELO FUNDO PREVIDENCIÁRIO								4.640.916,26

OBS: O rateio diverso do total das despesas administrativas nos anos de 2011 e 2012 decorre do fato de que a diferença estar sendo objeto de cobrança por excesso no custeio administrativo conforme subitem 6.3

14.2. DO EXPLICITADO do subitem 14.1.1 ao 14.1.1.6 retro, a dívida apontada pela auditoria quanto ao critério "utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa" totaliza um valor originário de R\$43.263.717,48, conforme resumido no QUADRO a seguir.

Item (dívidas apontadas pela auditoria)	Valor originário
Receitas de contribuições dos servidores e patronais do plano previdenciário da Prefeitura Municipal utilizados pelo PREVMOC para pagamento de benefícios do plano financeiro.	31.473.680,71
Receitas de contribuições dos servidores e patronais do plano previdenciário da Câmara Municipal utilizados pelo PREVMOC para pagamento de benefícios do plano financeiro.	889.038,64
Receitas de contribuições dos servidores e patronais do plano previdenciário da MCTrans utilizados pelo PREVMOC para pagamento de benefícios do plano financeiro.	42.155,74
Receitas de Aluguéis destinadas ao fundo previdenciário utilizado pelo PREVMOC ao pagamento de benefícios do fundo financeiro.	5.681.808,93
Excesso Despesas Administrativas	536.117,20
Referentes despesas administrativas custeadas com recursos do plano previdenciário.	4.640.916,26
Total	43.263.717,48

14.2.1. Por outro lado, a ANÁLISE contida no item 4.4, alíneas "a" a "d" da DECISÃO NOTIFICAÇÃO - DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF, conforme explicitado no QUADRO a seguir, registra uma dívida de apenas R\$10.364.880,93 em valores originários no que se refere ao critério "Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa"; destarte, uma diferença de R\$32.898.836,55 em valores originários (R\$43.263.717,48 menos R\$10.364.880,93 = R\$32.898.836,55).

Item 4.4, alíneas "a" a "d" da DECISÃO NOTIFICAÇÃO - DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF	
4.4. Em relação às irregularidades apontadas para o critério "Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa" verifica-se que foram apontados pela auditoria o que se segue.	
a) As contribuições destinadas ao fundo previdenciário foram indevidamente utilizadas no pagamento de benefícios do fundo financeiro no valor originário de R\$42.155,74 (quarenta e dois mil, cento e cinquenta e cinco Reais e setenta e quatro) (item 6.1 do relatório de auditoria);	42.155,74
b) valores que pertencem ao fundo previdenciário que foram indevidamente utilizadas para o pagamento de benefícios do Fundo Financeiro, totalizando em valores originais o montante de R\$5.681.808,93 (cinco milhões, seiscentos e oitenta um mil, oitocentos e oito Reais e noventa e três centavos) (item 6.2 do relatório de auditoria);	5.681.808,93
c) Excesso na utilização de recursos do RPPS para o pagamento de despesas administrativas nos exercícios de 2011 a 2012, no valor total de R\$ 536.117,20 (item 6.3 do relatório de auditoria);	536.117,20
d) Considerando a impossibilidade de comunicação dos recursos entre os dois fundos, conforme previsto nas leis complementares municipais 08/2006 e 17/2009, bem como na Portaria MPS 403/2008, assim impõe-se ao tesouro municipal, responsável por cobrir a ausência de recursos do fundo financeiro, repor ao fundo previdenciário o montante de recursos despendidos com o resultado do rateio das despesas administrativas a entre os dois fundos, que em valores originais soma até o final do ano de 2014 a quantia de R\$4.640.916,26 (quatro milhões, seiscentos e quarenta mil, novecentos e dezesseis Reais e vinte e seis centavos) (item 6.4 do relatório de auditoria).	4.640.916,26
Total	10.364.880,93

14.2.1.1. DO EXPOSTO, propomos reformar a DECISÃO NOTIFICAÇÃO - DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF, para explicitar os valores apontados pela auditoria conforme discriminado no QUADRO do subitem 14.2 retro.

14.2.1.1.1. Ao mesmo tempo, em análise de mérito do valor originário apontado pela auditoria de R\$4.640.916,26 inserido no Quadro do subitem 14.2 retro, referente despesas administrativas custeadas com recursos do plano previdenciário, PROPOMOS reformar a DN, para considerar insubsistente o referido valor, pelos motivos a seguir explicitados:

a) a auditoria atesta em seu relatório que foi efetuado o cálculo do limite permitido para as despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da Unidade Gestora do RPPS (Taxa de Administração), atinentes aos exercícios de 2011 a 2014, com base no valor total das remunerações, proventos e pensões pagos em cada exercício imediatamente anterior, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 9.717/1998, no artigo 17, § 3º, da Portaria MPAS nº 4.992/1999 e no artigo 15 da Portaria MPS nº 402/2008, tendo por base o percentual de 2% (dois por cento) para a Taxa de Administração fixada na legislação do RPPS;

b) feito o cálculo mencionado na alínea "a" foi verificado um excesso de despesas administrativas nos anos de 2011 e 2012 no valor originário de R\$536.117,20, conforme apurado pela auditoria;

c) a norma atinente aos RPPS fixa o limite em 2% (dois por cento) do valor total das remunerações, proventos e pensões pagos em cada exercício imediatamente anterior, valor esse que poderá ser retirado das contribuições totais do Ente para efeito de custeio administrativo;

d) o custeio administrativo tem a finalidade de propiciar o perfeito funcionamento da administração do RPPS, fornecendo-lhe os meios financeiros para as finalidades profícuas para o qual foi criado em Lei, destarte, o não rateio das despesas entre Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, por si só, não

autoriza a SPPS/MF considerar que despesas que deviam ser rateadas a FUNDO FINANCEIRO sejam consideradas como utilização indevida de recursos, isso feito mesmo sendo o Fundo Financeiro deficitário e necessitando de aportes para o custeio dos seus benefícios, isso feito também mesmo que o Ente Federativo não tivesse repassado em dia as contribuições (patronal e servidores) atinente à massa de servidores vinculada a Fundo Financeiro;

e) quanto aos valores de contribuições (patronal e servidor) que deixaram de ser repassados ao fundo financeiro e que resultou em uso de recursos do fundo previdenciário, não pode ser olvidado que essa dívida (embora insubsistente, conforme explicitaremos nesse decisório) foi apontada como utilização indevida de recursos previdenciários pela auditoria, ou seja:

Item (dívidas apontadas pela auditoria)	Valor originário
Receitas de contribuições dos servidores e patronais do plano previdenciário da Prefeitura Municipal utilizadas pelo PREVMOC para pagamento de benefícios do plano financeiro.	31.473.680,71
Receitas de contribuições dos servidores e patronais do plano previdenciário da Câmara Municipal utilizadas pelo PREVMOC para pagamento de benefícios do plano financeiro.	889.038,64
Receitas de contribuições dos servidores e patronais do plano previdenciário da MCTTRANS utilizadas pelo PREVMOC para pagamento de benefícios do plano financeiro.	42.155,74
Total (R\$)	32.404.875,09

14.3. POR DERRADEIRO, DO EXAUSTIVAMENTE EXPLICITADO, após considerar insubsistente o valor de R\$4.640.916,26 apontado pela auditoria, pelos motivos expostos retro, os valores totais remanescentes atinentes à dívida do Município com o RPPS referente ao critério "utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa" são os discriminados no QUADRO seguir.

Item	Valor originário	Observação
Receitas de contribuições dos servidores e patronais do plano previdenciário da Prefeitura Municipal utilizados pelo PREVMOC para pagamento de benefícios do plano financeiro.	31.473.680,71	Valores explicitados por competência no subitem 14.1.1.1, retro.
Receitas de contribuições dos servidores e patronais do plano previdenciário da Câmara Municipal utilizados pelo PREVMOC para pagamento de benefícios do plano financeiro.	889.038,64	Valores explicitados por competência no subitem 14.1.1.3, retro.
Receitas de contribuições dos servidores e patronais do plano previdenciário da MCTTRANS utilizados pelo PREVMOC para pagamento de benefícios do plano financeiro.	42.155,74	Valores explicitados por competência no subitem 14.1.1.2, retro.
Receitas de Aluguéis destinadas ao fundo previdenciário utilizado pelo PREVMOC ao pagamento de benefícios do fundo financeiro.	5.681.808,93	Valores explicitados por competência no subitem 14.1.1.4, retro.
Excesso Despesas administrativas nos anos de 2011 e 2012	536.117,20	Valores explicitados por competência no subitem 14.1.1.5, retro.
Total	38.622.801,22	-

14.4. POR OUTRO LADO, quanto à apuração de valores de utilização de recursos do Plano Previdenciário Financeiro para pagamento de obrigações do Plano Previdenciário, se faz necessário em primeiro verificar se a SEGREGAÇÃO DE MASSAS PREVISTA foi efetivamente implantada, uma vez que as normas determinam:

PORTARIA MPS Nº 403/2008:

Art. 21. A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, mediante a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes. (Nova redação dada pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013)

Redação original:

Art. 21. A segregação da massa será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, acompanhado pela separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes.

14.4.1. Conforme consta da Notificação de Irregularidade Atuarial - NIA nº 0376/2011 e DESPACHO DE ATUÁRIA MPS/SPPS/DRPSP/CGACI Nº 0615/2015 reproduzidos a seguir, a segregação de massas do RPPS sequer foi implantada, senão vejamos:

NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE ATUARIAL - NIA		Nº	0376/2011
ENTE FEDERATIVO		CNPJ	
Município de Montes Claros-MG		22.678.847/0001-35	
ENDEREÇO ELETRÔNICO			
prefeitomoc@montesclaros.mg.gov.br			
UNIDADE GESTORA		CNPJ	
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC		66.489.741/0001-96	
ENDEREÇO ELETRÔNICO			
prevmoc@gmail.com			
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DA NIA		Luiz Sales Filho	
DRAA RELATIVO AO EXERCÍCIO DE	2010	ENCAMINHADO VIA INTERNET EM	05/04/2010
<p>Fica esse ente federativo NOTIFICADO de que, conforme análise realizada a partir das informações constantes no Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA, acima identificado, e em outros documentos verificados, foi constatado o descumprimento das normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, estabelecidas pela Portaria MPS nº 403, de 10.12.2008.</p> <p>Estão relacionadas, no quadro a seguir, as irregularidades apuradas em relação às normas de atuária, cujas descrições detalhadas encontram-se no Relatório que acompanha esta Notificação de Irregularidade Atuarial - NIA.</p>			
IRREGULARIDADE		FUNDAMENTO LEGAL (PORTARIA MPS Nº 403/2008)	
Custo normal: não demonstrada a efetiva implementação, em lei do ente federativo, da alíquota de contribuição normal proposta no parecer atuarial.		artigos 2º, XV e 17, § 7º	
Déficit Atuarial - Plano de Amortização: não demonstrada a efetiva implementação, em lei do ente federativo, da alíquota de contribuição suplementar proposta no parecer atuarial.		artigos 18 e 19, caput e § 1º	
Déficit Atuarial - Segregação da Massa: a segregação proposta no parecer atuarial e definida em lei não foi acompanhada da efetiva separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações.		artigos 20, caput e 21, caput	

RELATÓRIO DA NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE ATUARIAL - NIA

Nº

0376/2011

1. Trata-se da análise do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA referente ao exercício de 2010, enviado via internet em 05/04/2010 pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município acima referido, para fins de aferição da regularidade do critério "Equilíbrio Financeiro e Atuarial".
2. As alíquotas de contribuição previdenciária atualmente vigentes no município em questão são de 11,00% para o Ente e 11% para os segurados, totalizando 22,00%, conforme estabelecido na Lei Complementar Municipal nº 017/2009, de 07/05/2009.
3. Conforme o cálculo atuarial do exercício de 2010, expresso no DRAA, a alíquota de equilíbrio para o custo normal, devida pelos servidores ativos e pelo Ente, corresponde a 31,10% (trinta e uma vírgula dez por cento), sendo 20,10% (vinte vírgula dez por cento) para os entes e 11% (onze por cento) para os segurados.
4. Para a cobertura do déficit de R\$ (1.304.166,24) foi definida, de acordo com o Quadro 3.2 do DRAA, a contribuição suplementar de 0,59%, (zero vírgula cinquenta e nove por cento) incidente sobre a folha de remuneração dos servidores ativos, de responsabilidade apenas dos Entes Municipais, por um período de 34 anos considerando 13 (treze) parcelas anuais.
5. Entretanto, tanto a alíquota de custo normal correspondendo a 20,10%, (vinte vírgula dez por cento) bem como a contribuição suplementar de 0,59%, (zero vírgula cinquenta e nove por cento), não foram implementadas em Lei do ente municipal, configurando desequilíbrio financeiro e atuarial.
6. Nos termos da Lei complementar Municipal nº 008/2006, foi autorizado a instituição do sistema previdenciário misto no PREVMOC, sendo um Plano Financeiro e um Plano Previdenciário Capitalizado. Com base nas informações extraídas dos dados contábeis, verifica-se que, apesar do Instituto possuir contas bancárias separadas, as receitas e despesas ainda não estão sendo contabilizadas de forma segregadas, a contabilidade do ente municipal, ainda não fornece separadamente as receitas de transferências (repasse) referentes às contribuições previdenciárias dos dois grupos, Plano Financeiro e Previdenciário.
7. Diante do exposto, para o cumprimento do que determina a Lei nº 9.717/98 e a Portaria nº 204/08, requer-se:
 - a) Previsão em lei das alíquotas de contribuição necessárias para a cobertura de seu plano de benefícios, conforme descrito no item 3;
 - b) Implementar em lei municipal o plano de equacionamento, de acordo com o definido no DRAA.
 - c) Implementar no Plano de Contas do PREVMOC, a estrutura de contas dos Planos Financeiro e Previdenciário, e apresentar os dados contábeis de forma segregada para os dois Planos de Custeio.

DESPACHO DE ATUÁRIA MPS/SPPS/DRPSP/CGACI Nº 0615/2015

INTERESSADO: Município de MONTES CLAROS - MG

ASSUNTO:	Notificação de Irregularidade Atuarial - NIA nº 0376/2011 Justificativas apresentadas não foram suficientes para sanar todas as irregularidades. Manutenção da Situação do Critério "Equilíbrio Financeiro e Atuarial" - "IRREGULAR".
-----------------	---

1. INTRODUÇÃO

1.1 Conforme verificação realizada por esta Coordenação-Geral de Auditoria, Atuarial, Contabilidade e Investimentos - CGACI, foi constatado o descumprimento das normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS, estabelecidas pela Portaria MPS nº 403/2008, resultando na emissão da Notificação de Irregularidade Atuarial - NIA nº 0376/2011.

2. ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS

2.1 O ente federativo apresentou suas justificativas por meio do Ofício nº 083/2015, de 21 de outubro de 2015, que submetidas aos critérios de razoabilidade aplicados pelo MPS às avaliações atuariais não sanaram totalmente as irregularidades objeto da Notificação de Irregularidade Atuarial - NIA nº 0376/2011.

2.2 Irregularidades apontadas na respectiva NIA nº 0376/2011:

2.2.1 *Custo normal: não demonstrada a efetiva implementação, em lei do ente federativo, da alíquota de contribuição normal proposta no parecer atuarial.*

2.2.1.1 Foi considerada a Lei Complementar nº 49, de 20 de agosto de 2015, que majora a contribuição do ente federativo para 16% (dezesesseis por cento), e que referenciada no DRAA 2014 regulariza este item.

2.2.2 *Déficit Atuarial - Segregação da Massa: a segregação proposta no parecer atuarial e definida em lei não foi acompanhada da efetiva separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações.*

2.2.2.1 Em conformidade com o DRAA 2014:

"Assim, com a promulgação da Lei Complementar nº. 008/2006, o Município instituiu o sistema previdenciário misto no PREVMOC, alterado em 2009, pela Lei Complementar nº. 017/2009 e que, em razão de auditoria realizada no PREVMOC, o auditor do Ministério da Previdência Social identificou que apesar da implementação em lei pelo ente federativo das alterações na segregação de massa, à época não foram realizadas a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes, assim, recomendou a elaboração de novo estudo, a fim de possibilitar a regularização da situação. Deste modo, a Avaliação Atuarial de 2011 e estudos posteriores definiram características que viabilizaram o equilíbrio do Plano, entretanto, as alterações ainda não foram implementadas

2.2.3 Déficit Atuarial - Plano de Amortização: não demonstrada a efetiva implementação, em lei do ente federativo, da alíquota de contribuição suplementar proposta no parecer atuarial.

2.2.3.1 Este item está vinculado à regularização do item 2.2.2, conseqüentemente, será considerado não regularizado.

2.3 Desta forma, aguarda-se a devida regularização dos itens 2.2.2 e 2.2.3.

Situação: Irregularidade mantida

3. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

3.1 Informamos que será necessário formalizar o envio de qualquer Lei ou Decreto Municipal que vier a alterar o plano de custeio do RPPS, à Coordenação Geral de Normatização e Acompanhamento Legal – CGNAL, na forma do art. 5º da Portaria MPS 204/2008, para que, posteriormente, esta Coordenação analise o critério “Equilíbrio Financeiro e Atuarial” do Regime Próprio. Esta legislação deverá ser encaminhada impressa, acompanhada de comprovante de sua publicidade, para o seguinte destinatário e endereço:

Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS/MPS
Esplanada dos Ministérios, Bloco F – Anexo Ala A – sala 475
Brasília – DF- CEP: 70.059-900
E-mail: sps.cgnal@previdencia.gov.br

3.2 Lembramos que, na hipótese do encaminhamento de cópias de legislação, estas deverão ser autenticadas, folha a folha, em cartório ou por servidor público devidamente identificado por nome, cargo e matrícula, acompanhadas das respectivas declarações em que constem as correspondentes datas de publicação (DIA/MÊS/ANO).

3.3 Caso haja a disponibilização da legislação no sítio deste Ente na Internet, deverá ser informado o endereço eletrônico em que poderá ser acessada, hipótese que suprirá a necessidade de apresentação, dispensará a autenticação e, caso conste expressamente, no documento disponibilizado, a data de sua publicação inicial, dispensará, também, o envio do comprovante de sua publicidade.

4. CONCLUSÃO

4.1 Diante do exposto, não tendo sido totalmente sanadas as irregularidades constantes da Notificação de Irregularidade Atuarial - NIA nº 0376/2011, a situação do critério “Equilíbrio Financeiro e Atuarial” será mantida “IRREGULAR”, na forma do artigo 1º, “caput” da Lei nº 9.717, de 27.11.1998, nos artigos 8º e 9º da Portaria MPS nº 402, de 10.12.2008, e nos artigos 5º,

inciso II e 10, §§ 3º e 4º da Portaria MPS nº 204, de 10.07.2008, resultando na suspensão da emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, instituído pelo Decreto nº 3.788, de 11.04.2001.

4.2 Para que seja comprovado o atendimento aos parâmetros estabelecidos nas normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS, ratificamos as orientações ao ente federativo em relação ao DRAA 2010:

- a) *Déficit Atuarial - Segregação da Massa: comprovar a efetiva separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações.*
- b) *Déficit Atuarial - Plano de Amortização: demonstrar a efetiva implementação, em lei do ente federativo, da alíquota de contribuição suplementar proposta no parecer atuarial.*

Brasília – DF, 09 de novembro de 2015.

(ORIGINAL ASSINADO E ARQUIVADO NA ORIGEM)

Antônio Augusto Garcia

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Matrícula 0.893.174

COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E INVESTIMENTOS - CGACI

1. Visto. De acordo.
2. Encaminhe-se ao ente federativo.

(ORIGINAL ASSINADO E ARQUIVADO NA ORIGEM)

Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos

14.4.1.1. DO EXPLICITADO, verifica-se que o Ente Federativo encontra-se sancionado no CADPREV no EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL em face de, entre outras, não ter implantado a segregação de massas. Destarte, se não foi implantada a segregação de massas, não há que se cogitar de apuração de utilizações indevidas de recursos previdenciários pelo PLANO FINANCEIRO. Assim sendo, proponho reformar a Decisão Notificação para tornar insubsistentes os seguintes débitos apurados.

Item	Valor originário	Observação
Receitas de contribuições dos servidores e patronais do plano previdenciário da Prefeitura Municipal utilizados pelo PREVMOC para pagamento de benefícios do plano financeiro.	31.473.680,71	valores explicitados por competência no subitem 14.1.1.1, retro.
Receitas de contribuições dos servidores e patronais do plano previdenciário da Câmara Municipal utilizados pelo PREVMOC para pagamento de benefícios do plano financeiro.	889.038,64	valores explicitados por competência no subitem 14.1.1.3, retro.
Receitas de contribuições dos servidores e patronais do plano previdenciário da MCTTRANS utilizados pelo PREVMOC para pagamento de benefícios do plano financeiro.	42.155,74	valores explicitados por competência no subitem 14.1.1.2, retro.
Receitas de Aluguéis destinadas ao fundo previdenciário utilizado pelo PREVMOC ao pagamento de benefícios do fundo financeiro.	5.681.808,93	valores explicitados por competência no subitem 14.1.1.4, retro.
Total	38.086.684,02	-
Observação: inclui-se também na dívida considerada insubsistente o valor de R\$ R\$4.640.916,26 de que trata o subitem 14.2.1.1.1 deste decisório.		

14.5. POR DERRADEIRO, como mais uma evidência de que a segregação de massas não foi implantada, a auditoria, para apurar a dívida apontada, partiu de estimativa considerando o possível número de servidores vinculados a cada Fundo, ou seja:

"Dada a necessidade de apurarmos as contribuições devidas a cada grupo segregado, utilizamos das informações quanto ao nº de segurados vinculados a cada um dos fundos apurados na prefeitura (anexo 04.01 e 04.02) gerando o anexo 05.

No anexo 05 verificamos, para o período auditado, qual o percentual médio de servidores efetivos que estão vinculados a cada um dos fundos, apurando que 51% dos servidores se vinculam ao fundo financeiro e 49% ao fundo previdenciário.

Conhecendo o percentual médio de servidores da prefeitura que se vincula a cada um dos fundos, estendemos esse percentual para a câmara e MCTTRANS.

De posse do total da remuneração e base de cálculo de cada uma dessas entidades, aplicamos os percentuais médios apurados acima, estimando a base de cálculo das contribuições de cada um dos fundos, assim como a contribuição patronal e de servidores.

Elaboramos os anexos 04.03 (câmara) 04.04 (MCTTRANS) onde consta discriminado os valores das contribuições previdenciárias destinadas a cada fundo."

14.5.1. Destarte, em face da falta de implantação da segregação de massas, o procedimento adotado pela auditoria foi a apuração da dívida por estimativa (sem se basear na efetiva base de cálculo de contribuição de cada servidor, segregada por Fundo). Tal procedimento (estimativa), por si só é prova de que a massa não se encontrava segregada, conforme determinam as normas (Portaria MPS 403/2008 e alterações).

14.5.2. DO EXAUSTIVAMENTE EXPLICITADO, E EM CONCLUSÃO, a única dívida apontada pela auditoria que subsiste com relação ao critério *"utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa"*, no Processo Administrativo Previdenciário 259/2015, é a explicitada no QUADRO a seguir.

Subitem 6.3.2 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015 (Excesso de despesas administrativas)	
Competência	Valor originário
DEZ./2011	451.279,36
DEZ.2012	84.837,84
Total	536.117,20

14.6. EM FACE DA REFORMA PARCIAL da DECISÃO NOTIFICAÇÃO - DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF, faz-se necessário devolver ao representante legal do Ente Federativo o prazo para apresentação de defesa no que concerne às sanções atinentes ao critério *"utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa"*, no PAP 259/2015, nos termos previstos no artigo 4º da Portaria MPS nº 530, de 24/11/2014, NO ENTANTO, o critério deverá ser mantido como IRREGULAR no CADPREV uma vez que o Ente Federativo já se encontra com sanção, por decisão transitada em julgado, em face de fiscalização anterior realizada junto ao RPPS, conforme explicitado a seguir.

14.6.1. PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO - PAP nº 061/2005:

14.6.1.1. Quanto a esse Processo (PAP nº 061/2005) constam pendências a serem regularizadas, conforme explicitado nos decisórios a seguir reproduzidos:

14.6.1.1.1. DECISÃO-NOTIFICAÇÃO MPS/SPS/DRPSP/CGAAI Nº 051/2006:

"DECISÃO-NOTIFICAÇÃO MPS/SPS/DRPSP/CGAAI Nº 051/2006

ENTE FEDERATIVO:	Município de Montes Claros - MG
CNPJ:	22.678.874/0001-35
ENDEREÇO:	Av.Cula Mangabeira, 211
CEP:	39401-002
UNIDADE GESTORA:	Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC

CNPJ:	66.489.741/0001-96
PROCESSO:	Processo Administrativo Previdenciário - PAP Nº 061/2005
PERÍODO:	01/1999 12/2004

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. RELATÓRIO-FISCAL CARÁTER CONTRIBUTIVO (REPASSE) - DECISÃO ADMINISTRATIVA. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS - DECISÃO ADMINISTRATIVA. RECOMENDAÇÃO - Lei nº 9.717/98, Art. 1º, II e III, c/c PT/MPAS nº 4.992/99, Art. 2º, II e III.

DO RELATÓRIO FISCAL

Trata-se de auditoria-fiscal realizada junto ao regime próprio de previdência social dos servidores do Município de Montes Claros/MG, por Auditor-Fiscal da Previdência Social, no exercício de suas atribuições definidas pelo Art. 8º, I, "h", da Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, devidamente credenciado pela Delegacia da Receita Previdenciária de Governador Valadares/Unidade em Montes Claros/MG, nos termos definidos pelo § 4º, do Art. 229, do Regulamento da Previdência Social aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 e Portaria MPAS nº 419, de 02 de maio de 2002, revogada pela Portaria MPS nº 1.468, de 30 de agosto de 2005.

2. Do Relatório Fiscal, fls. 01 a 027, datado de 05 de agosto de 2005, e Notificação de Auditoria-Fiscal - NAF nº. 0244, destacam-se os seguintes pontos:

- "Cobertura exclusiva a servidores efetivos" - o ente mantinha lei que estendia cobertura previdenciária a servidores não efetivos, o que ofendia o inciso V do Art. 1º da Lei nº 9.717/98 e inciso V do Art. 2º da Portaria/MPAS nº 4.992/99.
- "Caráter contributivo (Repasse - Fiscalização - DN)" - o ente deixou de comprovar à auditoria-fiscal o repasse do total das contribuições patronais no período de 01/1999 a 12/2004, conforme previsto no inciso II do Art. 1º da Lei nº. 9.717/98 e inciso II do Art. 2º da Portaria/MPAS nº. 4.992/99.
- "Utilização dos recursos previdenciários - Fiscalização" - foram carreados recursos previdenciários para construção de Shopping Popular em desconformidade ao que dispõe o inciso III do Art. 1º da Lei nº 9.717/98 e inciso III do Art. 2º da Portaria/MPAS nº 4.992/99.

DA IMPUGNAÇÃO

3. O Sr. Athos Avelino Pereira - Prefeito Municipal, manifestou acerca das irregularidades apontadas em auditoria-fiscal efetuada no Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, as quais constam da Notificação de Auditoria-Fiscal - NAF nº. 0244/2006, informando basicamente o que segue:

- Foi publicada a Lei Complementar Municipal nº 02/2005, a qual regulariza a irregularidade apontada pela auditoria atribuída ao critério "Cobertura exclusiva a servidores efetivos", cujos funcionários sem vínculo efetivo foram enquadrados no regime geral desde fevereiro de 2005.
- Quanto à irregularidade atribuída ao critério "Caráter contributivo (Repasse - Fiscalização - DN)", o ente informa que foi instituído o Decreto Municipal nº 2.180, de 20/12/2005, que regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 008/2006, o qual atribui responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias ao dirigente máximo do órgão ou entidade em que o segurado estiver vinculado.
- Posteriormente, em expediente assinado pelo Presidente do PREVMOC, com data de 13/09/06, foi informado que o ente repassou a importância de R\$1.239.427,30 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta centavos) durante o exercício de 2005 relativa às contribuições patronais de 2003 e 2004, sendo baixado o valor de R\$2.681.198,14 (dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil, cento e noventa e oito reais e quatorze centavos) restante por se tratar de contribuições referentes aos servidores contratados e comissionados. Também informa, ainda, que não foi encontrado saldo devedor nos exercícios de 1999 a 2002.
- Ainda, sobre a aplicação da alíquota de 8% em vez de 16%, conforme lei municipal, resultando na quantia patronal não repassada de R\$15.126.144,62 (quinze milhões, cento e vinte e seis mil, cento e quarenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), informa o impugnante ser devido e está sendo requerido judicialmente, de acordo com o processo nº 433.05.170.339-8 em trâmite na 1ª Vara de Fazenda Pública da comarca de Montes Claros.
- Esclarece também que a dação em pagamento apontada pela auditoria, que obsta a emissão do CRP no critério "Utilização dos recursos previdenciários - Fiscalização" deu-se por força da Lei nº 2.661, de 30/12/98, portanto, anterior à vigência da Lei nº 9.717/98.
- Por último complementa informando que a licitação da obra (construção do shopping), na modalidade de concorrência pública foi homologada em 30/12/99.

4. É O RELATÓRIO.

DA ANÁLISE

Da Preliminar :

5. Cabe assentar, inicialmente, que estamos recebendo a impugnação, oferecida tempestivamente pelo ente, com fulcro no Art. 4º, da Portaria Ministerial nº 064, de 24 de fevereiro de 2006, porquanto revestida dos pressupostos para a sua interposição.

6. Em sede preparatória, cumpre-se salientar que, buscando corresponder adequadamente às definições regulamentares, o elenco de critérios atribuído no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV vem sofrendo ao longo do tempo sucessivas modificações, que resultaram na mudança da

nomenclatura de uns ou inclusão/subdivisão/exclusão de outros. Assim, o critério alinhado na NAF, definido por "Caráter contributivo (Repasso - Fiscalização - DN)", equivale-se, hoje, ao "**Caráter Contributivo (Repasso) - Decisão Administrativa**" e o "Utilização dos recursos previdenciários - Fiscalização" ajustou-se em "**Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa**".

Do Mérito:

7. Acerca da irregularidade atribuída ao critério "**Cobertura exclusiva a servidores efetivos**" notificada pelo fato de a municipalidade manter como participante do Instituto de Previdência Municipal empregados e funcionários públicos sem vínculo efetivo, o impugnante informa que a presente discrepância foi solucionada com a publicação da Lei Complementar Municipal nº 02/2005, que estabeleceu ser participante do regime próprio somente os servidores efetivos, tendo os demais funcionários do município a cobertura do regime geral a partir de fevereiro de 2005. A mencionada lei foi analisada pela unidade própria desta Secretaria, que a considerou regular, resultando, assim, afastada a pendência então existente.

8. No tocante à irregularidade atribuída ao critério "**Caráter contributivo (Repasso) - Decisão Administrativa**", a qual foi apontada às fls. 16 do relatório e refere-se ao não repasse do total das contribuições patronais relativas à Prefeitura Municipal ao Instituto de Previdência no período de 01/1999 a 12/2004, nos valores nominais seguintes:

a. 1999, R\$1.265.719,95 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, setecentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos); 2000, R\$1.339.065,89 (um milhão, trezentos e trinta e nove mil, sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos); 2001, R\$1.642.962,03 (um milhão, seiscentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e três centavos); 2002, R\$2.871.618,22 (dois milhões, oitocentos e setenta e um mil, seiscentos e dezoito reais e vinte e dois centavos); 2003, R\$3.584.620,24 (três milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e vinte reais e vinte e quatro centavos) e 2004, R\$3.170.123,08 (três milhões, cento e setenta mil, cento e vinte e três reais e oito centavos), respectivamente;

b. Por sua vez, o impugnante argumenta que não é devida nenhuma importância nos exercícios de 1999 a 2002, tendo sido repassado, durante o exercício de 2005, o valor de R\$1.239.427,30 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta centavos) relativa às contribuições patronais de 2003 e 2004, e que foi baixado o valor de R\$2.681.198,14 (dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil, cento e noventa e oito reais e quatorze centavos) restante por se tratar de contribuições referentes aos servidores contratados e comissionados;

c. Conforme pode ser observado, a conta não fecha eis que o montante apontado pela auditoria nos exercícios de 2003 e 2004 soma R\$6.754.743,32 (seis milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos), diferente do valor de R\$3.920.625,44 (três milhões, novecentos e vinte mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos) admitido pelo ente. Ressalta-se, também, que o impugnante não justificou tal diferença (R\$2.834.117,88) e tampouco acostou comprovantes dos repasses informados como efetivados no decorrer do exercício de 2005, bem como o correspondente ao valor baixado considerado contribuições de comissionados;

d. Ainda, sobre repasse de contribuições, encontra-se apontado no relatório, às fls. 17, que o Instituto de Previdência contabilizou a não contribuição patronal por parte do ente federativo relativa à alíquota de 8% entendida como devida no período de 01/1999 a 12/2004, eis que a Lei Municipal nº 2.057/99 estabeleceu a alíquota de 8% para os segurados e o dobro para o ente, sendo que este contribuiu somente com 8% e não com 16% conforme previsto. O valor em questão, que está sendo cobrado judicialmente, encontra-se assim distribuído:

- Prefeitura: 1999, R\$1.651.216,17 (um milhão, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e dezesseis reais e dezessete centavos); 2000, R\$1.973.142,79 (um milhão, novecentos e setenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e nove centavos); 2001, R\$2.349.035,21 (dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e um centavos); 2002, R\$2.877.680,69 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos); 2003, R\$2.576.980,41 (dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta reais e quarenta e um centavos) e 2004, R\$3.501.231,70 (três milhões, quinhentos e um mil, duzentos e trinta e um reais e setenta centavos), respectivamente.
- Câmara: 1999, R\$24.772,49 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos); 2000, R\$25.248,26 (vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos); 2001, R\$28.829,67 (vinte e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos); 2002, R\$34.991,29 (trinta e quatro mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos); 2003, R\$35.099,71 (trinta e cinco mil, noventa e nove reais e setenta e um centavos) e 2004, R\$48.016,23 (quarenta e oito mil, dezesseis reais e vinte e três centavos), respectivamente.

e. Acerca dos valores transcritos nas alíneas deste item 8, devidamente registrado pela auditoria fiscal, temos que o impugnante se limitou em suas notas explicativas a informar que o Decreto Municipal nº 2.180, de 20/12/2005, que regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 008/2006, atribui responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias ao dirigente máximo do órgão ou entidade em que o segurado esteja vinculado, e que repassou a importância de R\$1.239.427,30 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta centavos) durante o exercício de 2005 relativa às contribuições patronais de 2003 e 2004, e baixou o valor de R\$2.681.198,14 (dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil, cento e noventa e oito reais e quatorze centavos) restante por se tratar de contribuições referentes aos servidores contratados e comissionados. Informa, ainda, que não foi encontrado saldo devedor nos exercícios de 1999 a 2002, mas não acostou nenhum documento probante. Portanto, a irregularidade deve permanecer até que o ente providencie a quitação da mencionada dívida ou formalize o competente parcelamento, encaminhando a esta Secretaria o Termo de Acordo de Consolidação e Parcelamento de Dívida para sua

análise e aprovação. Tendo em vista que os argumentos e documentos oferecidos não esclareceram e tampouco equacionaram a pendência em comento, leva-nos a obstar o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, observado o prazo recursal, no critério "**Caráter contributivo (Repass) - Decisão Administrativa**", passando figurar no CADPREV, a partir desta data, o status de "Em Análise";

f. Diante dos fatos mencionados, releva comentar que os repasses, conforme dispõe o inciso II do Art. 1º da Lei nº 9.717/98, com extrema clareza, são imprescindíveis e cruciais para a manutenção do pagamento de proventos aos servidores aposentados e pensões, cujo financiamento é proporcionado pelas contribuições previdenciárias advindas da quota patronal e dos segurados aposentados e dos pensionistas. No entanto, o relatório fiscal noticia e a NAF ratifica a dívida do ente federativo com o PREVMOC, decorrente do não recolhimento de contribuições em épocas próprias; e,

g. De acordo com a Portaria Ministerial nº 172/2005, Art. 5º, a observância ao caráter contributivo (repass) do regime, cumpre-se obrigatoriamente, dentre outros quesitos, pelo repasse integral dos valores das contribuições ao órgão ou entidade gestora do regime próprio. Constituindo-se, pois, em obrigação de fazer, o seu cumprimento ocorrerá tão-somente quando repassada a totalidade dos valores não recolhidos ou, se mediante prestações, quando estiver conveniente e devidamente formalizado o citado termo de acordo para pagamento parcelado. *In casu*, como não ocorreu a quitação da dívida apontada e tampouco apresentou termo de consolidação e parcelamento de dívida, o ente permanece desobedecendo a prescrição insculpida no Art. 1º, II, da Lei nº 9.717/98, c/c com o Art. 5º da PT/MPS nº 172, datada de 11 de fevereiro de 2005.

9. Por derradeiro, resta-nos discurrir acerca da irregularidade atribuída ao critério "Utilização dos recursos previdenciários - Fiscalização", agora com a nova denominação de "**Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa**", que impede a emissão do CRP pelo CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social. O ente foi notificado sobre a construção de Shopping Popular em imóvel (terreno) recebido em dação em pagamento pelo PREVMOC, cujos custos financeiros dispendidos no empreendimento imobiliário (não quantificados) foram suportados com recursos destinados exclusivamente ao pagamento de benefícios previdenciários. Em sua impugnação, o signatário passa ao largo do assunto em tela, atendo-se a dar explicações sobre as repercussões administrativas e judiciais pertinentes ao imóvel aceito em dação em pagamento pelo Instituto de Previdência, ressaltando que devido a esses fatos nenhum procedimento pôde ser adotado pela atual Diretoria-Executiva do PREVMOC. Como se observa, a discrepância notificada não foi solucionada e nada foi proposto para quantificar tais recursos e saldá-los com vistas a afastar a irregularidade notificada. Sendo assim, à luz dos termos legais e regulamentares vigentes, e considerando que os esclarecimentos ou a ausência desses deixam a desejar, restando sem solução a irregularidade relatada, cabe-nos restringir a emissão do CRP no critério "**Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa**", respeitado o prazo recursal, até o saneamento da discrepância em apreço, passando figurar no CADPREV, a partir desta data, o status de "Em Análise".

10. Releva ressaltar, ainda, que o impugnante manifestou acerca do empréstimo concedido pelo Instituto de Previdência à Prefeitura Municipal, cujo valor não restituído montava em 12/2004, em R\$10.513.482,22 (dez milhões, quinhentos e treze mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos), conforme apontado às fls. 18 do relatório. Embora este fato não tenha sido objeto de notificação por ter se dado nos idos de 1996, o ente informou que foi ajuizada ação de cobrança no valor de R\$11.990.306,28 (onze milhões, novecentos e noventa mil, trezentos e seis reais e vinte e oito centavos). Assim sendo, recomendamos seja envidados esforços na busca do presente crédito previdenciário.

11. Por bom alvitre e a título de esclarecimentos, cumpre-se enfatizar que, no tocante à regularização de dívida do ente com o RPPS, em se tratando de parcelamento, há que ser formalizado o acordo mediante ato normativo municipal ou, na sua ausência, seguir os preceitos estabelecidos na legislação concernente ao Regime Geral de Previdência Social, nucleada pela Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, reguladora do Plano de Custeio do Regime Geral de Previdência Social, a qual estabelece no Art. 38, *caput*, como regra geral que, "**As contribuições devidas à Seguridade Social, incluídas ou não em notificação de débito, poderão, após verificadas e confessadas, ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 60 (sessenta) meses, observado o disposto em regulamento**" (grifamos).

12. Esse entendimento encontra-se consubstanciado na Orientação Normativa (ON) nº 03, de 12 de agosto de 2004, publicada no DOU de 17/08/2004, atualizada em 09/09/2004, por meio da ON nº 04/2004, que, de forma clara e inequívoca, define os procedimentos afetos à matéria em voga, conforme disposto nos artigos abaixo, *verbis*:

"Art. 68. Os valores das contribuições previdenciárias devidas pelo ente federativo e não repassadas à Unidade Gestora em época própria poderão, após verificadas e confessadas, **ser objeto de acordo para pagamento parcelado em moeda corrente**, inclusive mediante vinculação de percentual do Fundo de Participação dos Estados - FPE ou Fundo de Participação dos Municípios - FPM, conforme lei do respectivo ente.

Art. 69. Na hipótese de inexistência de lei do respectivo ente federativo que defina regras de parcelamento ou de vinculação do FPE/FPM, serão aplicadas, no que couber, as regras definidas para o RGPS na Lei nº 8.212, de 1991, **sendo obrigatória a observância da quantidade máxima de sessenta parcelas mensais** e da vedação de inclusão das contribuições descontadas dos contribuintes do regime" (grifamos).

DA CONCLUSÃO DA ANÁLISE

13. *Ex positis*, conclui-se pela desconformidade do ente nos critérios "**Caráter contributivo (Repass) Decisão Administrativa**" e "**Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa**", cujas irregularidades foram registradas às fls. 14 a 18 e 24 no relatório fiscal, tendo em vista que os argumentos e documentos

oferecidos pelo impugnante foram considerados insuficientes para ilidir as pendências em apreço, eis que não esclareceram e nem comprovaram a transferência das contribuições previdenciárias patronais apuradas pela auditoria, correspondentes às competências 01/1999 a 12/2004, nos valores nominais abaixo discriminados, bem como as demais impropriedades elencadas:

- a. **Prefeitura:** 1999, R\$1.651.216,17 (um milhão, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e dezesseis reais e dezessete centavos); 2000, R\$1.973.142,79 (um milhão, novecentos e setenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e nove centavos); 2001, R\$2.349.035,21 (dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e um centavos); 2002, R\$2.877.680,69 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos); 2003, R\$2.576.980,41 (dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta reais e quarenta e um centavos) e 2004, R\$3.501.231,70 (três milhões, quinhentos e um mil, duzentos e trinta e um reais e setenta centavos), respectivamente.
- b. valores patronais correspondentes à alíquota de 8% não contribuídos:
 - **Prefeitura:** 1999, R\$1.651.216,17 (um milhão, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e dezesseis reais e dezessete centavos); 2000, R\$1.973.142,79 (um milhão, novecentos e setenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e nove centavos); 2001, R\$2.349.035,21 (dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e um centavos); 2002, R\$2.877.680,69 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos); 2003, R\$2.576.980,41 (dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta reais e quarenta e um centavos) e 2004, R\$3.501.231,70 (três milhões, quinhentos e um mil, duzentos e trinta e um reais e setenta centavos), respectivamente;
 - **Câmara:** 1999, R\$24.772,49 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos); 2000, R\$25.248,26 (vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos); 2001, R\$28.829,67 (vinte e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos); 2002, R\$34.991,29 (trinta e quatro mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos); 2003, R\$35.099,71 (trinta e cinco mil, noventa e nove reais e setenta e um centavos) e 2004, R\$48.016,23 (quarenta e oito mil, dezesseis reais e vinte e três centavos), respectivamente;
- c. quantificar e retornar ao PREVMOC os recursos destinados exclusivamente ao pagamento de benefícios previdenciários dispendidos na construção de Shopping Popular; e,
- d. recomendar seja envidados esforços na busca do crédito previdenciário carreados ao ente sob empréstimos em 1996.

DA DECISÃO

14. Isto Posto:

Considerando que a auditoria fiscal adotou os procedimentos de acordo com a legislação vigente, Considerando a análise procedida no relatório fiscal, na NAF e na impugnação oferecida pelo ente, Considerando tudo o mais que dos autos consta,

Decido, com fulcro no Art. 7º, c/c com o Art. 26 da Portaria MPS nº 064/06, julgar procedentes, em parte, as irregularidades apontadas no relatório e na Notificação de Auditoria-Fiscal - NAF nº. 0244/2006, e, em consequência, submeter à consideração superior para fins de homologação, propondo as medidas seguintes:

- a. **notificar** o ente federativo, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta DN, para regularizar as pendências apuradas, ou interpor recurso na forma do Art. 10 da Portaria MPS nº 064, de 24 de fevereiro de 2006, endereçado à Secretaria de Políticas de Previdência Social;
- b. **cadastrar** no CADPREV, desde que não atendida a alínea a acima, as irregularidades atribuídas aos critérios "*Caráter contributivo (Repasse) Decisão Administrativa*" e "*Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa*" por infringência aos incisos II e III do Art. 1º da Lei nº. 9.717/98 e incisos II e III do Art. 2º da PT/MPAS nº. 4.992/99, respectivamente, tendo em vista que os argumentos e documentos oferecidos pelo impugnante foram considerados insuficientes para ilidir as irregularidades em apreço, eis que não esclareceu, justificou e tampouco comprovou a transferência das contribuições previdenciárias e outras avencas, apuradas na auditoria, conforme elencadas abaixo, passando figurar no CADPREV, a partir desta data, o *status* de "Em Análise":
 - b.1. **Prefeitura:** 1999, R\$1.651.216,17 (um milhão, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e dezesseis reais e dezessete centavos); 2000, R\$1.973.142,79 (um milhão, novecentos e setenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e nove centavos); 2001, R\$2.349.035,21 (dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e um centavos); 2002, R\$2.877.680,69 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil,

seiscentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos); 2003, R\$2.576.980,41 (dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta reais e quarenta e um centavos) e 2004, R\$3.501.231,70 (três milhões, quinhentos e um mil, duzentos e trinta e um reais e setenta centavos), respectivamente.

b.2. valores patronais correspondentes à alíquota de 8% não contribuídos:

- **Prefeitura:** 1999, R\$1.651.216,17 (um milhão, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e dezesseis reais e dezessete centavos); 2000, R\$1.973.142,79 (um milhão, novecentos e setenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e nove centavos); 2001, R\$2.349.035,21 (dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e um centavos); 2002, R\$2.877.680,69 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos); 2003, R\$2.576.980,41 (dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta reais e quarenta e um centavos) e 2004, R\$3.501.231,70 (três milhões, quinhentos e um mil, duzentos e trinta e um reais e setenta centavos), respectivamente;
- **Câmara:** 1999, R\$24.772,49 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos); 2000, R\$25.248,26 (vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos); 2001, R\$28.829,67 (vinte e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos); 2002, R\$34.991,29 (trinta e quatro mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos); 2003, R\$35.099,71 (trinta e cinco mil, noventa e nove reais e setenta e um centavos) e 2004, R\$48.016,23 (quarenta e oito mil, dezesseis reais e vinte e três centavos), respectivamente;

- c. **quantificar** e retornar ao PREVMOC os recursos destinados exclusivamente ao pagamento de benefícios previdenciários dispendidos na construção de Shopping Popular;
- d. **recomendar** seja envidados esforços na busca do crédito previdenciário carreados ao ente sob empréstimos em 1996; e,
- e. **enviar** cópia da presente DN e do ofício encaminhado ao ente para o gestor do PREVMOC para conhecimento.

Brasília-DF, 19 de outubro de 2006

José Roberto Biazon
Auditor-Fiscal da Previdência Social
Matrícula-SIAPE nº 0.953.842

COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA, ATUARIA E INVESTIMENTOS, Em 19 de outubro de 2006

Referência: PAP nº 061/2005

Interessado: Regime Próprio de Previdência do Município de Montes Claros - MG

Assunto: Decisão-Notificação - Homologação

- 1. Visto. De acordo.
- 2. Com fulcro no Art. 7º da Portaria MPS nº 064, de 24 de fevereiro de 2006, homologo a presente Decisão-Notificação (DN) na forma apresentada e determino a adoção das seguintes providências:

- a. **notificar** o ente federativo, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta DN, para regularizar as pendências apuradas, ou interpor recurso na forma do Art. 10 da Portaria MPS nº 064, de 24 de fevereiro de 2006, endereçado à Secretaria de Políticas de Previdência Social;
- b. **cadastrar** no CADPREV, desde que não atendida a alínea **a** acima, as irregularidades atribuídas aos critérios "**Caráter contributivo (Repasse) Decisão Administrativa**" e "**Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa**" por infringência aos incisos II e III do Art. 1º da Lei nº. 9.717/98 e incisos II e III do Art. 2º da PT/MPAS nº. 4.992/99, respectivamente, tendo em vista que os argumentos e documentos oferecidos pelo impugnante foram considerados insuficientes para ilidir as irregularidades em apreço, eis que não esclareceu, justificou e tampouco comprovou a transferência das contribuições previdenciárias e outras avencas, apuradas na auditoria, conforme elencadas abaixo, passando figurar no CADPREV, a partir desta data, o *status* de "Em Análise".
- b.1. **Prefeitura:** 1999, R\$1.651.216,17 (um milhão, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e dezesseis reais e dezessete centavos); 2000, R\$1.973.142,79 (um milhão, novecentos e setenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e nove centavos); 2001, R\$2.349.035,21 (dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e um centavos); 2002, R\$2.877.680,69 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos); 2003, R\$2.576.980,41 (dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta reais e quarenta e um

centavos) e 2004, R\$3.501.231,70 (três milhões, quinhentos e um mil, duzentos e trinta e um reais e setenta centavos), respectivamente.

b.2. valores patronais correspondentes à alíquota de 8% não contribuídos:

- **Prefeitura:** 1999, R\$1.651.216,17 (um milhão, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e dezesseis reais e dezessete centavos); 2000, R\$1.973.142,79 (um milhão, novecentos e setenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e nove centavos); 2001, R\$2.349.035,21 (dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e um centavos); 2002, R\$2.877.680,69 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta reais e sessenta e nove centavos); 2003, R\$2.576.980,41 (dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta reais e quarenta e um centavos) e 2004, R\$3.501.231,70 (três milhões, quinhentos e um mil, duzentos e trinta e um reais e setenta centavos), respectivamente;

- **Câmara:** 1999, R\$24.772,49 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos); 2000, R\$25.248,26 (vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos); 2001, R\$28.829,67 (vinte e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e sete centavos); 2002, R\$34.991,29 (trinta e quatro mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos); 2003, R\$35.099,71 (trinta e cinco mil, noventa e nove reais e setenta e um centavos) e 2004, R\$48.016,23 (quarenta e oito mil, dezesseis reais e vinte e três centavos), respectivamente;

c. **quantificar** e retornar ao PREVMOC os recursos destinados exclusivamente ao pagamento de benefícios previdenciários dispendidos na construção de Shopping Popular;

d. **recomendar** seja envidados esforços na busca do crédito previdenciário carreados ao ente sob empréstimos em 1996; e,

e. **enviar** cópia da presente DN e do ofício encaminhado ao ente para o gestor do PREVMOC para conhecimento.

Otoni Gonçalves Guimarães
Coordenador-Geral de Auditoria, Atuária e Investimentos"

14.6.1.1.2. DECISÃO DE RECURSO - DR MPS/SPS Nº 053/2006:

"DECISÃO DE RECURSO MPS/SPS nº 053/2006

ENTE FEDERATIVO:	Município de Montes Claros - MG
CNPJ:	22.678.874/0001-35
ENDEREÇO:	Av. Cula Mangabeira, 211 - Centro
CEP:	39.401-002
UNIDADE GESTORA:	PREVMOC - Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros
CNPJ:	66.489.741/0001-96
ENDEREÇO:	Praça Dr. Carlos Versiani, 01 - Centro
CEP:	39.401-040
PROCESSO:	Processo Administrativo Previdenciário - PAP Nº 061/2005
PERÍODO:	01/1999 a 12/2004

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. RECURSO. RECONSIDERAÇÃO NÃO CONFIGURADA.

Irregularidade atribuída pelo critério "Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa" e "Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa" - art. 1º, II e Iº, III, ambos da Lei nº 9.717/1998;

Extinção e Arquivamento do processo - art. 18, caput e parágrafo único, da Portaria Min. nº 64/2006.

DA NOTIFICAÇÃO

Trata-se de processo administrativo previdenciário consubstanciado em Relatório Fiscal exarado em Auditoria direta realizada por Auditor Fiscal da Previdência Social - AFPS, no exercício de suas atribuições definidas pelo Art. 8º, I, "h", da Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, devidamente credenciado pela Unidade de Atendimento da Secretaria da Receita Previdenciária em Montes Claros - MG, nos termos definidos pelo § 4º, do Art. 229, do Regulamento da Previdência Social aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 e Portaria MPAS nº 419, de 02 de maio de 2002, revogada pela Portaria MPS nº 1.468, de 30 de agosto de 2005.

2. O Relatório foi encaminhado à Secretaria de Previdência Social, atual Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPS, onde, após análise foi emitida a Notificação de Auditoria-Fiscal - NAF nº 0244/2006, da qual consta notificadas as irregularidades nos critérios constantes do CADPREV ; "Cobertura exclusiva a servidores efetivos"; "Caráter contributivo (Repasse - Fiscalização)" ora denominado "Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa" e "Utilização dos recursos previdenciários - Fiscalização", ora denominado "Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa".

3. Cientificado, o ente apresentou impugnação tempestiva aduzindo as razões de fls. 157/159 que, após minuciosa análise, originou a Decisão-Notificação nº 051/2006, de **procedência parcial**, mantidas as irregularidades referentes aos critérios "Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa", e "Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa".

DO RECURSO

4. Inconformado com o teor da DN exarada, dentro do prazo previsto no art. 10 da PT/MPS nº 64/2006, o ente interpôs recurso voluntário alegando, em resumida síntese que:

- 4.1. vimos pela presente apresentar os comprovantes dos repasses das contribuições previdenciárias dos exercícios de 1994 a 2004, retificando a diferença de R\$ 2.834.117,88;
- 4.2. na composição de valores foi verificada divergência entre os valores lançados no Relatório e os constatados pela guias;
- 4.3. nos demais anos não encontramos diferenças significativas. As divergências devem provir do fato de que a auditoria extraiu os valores lançados no período do Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias remetidos ao MPS, época em que os valores lançados eram os recebidos no mês e não por competência;
- 4.4. no exercício de 1999 o valor de R\$ 1.199.801,48 foi dado como parte do pagamento do terreno denominado cimento;
- 4.5. os valores R\$ 1.287.759,10 e R\$ 1.393.439,04, referentes aos anos de 2003 e 2004 foram baixados por se referirem aos servidores contratados e comissionados, desvinculados do RPPS no final de 2005 e transferidos para o RGPS;
- 4.6. em relação ao item "D" (alíquota de contribuição do ente) o município aguarda decisão judicial;
- 4.7. quanto ao item de nº 09 (construção do Shopping Popular), o Município já ingressou em juízo como "terceiro interessado", visando resguardar os seus direitos (anexa cópia)

DA APRECIÇÃO

Da Preliminar

5. Saliente-se que embora o ente em sua peça recursal informe que "*vimos pelo presente apresentar-lhes os comprovantes dos repasses das contribuições previdenciárias dos exercícios de 1999 a 2004*", nenhum comprovante de repasse foi trazido aos autos como prova dos argumentos aduzidos.

6. Por outro lado, a cópia da petição à 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Montes Claros, requerendo, nos autos do Processo nº 0433.06.186451-1, a habilitação do Município como terceiro interessado, nada esclarece ao não ser identificado o seu objeto. Examinadas as peças processuais constatamos ser esta a sua única citação. Destarte, tal cópia não se presta para o que, não se sabe, pretendia o ente.

Do Mérito

7. Alega o ente divergências entre os valores levantados pela auditoria no relatório, às fls. 16, e os constados pelas guias nos exercícios de 1999 e 2000. A possibilidade de divergências foi prevista pela auditoria como consequência das dificuldades impostas à fiscalização para a apuração da base de cálculo das contribuições devidas "*razão pela qual podem ser encontradas algumas divergências entre os valores apurados pela auditoria nas folhas e as bases de cálculo informadas nas guias de recolhimento*" (item "c", fls. 15). Mais adiante, às fls. 16, ao explicar a razão dos procedimentos adotados, temos: "*Este procedimento foi necessário, pois a documentação de 1999 a 2000, referente às contribuições não foi encontrada nos arquivos da PREVMOC*".

- 7.1. Como medida preliminar, a auditoria, através do Termo de Solicitação de Documentos - TSD, solicita toda a documentação que considera necessária para levar a cabo a ação. Os levantamentos foram efetuados com base na documentação apresentada, embora tenha apresentado dificuldades pelos motivos que expõe no Relatório. Entretanto, inquestionável, os dados foram extraídos dos documentos fornecidos pelo ente. Portanto, se o ente constata alguma divergência, compete-lhe fazer prova nos autos pois a mera alegação cairá no vazio. O ônus da prova é de quem a aproveita.

- 7.2. Como boa técnica de Auditoria Fiscal, ao não obter toda a documentação necessária à complementação do seu trabalho ou obtê-la de forma deficiente, o auditor recorre a documentos sucedâneos. Este foi o procedimento por ele adotado ao valer-se, para os anos de 2001 a 2004, dos dados constantes dos Demonstrativos de Receitas e Despesas Previdenciárias encaminhados ao MPS pelo ente. Os demonstrativos, elaborados pelo notificado, têm caráter declaratório, e como tal fazem prova a favor e contra o ente. Alega o recorrente que *"para os demais anos não encontramos diferenças significativas"*. Aduz que para os exercícios que os valores foram extraídos dos Demonstrativos de Receitas e Despesas Previdenciárias, as divergências ocorrem por que à época as declarações eram por regime de caixa e não por competência, como é agora. Ora, a mera utilização de regime contábil diferente não justifica o montante da diferença encontrada entre a contribuição devida e a repassada, em média superior a 30% (trinta pontos percentuais) da devida. Fosse este o caso, ao longo das competências os valores seriam convergentes.
- 7.3. Com relação aos exercícios de 2003 e 2004, informa que os valores de R\$ 1.287.759,10 (um milhão duzentos e oitenta e sete mil setecentos e cinquenta e nove reais e dez centavos) e R\$ 1.393.439,04 (um milhão trezentos e noventa e três mil quatrocentos e trinta e nove reais e quatro centavos), respectivamente, foram baixados por se referirem a servidores contratados e comissionados que foram desvinculados do RPPS e transferidos para o RGPS/INSS. Afirma o Sr. Presidente do Prevmoc no aditivo à defesa encaminhado (V. fls. 231) que *"no final do exercício de 2004, o saldo devedor era de R\$ 3.920.625,45, referente à contribuição patronal dos anos de 2003 e 2004. Durante o exercício de 2005 foi pago o valor de R\$ 1.239.427,30, restando ainda um saldo devido de contribuição patronal no valor de R\$ 2.681.198,14, que foi baixado pelo Decreto nº 2185-A, de 29/12/2005, por ser referente à contribuição de servidores contratados e comissionados"*. (sem destaque no original).
- 7.4. O valor do crédito previdenciário acusado pelo Presidente do RPPS para os exercícios de 2003 e 2004 são conflitantes com os levantados pela auditoria - R\$ 3.920.625,45 conforme o ente e R\$ 6.754.743,32 como levantado pela auditoria (R\$ 3.584.620,24 + R\$ 3.170.123,08). Contudo, ante tão gritante diferença conforme alegado, o ente não acosta nenhuma prova que sustente sua tese. Segundo informado R\$ 1.239.427,30, referente a este crédito previdenciário, foi pago durante o exercício de 2005 e, R\$ 2.681.198,14 foi baixado por se tratar de contribuições a serem vertidas para o RGPS. Dentre o levantado e o "justificado" resta o montante de R\$2.834.117,87 (dois milhões oitocentos e trinta e quatro mil cento e dezessete reais e oitenta e sete centavos), isso sem considerar os acréscimos legais incidentes. Sobre esta diferença permanece silencioso.
- 7.5. Por outro lado, e apenas como conclusão deste tópico, afirma-se o pagamento parcial do crédito previdenciário dos exercícios de 2003 e 2004 no transcorrer de 2005, contudo nenhum comprovante foi trazido aos autos, apenas o argumento recorrente dos regimes contábeis dos lançamentos dos valores. Assim o alegado cai em letra morta.
8. Quanto ao montante das contribuições oriundas da divergência de interpretação da legislação municipal entre o ente e o Prevmoc, pertinente à alíquota de contribuição patronal, no valor originário de R\$ 15.126.144,62 (quinze milhões cento e vinte e seis mil cento e quarenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), para os exercícios de 1999 a 2004, os documentos referentes à Ação de Cobrança - Processo 0433.05.170.399-8 da 1ª Vara de Fazenda da Comarca de Montes Claros, comprovam estar *sub judice*, pendente pois de decisão transitada em julgado. Destarte, não há espaço para manifestação em esfera administrativa.
9. No que se refere à utilização de recursos previdenciários para a construção de um shopping, fato vedado pelo inciso III do art. 2º da PT/MPAS nº 4.992, de 05 de fevereiro de 1.999. O ente, reportando-se ao item "9" da DN que aborda este critério (V. fls. 282), resume-se a afirmar que *"já ingressou em juízo como terceiro interessado, visando resguarda os seus direitos . . . - cópia anexa"*. A cópia, de fls. 293, é apenas o requerimento para habilitação do Município como terceiro interessado nos autos da Ação Civil Pública nº 0433.06.186451-1 da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Montes Claros. A peça acostada é silente sobre o objeto da ação, em nada somando aos argumentos do ente.
10. *Ex positis*, propõe-se:
- a. Conhecer do recurso por estar revestido dos requisitos de admissibilidade;
 - b. confirmar *in totum* a decisão *sub examine* e manter as irregularidades gravadas no CADPREV, atribuídas pelo "Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa, e "Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa" por infringência da disposição inserida no art. 1º, II, e III da Lei nº 9.717/98, respectivamente;
 - c. notificar o ente federativo, com cópia ao gestor do RPPS para conhecimento;
 - d. encaminhar cópia do presente julgado ao e. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e,
 - e. extinguir o processo e promover o seu arquivamento, resguardadas as prerrogativas arimadas no art. 18, *caput* e *parágrafo único*, da Port. Min. nº 64/2006.

Julio Cesáreo Diago Barrachina
Auditor-Fiscal da Previdência Social
Matrícula 1.261.853

DA DECISÃO

Isto posto, e

Considerando a análise procedida no recurso,

Considerando tudo o mais que dos autos consta,

RESOLVO, com fulcro no art. 11 c/c o art. 26 da Portaria Ministerial nº 64, de 24 de fevereiro de 2006, conhecer do recurso e, no mérito, confirmar integralmente a decisão recorrida, para manter no CADPREV as irregularidades atribuídas pelos quesitos "Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa" e "Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa" e, em consequência,

DECIDO:

- notificar o ente federativo da presente decisão, com cópia ao gestor do RPPS, para conhecimento;
- determinar a adoção das medidas requeridas, com vistas a manter no CADPREV as irregularidades atribuídas pelos critérios "Caráter contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa" e "Utilização dos recursos previdenciários - Decisão Administrativa";
- encaminhar cópia deste julgado ao e. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para conhecimento, em face da competência inserta no art. 75 da Carta Política; e,
- extinguir o processo e determinar o seu arquivamento.

Brasília-DF, 13 de dezembro de 2006.

HELMUT SCHWARZER
Secretário de Políticas de Previdência Social"

15. Ainda, a título de informação, caso o Ente Federativo for realizar parcelamento ou pagamento de dívidas, visando regularizar sua situação junto à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS/MF, é importante ter em conta que existem também na SPPS/MF (além das dívidas explicitadas na DECISÃO DE RECURSO MPS/SPS nº 053/2006 reproduzida retro referente ao Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 061/2005) dívidas atinentes ao Processo Administrativo Previdenciário PAP de nº 229/2011, referente a outra auditoria realizada anteriormente junto ao RPPS do Município. Sobre esses Processos cabem apenas JUSTIFICATIVAS DE REGULARIZAÇÃO nos termos do artigo 17 da Portaria MPS nº 530, de 24/11/2014. As dívidas apontadas no citado PAP nº 229/2011, em valores originários, são as especificadas no QUADRO a seguir.

Mês/Ano	Folha de Pag.	Contribuições Devidas			Contribuições Recolhidas			Total Recolhido mais Benefícios pago pelo Ente	Diferenças de contribuições		Valor originário total do débito
		Patronal	Servidor	Total	Recolhido Patronal	Recolhido Servidor	Benefícios pago pelo Ente		Patronal	Servidor	
Jun-08	3.289.322,83	519.039,93	361.056,76	880.096,69	461.746,80	361.056,76	14.585,93	837.389,49	42.707,20	-	42.707,20
Jul-08	3.430.425,49	541.109,21	376.744,00	917.853,21	423.348,14	376.744,00	15.301,27	815.393,41	102.459,80	-	102.459,80
Ago-08	3.523.365,08	553.048,02	386.984,32	940.032,34	267.168,71	386.984,32	19.381,42	674.134,45	265.897,89	-	265.897,89
Set-08	3.669.868,10	574.678,25	403.225,92	977.904,17	252.209,89	403.225,92	20.126,94	675.562,85	302.341,52	-	302.341,52
Out-08	3.685.138,27	574.684,35	404.804,93	979.489,28	256.523,97	404.804,93	17.924,97	679.253,87	300.235,41	-	300.235,41
Nov-08	3.649.804,72	506.154,26	403.393,24	909.547,50	194.499,04	145.784,45	17.155,35	357.438,84	294.499,87	257.608,79	552.108,66
Dez-08	3.666.566,81	682.296,69	461.472,88	1.143.769,57	-	-	11.617,95	11.617,95	670.678,74	461.472,88	1.132.151,62
13/2008	2.851.663,58	442.758,94	313.403,18	756.162,12	-	-	-	-	442.758,94	313.403,18	756.162,12
Jan-09	3.491.127,13	543.107,10	381.740,47	924.847,57	496.983,54	349.753,05	8.834,48	855.571,07	37.289,08	31.987,42	69.276,50
Fev-09	3.616.589,59	562.817,20	394.711,27	957.528,47	495.909,04	344.009,17	8.278,18	848.196,39	58.629,98	50.702,10	109.332,08
Mar-09	3.788.482,38	589.149,55	411.706,37	1.000.855,92	506.688,70	354.078,87	10.387,66	871.155,23	72.073,19	57.627,50	129.700,69
Abr-09	3.777.531,75	588.263,99	410.017,90	998.281,89	510.475,23	356.463,34	13.183,36	880.121,93	64.805,40	53.554,56	118.359,96
Mai-09	3.779.125,13	415.703,76	409.464,43	825.168,19	487.116,84	338.658,87	15.232,08	841.007,79	(86.645,16)	70.805,56	(15.839,60)
Jun-09	3.784.870,74	416.335,78	409.433,66	825.769,44	259.606,32	333.612,36	17.001,53	610.220,21	139.727,93	75.821,30	215.549,23
Jul-09	3.793.751,13	417.312,62	410.011,89	827.324,51	244.339,06	304.877,05	15.957,77	565.173,88	157.015,79	105.134,84	262.150,63
Ago-09	3.762.958,33	413.925,42	407.752,15	821.677,57	232.965,47	296.163,50	15.899,57	545.028,54	165.060,38	111.588,65	276.649,03
Set-09	4.138.296,33	455.212,60	446.804,11	902.016,71	310.662,10	376.981,93	19.356,63	707.000,66	125.193,87	69.822,18	195.016,05
Out-09	4.153.666,32	456.903,30	443.376,51	900.279,81	245.182,11	379.327,27	21.923,89	646.433,27	189.797,30	70.049,24	259.846,54
Nov-09	4.108.978,92	451.987,68	444.764,67	896.752,35	174.951,52	363.869,50	24.869,89	563.690,91	252.166,27	80.895,17	333.061,44
Dez-09	4.102.335,60	451.256,92	443.337,51	894.594,43	-	328.582,33	21.550,68	350.133,01	429.706,24	114.755,18	544.461,42
13/2009	4.089.449,56	450.939,45	443.711,04	894.650,49	-	363.337,02	-	363.337,02	450.939,45	80.374,02	531.313,47
Jan-10	4.190.691,71	460.376,09	454.963,46	915.339,55	374.834,25	269.722,35	17.656,64	662.213,24	68.485,20	185.241,11	253.726,31

(Continuação do Despacho de Justificativas-DJ nº295/2016/DRPSP/SPPS/MF - Montes Claros/MG)

Mês/Ano	Folha de Pag.	Contribuições Devidas			Contribuições Recebidas			Total Recolhido mais Benefícios pago pelo Ente	Diferenças de contribuições		Valor originário total do débito
		Patronal	Servidor	Total	Recolhido Patronal	Recolhido Servidor	Benefícios pago pelo Ente		Patronal	Servidor	
fev-10	4.223.705,07	464.607,56	458.303,72	922.911,28	342.011,48	247.574,89	16.488,60	606.174,97	106.107,48	210.628,83	316.736,31
Mar-10	4.211.827,21	463.300,99	456.778,90	920.079,89	361.657,09	262.421,74	16.966,06	641.044,89	84.677,84	194.357,16	279.035,00
Abr-10	4.281.469,17	470.961,61	464.023,95	934.985,56	337.342,72	234.268,65	16.760,39	588.371,76	116.858,50	229.755,30	346.613,80
Mai-10	4.259.541,68	468.549,58	461.176,25	929.725,83	328.863,44	239.455,59	18.503,88	587.822,91	120.182,26	221.720,66	341.902,92
Jun-10	4.254.511,23	467.996,24	459.998,55	927.994,79	286.307,96	248.062,30	20.367,95	534.738,21	181.320,33	211.936,25	393.256,58
Jul-10	4.241.078,04	466.518,58	458.526,28	925.044,86	311.655,93	226.851,03	17.394,97	555.901,93	137.467,68	231.675,25	369.142,93
Ago-10	4.363.900,46	480.029,05	471.926,45	951.955,50	337.880,83	245.355,99	20.575,94	603.812,76	121.572,28	226.570,46	348.142,74
Set-10	4.336.769,95	477.044,69	467.455,63	944.500,32	314.311,60	216.350,27	19.285,64	549.947,51	143.447,45	251.105,36	394.552,81
Out-10	4.283.168,70	471.148,56	462.376,19	933.524,75	458.826,35	180.950,80	16.329,85	656.107,00	(4.007,64)	281.425,39	277.417,75
Nov-10	4.260.680,08	468.674,81	459.563,69	928.238,50	198.688,23	390.748,92	15.624,23	603.061,38	256.362,35	68.814,77	325.177,12
Dez-10	4.270.536,72	469.759,04	480.316,99	930.076,03	-	392.576,48	14.093,06	406.669,54	455.665,98	67.740,51	523.406,49
13/2010	4.105.207,23	451.572,80	451.348,50	902.921,30	193.103,15	358.605,76	-	551.708,91	258.469,55	92.743,74	351.213,39
Jan-11	4.328.611,42	476.147,26	469.318,86	945.466,12	605.353,56	422.644,05	11.834,99	1.039.832,60	(141.041,29)	46.675,81	(94.365,48)
fev-11	4.345.648,77	478.021,36	470.619,35	948.640,71	301.882,99	273.498,94	17.593,69	582.975,62	158.544,68	197.120,41	355.665,09
Mar-11	4.507.012,27	495.771,35	487.652,25	983.423,60	298.515,86	207.476,21	17.059,28	523.061,35	180.186,21	280.176,04	460.362,25
Abr-11	4.572.441,48	502.968,56	491.985,75	994.954,31	328.930,28	227.546,25	11.535,85	568.012,38	162.502,43	264.439,50	426.941,93
Mai-11	4.717.059,96	518.876,60	506.300,15	1.025.176,75	278.902,72	192.100,88	8.206,42	479.210,02	231.767,46	314.199,27	545.966,73
Jun-11	4.696.529,83	516.618,28	501.993,75	1.018.612,03	156.514,15	151.122,89	9.281,52	316.898,56	350.842,61	350.870,86	701.713,47
Totais	160.614.708,77	19.676.228,02	17.488.547,88	37.164.775,90	11.813.959,07	11.555.748,63	595.718,41	23.765.426,11	7.466.550,54	5.932.799,25	13.399.349,79

16. Por bom alvitre e a título de esclarecimentos, cumpre enfatizar que, no tocante a parcelamento deverá ser observada a legislação vigente à época da sua celebração. Transcrevem-se os atuais excertos da Portaria MPS nº 402/2008:

Portaria MPS nº 402/2008

[...]

Art. 5º As contribuições legalmente instituídas, devidas pelo ente federativo e não repassadas à unidade gestora do RPPS até o seu vencimento, depois de apuradas e confessadas, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial e observados, no mínimo, os seguintes critérios: *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

I - previsão, em cada termo de acordo de parcelamento, do número máximo de 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas; *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

II - aplicação de índice oficial de atualização e de taxa de juros, definidos em lei do ente federativo, na consolidação do montante devido e no pagamento das prestações vincendas e vencidas, com incidência mensal, respeitando-se como limite mínimo a meta atuarial; *(Redação dada pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013)*

III - vencimento da primeira prestação no máximo até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do termo de acordo de parcelamento; *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

IV - previsão das medidas e sanções, inclusive multa, para os casos de inadimplemento das prestações ou descumprimento das demais regras do termo de acordo de parcelamento; *(Redação dada pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013)*

V - vedação de inclusão das contribuições descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas; *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

VI - vedação de inclusão de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias. *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

§ 1º REVOGADO pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013

§ 2º REVOGADO pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013

§ 3º A lei do ente federativo e o termo de acordo de parcelamento poderão prever a vinculação do Fundo de Participação dos Estados - FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas e não pagas no seu vencimento, mediante autorização fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação do FPE/FPM, concedida no ato de formalização do termo. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013)*

§ 4º Os termos de acordo de parcelamento ou reparcèlement deverão ser formalizados e encaminhados à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS por meio do Sistema de informações dos Regimes Públicos de Previdência Social

(Continuação do Despacho de Justificativas-DJ nº295/2016/DRPSP/SPPS/MF - Montes Claros/MG)

- CADPREV-Web, acompanhados do Demonstrativo Consolidado de Parcelamento - DCP, que discrimine por competência os valores originários, as atualizações, os juros, as multas e os valores consolidados, da declaração de publicação e, nos casos exigidos, da lei autorizativa e da autorização de vinculação do FPE/FPM, para apreciação de sua conformidade às normas aplicáveis. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014)*

§5º REVOGADO pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013

§ 6º REVOGADO pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013.

§ 7º Admite-se o parcelamento de débitos parcelados anteriormente, observados os seguintes parâmetros:

I - o parcelamento consiste em consolidação do montante dos débitos parcelados, com ou sem alteração das condições originalmente acordadas, apurando-se novo saldo devedor, calculado a partir dos valores atualizados dos débitos de cada competência de origem e das prestações pagas anteriormente;

II - as prestações em atraso não poderão ser objeto de novo parcelamento desvinculado do parcelamento originário, devendo ser quitadas integralmente ou incluídas no saldo devedor de parcelamento, observadas as regras dos incisos anteriores;

III - para cada termo de parcelamento poderá ser feito um único parcelamento, vedada a inclusão de débitos não parcelados anteriormente;

IV - não são considerados para os fins da limitação de um único parcelamento os termos originários que tenham sido formalizados anteriormente à vigência desta Portaria ou que tenham por objeto a alteração de condições estabelecidas em termo anterior, sem ampliação do prazo inicialmente estabelecido para o pagamento das prestações. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 563, de 26/12/2014)*.

§ 8º REVOGADO pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013

§9º REVOGADO pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013

§ 10. REVOGADO pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013

§ 11 Mediante lei autorizativa e desde que observadas as demais condições estabelecidas neste artigo, será admitido o parcelamento de débitos do ente federativo com o RPPS, não decorrentes de contribuições previdenciárias, relativos a períodos até dezembro de 2008, em até 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

Art. 5º-A Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, mediante lei autorizativa específica, firmar termo de acordo de parcelamento das contribuições relativas às competências até fevereiro de 2013: *(Redação dada pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013)*

I - devidas pelo ente federativo, em até 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais, iguais e sucessivas; *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

II - descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas. *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

§ 1º Poderão ser incluídas contribuições que tenham sido objeto de parcelamento ou parcelamento anterior. *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

§ 2º Aplica-se o disposto nos incisos II, III e IV e nos §§ 4º e 7º do art. 5º aos termos de acordo de parcelamento firmados na forma deste artigo, exigindo-se nova lei autorizativa específica, no caso de parcelamento. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 563, de 14/01/2014)*

§ 3º A lei do ente federativo poderá autorizar a redução das multas relativas aos débitos parcelados. *(Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)*

§ 4º REVOGADO pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013

§ 5º A lei do ente federativo e o termo de acordo de parcelamento deverão prever a vinculação do Fundo de Participação dos Estados - FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, mediante autorização fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação do FPE/FPM, concedida no ato de formalização do termo, como garantia de pagamento: *(Redação dada pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013)*

I - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento; e *(Incluído pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013)*

II - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento. *(Incluído pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013)*

§ 6º Os débitos do ente federativo com o RPPS, não decorrentes de contribuições previdenciárias e relativos a períodos até fevereiro de 2013, poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, observadas as demais condições definidas neste artigo. *(Redação dada pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013)*

§ 7º A unidade gestora do RPPS poderá rescindir o parcelamento de que trata este artigo nas seguintes hipóteses: *(Redação dada pela Portaria MPS nº 563, de 26/12/2014)*

I - falta de pagamento de 3 (três) prestações, consecutivas ou alternadas; *(Incluído pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013)*

(Continuação do Despacho de Justificativas-DJ nº295/2016/DRPSP/SPPS/MF - Montes Claros/MG)

II - ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados; (Incluído pela Portaria MPS nº 307, de 20/06/2013)

III - revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPE ou FPM. (Incluído pela Portaria MPS nº 563, de 26/12/2014) (grifos e destaques nossos)

[...]

16.1. Da norma transcrita retro (PT MPS 402/2008 e suas alterações) verifica-se que os débitos não atinentes a contribuições previdenciárias (critério UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS - DECISÃO ADMINISTRATIVA) até a competência DEZ-2008 podem ser parcelados em até 240 parcelas consecutivas. Os da competência JAN/2009 até FEV/2013 podem ser parcelados em até 60 parcelas consecutivas. Os de competências posteriores a FEV/2013 não podem ser parcelados e devem ser pagos à vista.

16.2. Ainda, da norma transcrita retro (PT MPS 402/2008 e suas alterações posteriores) verifica-se que os débitos referentes a contribuições da parte patronal até a competência FEV/2013 podem ser parcelados em até 240 parcelas consecutivas. Os da competência MAR/2013 em diante podem ser parcelados em até 60 parcelas consecutivas.

16.3. Ainda, da norma transcrita retro (PT MPS 402/2008 e suas alterações posteriores) verifica-se que os débitos referentes a contribuições da parte dos servidores até a competência FEV/2013 podem ser parcelados em até 60 parcelas consecutivas. Os da competência MAR/2013 em diante não podem ser parcelados e devem ser pagos à vista.

17. DO EXPLICITADO, a título de orientação, importa observar que a celebração de parcelamento de débitos para com o Regime Próprio de Previdência Social/RPPS deve merecer especial atenção quando da sua elaboração, observando-se a legislação de referência vigente à época da celebração, os procedimentos e as modalidades de parcelamentos, consoante a Portaria MPS nº 402/2008, de 10/12/2008 e suas alterações. Ainda, os parcelamentos ou reparcelamentos devem ser elaborados, via CADPREV-WEB, conforme SISTEMA e orientações encontrados na rede mundial de computadores (internet), no seguinte endereço eletrônico: <http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/demonstrativos-rpps/>.

17.1. Minutas de Projetos de Lei de Parcelamento e Reparcèlement podem ser encontrados no CADPREV-WEB, na rede mundial de computadores (internet), no seguinte endereço eletrônico: <http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/legislacao-dos-rpps/modelo-de-legislacao-dos-rpps/>.

18. Quanto ao apontamento da auditoria no que se refere a parcelamentos anteriores, constou do relatório de auditoria, conforme reproduzido a seguir.

“2.6 Dos Parcelamentos Existentes.

2.6.1. O ente apresentou as seguintes leis que tratam de parcelamento:

- Lei nº 4.348, de 30 de maio de 2011, que autoriza parcelamento de débitos do Município de Montes Claros, com o PREVMOC, referentes a valores devidos no período de 01/02/2009 a 31/12/2010.
- Lei nº 4.349, de 30 de maio de 2011, que autoriza parcelamento de débitos do Município de Montes Claros, com o PREVMOC, com vencimentos até o dia 31 de janeiro de 2009.
- Lei nº 4.574, de 20/12/2012, que dispõe sobre Parcelamento de débitos do Municípios para com o PREVMOC vencidos até 31/10/2012, bem como débitos não quitados (reparcelamento) de débitos objeto das leis nº Lei nº 4.348/2011 e Lei nº 4.349/2011.

2.6.2. Verificamos que o termo de parcelamento objeto da Lei nº 4574/2012, além de prever correção anual das parcelas (artigo 3º §1º), contempla débitos novos e débitos já parcelados anteriormente (objeto das leis nº 4.348/2011 e Lei nº 4.349/2011) o que contraria o § 7º do Art. 5º da Portaria MPS nº 402/2008 na redação da Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013).

§ 7º Para cada termo de parcelamento poderá ser feito um único reparcelamento, vedada a inclusão de débitos não parcelados anteriormente, não sendo considerados para os fins da limitação de um único reparcelamento os termos originários que: (Nova redação dada pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16 01 2013).

Ainda nesse sentido, verifica-se que não consta do parcelamento a origem dos valores objeto do parcelamento, se referentes as contribuições de segurados vinculado ao fundo previdenciário ou se vinculado ao fundo financeiro.

2.6.3 Assim o termo de parcelamento (e reparcelamento) objeto da lei 4.574/2012, não pode ser aceito para fins de regularização das contribuições previdenciárias.

2.6.4 Considerando que o fundo previdenciário somente tem a expectativa de vir a pagar benefícios de aposentadorias e pensões a partir de 01/01/2020.

Considerando que o fundo financeiro é deficitário, conforme consta do anexo 03, onde elaboramos demonstrativo que faz uma comparação entre as arrecadações de contribuições arrecadadas dos segurados e patronal com os benefícios pagos relativos a aposentadoria e pensão.

Considerando que o ente vem honrando o pagamento do parcelamento, efetuando a antecipação de parcelas, (de termo de parcelamento consta o pagamento em 100 parcelas sendo liquidado em 36), como forma de diminuir o aporte necessário à quitação dos benefícios previdenciários do fundo financeiro, já que teria, segundo a legislação, de custear efetuais déficits no pagamento de benefícios. Assim a transferência de recursos se daria como forma de liquidar o parcelamento e não com o fito de realizar aportes.

Considerando que dos documentos apresentados referentes aos valores originais parcelados, não consta a discriminação de quais valores pertenceriam aos fundos financeiro e previdenciário.

Considerando ainda que o ente tem usado os recursos do fundo previdenciário para sanear o déficit no pagamento de benefícios do fundo financeiro

Considerando a impossibilidade de aceite do parcelamento pactuado, por ferir o que preceitua a Portaria MPS 402/2008.

Por tudo isso, consideramos os valores pagos no parcelamento como sendo aportes de recursos necessários ao financiamento do déficit no pagamento de benefícios do fundo financeiro."

18.1. O Ente Federativo por sua vez no RECURSO carreado aos autos questiona o procedimento adotado pela auditoria, nos seguintes termos:

Acrescente-se, ainda, que os parcelamentos realizados por meio das Leis nº 4.348/2011, nº 4.349/2011 e nº 4.574/2012, foram honrados a tempo e modo, e parte deste último inclusive de forma antecipada.

18.1.1. Sobre a questão posta, a auditoria considerou os valores pagos no parcelamento como sendo aportes de recursos necessários ao financiamento do déficit no pagamento de benefícios do fundo financeiro, conforme explicitado retro. Frisamos que a conclusão da presente análise é de que não houve implantação da segregação de massas no RPPS de Montes Claros. Portanto, em não havendo a implantação da segregação de massas, não há que se cogitar em contribuições para cobertura de déficit de Fundo segregado.

18.1.1.1. No caso em pauta, para solucionar a questão, cabe ao Ente Federativo adotar os seguintes procedimentos:

i) editar lei alterando a legislação anterior para autorizar a reconsolidação das dívidas com base nos parâmetros da Portaria MPS 402/2008, a fim de garantir o mínimo atuarial no pagamento da dívida, bem como autorizar o parcelamento e/ou pagamento de eventuais diferenças geradas em face da reconsolidação;

ii) editada a lei autorizativa, deverá ser apurado, por competência, os valores das bases de cálculo das contribuições parceladas através das leis mencionadas retro (4.348/2011, 4.349/2011 e 4.574/2012);

iii) com fundamento nas bases de cálculo encontradas, apurar os valores das contribuições devidas em valores originários (servidor e patronal por competência);

iv) após o procedimento retro (apuração do valor originário das contribuições) atualizar os valores originários das contribuições com base na lei que autorizar a reconsolidação da dívida nos parâmetros exigidos pela Portaria MPS 402/2008;

v) no que concerne às parcelas pagas desses parcelamentos elaborados em desacordo com os artigos 5º e 5º-A da Portaria MPS 402/2008, as parcelas pagas desses parcelamentos deverão ser atualizadas nas mesmas bases para efeitos de dedução no valor da dívida reconsolidada e apuração de eventual saldo a pagar e/ou parcelar.

18.1.1.2. A documentação de suporte dos procedimentos mencionados retro deverá ser enviada à SPPS/MF, a título de JUSTIFICATIVAS (artigo 17 da Portaria MPS Nº 530/2014), visando sanear a irregularidade no que concerne a esses parcelamentos.

19. A fim de dar celeridade processual no âmbito deste Contencioso Administrativo da Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS/MF, e a título de sugestão, recomenda-se que débitos envolvendo competências e valores que não foram apontados pela auditoria em Notificação de Auditoria-Fiscal - NAF, ou seja, débitos confessados espontaneamente pelo Ente Federativo sejam feitos em Termos de Acordo de Parcelamento apartados (separados).

20. POR DERRADEIRO, é importante frisar que a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, exceto nos casos de decisão judicial determinando sua emissão, tem como condição encontrar-se o Ente Federativo regular em todos os quesitos alinhados no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV, portanto, em perfeita harmonia com os preceitos estabelecidos na legislação atinente. Caso contrário, à Administração Federal, gerida por agentes públicos, não lhe resta qualquer alternativa que não a de efetuar os registros no aludido Sistema, ante irregularidade sancionada nos atos decisórios, pois, enquanto no âmbito da iniciativa privada o poder de agir caracteriza-se como uma faculdade, na seara do direito público o poder de agir transforma-se em dever de agir, numa imposição de atingir as finalidades públicas previstas nos dispositivos legais. Destarte, de todo o exposto na presente ANÁLISE, não é possível atender ao pedido contido no recurso ora analisado no que concerne à emissão de CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP, uma vez que o Ente Federativo não se encontra apto a recebê-lo.

CONCLUSÃO

21. DIANTE DO EXPOSTO, com fulcro no artigo 8º, § 2º da Portaria MPS nº 530/2014, com base na ANÁLISE retro e de tudo mais que dos autos consta, **CONCLUI** e/ou **PROPONHO**:

I) REFORMAR PARCIALMENTE a DECISÃO NOTIFICAÇÃO - DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF para, no que couber, sanear os autos e devolver ao Ente Federativo o prazo para apresentar defesa (artigo 4º da Portaria MPS nº 530, de 24/11/2014) no que concerne à dívida explicitada no subitem 14.5 do presente decisório, no valor originário de **R\$536.117,20**, atinente a irregularidade remanescente no critério "Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa"; NO ENTANTO, deverá ser mantido o status do Ente Federativo na condição de **IRREGULAR** no mencionado critério uma vez que o Município já se encontra irregularizado no mesmo em face de decisões exaradas no Processo Administrativo Previdenciário - PAP Nº 061/2005, por meio da DECISÃO-NOTIFICAÇÃO MPS/SPS/DRPSP/CGACI Nº 051/2006 e DECISÃO DE RECURSO - DR MPS/SPS Nº 053/2006 reproduzidas nos subitens 14.6.1.1.1 e 14.6.1.1.2 retro;

II) Critério "Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa": **MANTER**, no CADPREV, o status do Ente Federativo na condição de **IRREGULAR**, uma vez que o recurso apresentado não foi capaz de elidir as irregularidades apontadas pela auditoria e sancionadas na DECISÃO NOTIFICAÇÃO - DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF, bem como em face do Ente Federativo já se encontrar sancionado como irregular no referido critério pelo DESPACHO-DECISÓRIO - DD MPS/SPPS/DRPSP/CGACI Nº 009/2012, de 30/01/2012, exarado no Processo Administrativo Previdenciário - PAP Nº 229/2011 e DECISÃO DE RECURSO - DR MPS/SPS Nº 053/2006 reproduzida no subitem 14.6.1.1.2 retro.

III) Critério *"Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Consistência das Informações"*: ALTERAR, no CADPREV, o status do Ente Federativo de EM ANÁLISE para REGULAR;

IV) Critério *"Aplicações Financeiras de acordo com Resolução CMN - Decisão Administrativa"*: ALTERAR, no CADPREV, o status do Ente Federativo de EM ANÁLISE para REGULAR;

V) Critério *"Escrituração de acordo com o Plano de Contas"*: alterar, no CADPREV, o status do Ente Federativo de EM ANÁLISE para IRREGULAR;

VI) Enviar a presente Decisão de Recurso - DR ao representante legal do Ente Federativo; com cópia para o gestor do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC, para conhecimento;

VII) Enviar a presente Decisão de Recurso - DR para a Coordenação de Auditoria, em face do contido no seu item 12 ao subitem 12.1.2.1;

VIII) Enviar uma cópia do presente decisório à Coordenação de Atuária, tendo em vista eventuais providências, em face da não implantação da segregação de massas.

22. É A ANÁLISE.

23. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos e, posteriormente, à consideração do Senhor Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público.

Brasília, DF, 18 de agosto de 2016.

Geraldo da Costa

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Matrícula 0.887.817 - Contencioso da CGACI

II - DA DECISÃO DO RECURSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E INVESTIMENTOS - CGACI, em 18 de agosto de 2016.

1. De acordo com a análise retro, no que concerne à **reforma parcial** da DECISÃO-NOTIFICAÇÃO - DN MPS/SPPS/DRPSP/CGACI Nº 099/2015 e demais providências propostas.

2. Encaminhe-se a presente Decisão de Recurso ao Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público.

ALEX ALBERT RODRIGUES

Coordenador-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP, em 18 de agosto de 2016.

Referência: Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 259/2015.

Interessado: MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS - MG.

Assunto: Decisão de Recurso - DR com reforma parcial da Decisão Notificação - DN.

1. Considerando a análise retro procedida no RECURSO carreado aos autos pelo representante legal do Ente Federativo, e considerando tudo o mais que dos autos consta, DECIDO, com fulcro no artigo 8º da Portaria MPS nº 530, de 24 de novembro de 2014:

I) REFORMAR PARCIALMENTE a DECISÃO NOTIFICAÇÃO - DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF para, no que couber, sanear os autos e devolver ao Ente Federativo o prazo para apresentar defesa (artigo 4º da Portaria MPS nº 530, de 24/11/2014) no que concerne à dívida explicitada no subitem 14.5 do presente decisório, no valor originário de R\$536.117,20, atinente a irregularidade remanescente no critério "utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa"; NO ENTANTO, deverá ser mantido o status do Ente Federativo na condição de IRREGULAR no mencionado critério uma vez que o Município já se encontra irregularizado no mesmo em face de decisões exaradas no Processo Administrativo Previdenciário - PAP Nº 061/2005, por meio da DECISÃO-NOTIFICAÇÃO MPS/SPS/DRPSP/CGAAI Nº 051/2006 e DECISÃO DE RECURSO - DR MPS/SPS Nº 053/2006 reproduzidas nos subitens 14.6.1.1.1 e 14.6.1.1.2 retro;

II) Critério "Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa": MANTER, no CADPREV, o status do Ente Federativo na condição de IRREGULAR, uma vez que o recurso apresentado não foi capaz de elidir as irregularidades apontadas pela auditoria e sancionadas na DECISÃO NOTIFICAÇÃO - DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF, bem como em face do Ente Federativo já se encontrar sancionado como irregular no referido critério pelo DESPACHO-DECISÓRIO - DD MPS/SPPS/DRPSP/CGACI Nº 009/2012, de 30/01/2012, exarado no Processo Administrativo Previdenciário - PAP Nº 229/2011 e DECISÃO DE RECURSO - DR MPS/SPS Nº 053/2006 reproduzida no subitem 14.6.1.1.2 retro.

III) Critério "Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Consistência das Informações": ALTERAR, no CADPREV, o status do Ente Federativo de EM ANÁLISE para REGULAR;

IV) Critério "Aplicações Financeiras de acordo com Resolução CMN - Decisão Administrativa": ALTERAR, no CADPREV, o status do Ente Federativo de EM ANÁLISE para REGULAR;

V) Critério "Escrituração de acordo com o Plano de Contas": alterar, no CADPREV, o status do Ente Federativo de EM ANÁLISE para IRREGULAR;

VI) Enviar a presente Decisão de Recurso - DR ao representante legal do Ente Federativo; com cópia para o gestor do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC, para conhecimento;

VII) Enviar a presente Decisão de Recurso - DR para a Coordenação de Auditoria, em face do contido no seu item 12 ao subitem 12.1.2.1;

VIII) Enviar uma cópia do presente decisório à Coordenação de Atuária, tendo em vista eventuais providências, em face da não implantação da segregação de massas.

2. Retornem-se os autos ao Contencioso da Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos - CGACI, para as providências pertinentes.

NARLON GUTIERRE NOGUEIRA

Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP
Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS/MF

6. O representante legal do Município juntamente com o representante legal da UNIDADE GESTORA do RPPS apresentaram defesa tempestiva, **bem como justificativas** (docs. de fls. 809/1.059), cujas razões de defesa são reproduzidas a seguir.



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG
PROCURADORIA GERAL

À SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – MINISTÉRIO DA FAZENDA

NAF Nº. 0239/2015

PAP Nº. 259/2015

DECISÃO NOTIFICAÇÃO Nº. 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF

DECISÃO DE RECURSO Nº. 041/2016/DRPSP/SPPS/MF, de 18 de agosto de 2016.

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO à DR Nº. 041/2016

Ente Federativo: Prefeitura Municipal de Montes Claros

Unidade Gestora: Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC

O **MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura de Montes Claros, na Av. Cula Mangabeira, 211, CNPJ nº 22.678.874/0001-35, neste ato legalmente representado por seu Procurador que a presente subscreve (mandato em anexo), vem, perante este órgão julgador, apresentar **IMPUGNAÇÃO** à DR nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF de 18 de agosto de 2016 encaminhada por este Departamento, decorrente do PAP 259/2015 e NAF Nº 0239/2015, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

1. DA DECISÃO DE RECURSO

Compulsando os autos do PAP em epígrafe verifica-se que, após a análise do Recurso, a DR supramencionada reformou a DN nº. 053/2016, restando apenas as irregularidades seguintes:

Eder Queiroz Araújo
Procurador Adjunto do Contencioso
OAB-MG 102.245



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG
PROCURADORIA GERAL

"CONCLUSÃO

21. **DIANTE DO EXPOSTO**, com fulcro no artigo 8º, § 2º da Portaria 530/2014, com base na ANÁLISE retro e de tudo mais que dos autos consta, **CONCLUO** e/ou **PROPONHO**:

I. REFORMAR PACIALMENTE a DECISÃO NOTIFICAÇÃO – DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF para, no que couber, sanear os autos e devolver ao Ente Federativo o prazo para apresentar defesa (artigo 4º da Portaria MPS nº 530, de 24/11/2014) no que concerne à dívida explicitada no subitem 14.5 do presente decisório, no valor originário de R\$536.117,20, atinente a irregularidade remanescente no critério "**Utilização dos Recursos Previdenciários – Decisão Administrativa**"; *NO ENTANTO*, deverá ser mantido o status do Ente Federativo na condição de **IRREGULAR** no mencionado critério uma vez o Município já se encontra irregularizado no mesmo em face e decisões exaradas no Processo Administrativo Previdenciário – PAP Nº 061/2005, por meio da DECISÃO-NOTIFICAÇÃO MPS/SPS/DRPSP/CGAAI Nº 051/2006 e DECISÃO DE RECURSO – DR MPS/SPS Nº 053/2006 reproduzidas nos subitens 14.6.1.1.1 e 14.6.1.1.2 retro.

II. Critério "**Caráter Contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa**".

MANTER, no CADPREV, o status do ente Federativo na condição de **IRREGULAR**, uma vez que o recurso apresentado não foi capaz de elidir as irregularidades apontadas pela auditoria e sancionadas na DECISÃO NOTIFICAÇÃO – DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF, bem como em face do Ente Federativo já se encontrar sancionado como irregular no referido critério pelo DESPACHO-DECISÓRIO – DD MPS/SPPS/DRPSP/CGACI Nº 009/2012, DE 30/01/2012, EXARADO NO Processo Administrativo Previdenciário – PAP Nº 229/2011 e DECISÃO DE RECURSO – DR MPS/SPS Nº 053/2006 reproduzida no subitem 14.6.1.1.2 retro.

(...)

V. Critério "**Escrituração de acordo com o Plano de Contas**": alterar, no CADPREV, o status do Ente Federativo de EM ANÁLISE para **IRREGULAR**. "

Eder Queiroz Araújo
Procurador Adjunto do Contencioso
OAB-MG 102.245



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG
PROCURADORIA GERAL

Diante da reforma parcial da DN, devolvido prazo ao Ente Municipal para se manifestar sobre as irregularidades ainda pendentes, passamos a combatê-las individualmente.

2. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS – “EXCEDENTE DE GASTOS COM DESPESAS ADMINISTRATIVAS”

2.1. Da irregularidade apontada


A DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF reformou parcialmente a DN nº. 053/2016 considerando insubsistentes todos os débitos apontados, ressaltando tão somente valores referentes à, possíveis, excessos de gastos com despesa administrativa ocorridos nos anos de 2011 e 2012, conforme tabela extraída do subitem 14.5.2, abaixo:

Subitem 6.3.2 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015 (Excesso de despesas administrativa)	
Competência	Valor Originário
DEZ/2011	451.279,36
DEZ/2012	84.837,84
Total	536.117,20

2.2. Das razões recursais

Com a devida *venia* equivocou-se a auditoria na apuração dos referidos valores, haja vista terem incluído no cálculo das despesas administrativas realizadas, nos anos de 2011 e 2012, gastos alusivos à manutenção do empreendimento denominado Shopping Popular.

Nesse momento há que se ressaltar, conforme exposto no item 12.1.3 da DR, que o Shopping Popular é um ativo de propriedade do PREVMOC, desse modo, possui controle contábil de despesas apartado dos dispêndios inerentes à manutenção da Unidade Gestora do RPPS.


Eder Queiroz Araújo
Procurador Adjunto do Contencioso
DAB-MG 102.245



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG
PROCURADORIA GERAL

Ressaltamos que, apenas as despesas dos grupos de 1 a 4 referem-se à Unidade Gestora (PREVMOC) e as do 5 são atribuídas ao Shopping Popular.

Para atestar os dispêndios realizados com despesa administrativa, nesse período, fazemos anexar, ao presente documento, os balancetes contábeis descritivos contendo, de forma destacada, os grupos de 1 a 5, permitindo que se vislumbre o montante expendido com as referidas despesas, em razão dos grupos mencionados.

Para uma melhor compreensão dos fatos, anexamos planilhas que abrigam as seguintes referências e dados:

- Relação das despesas administrativas realizadas com a manutenção do Shopping Popular;
- Relação das despesas administrativas realizadas em relação à manutenção da Unidade Gestora;
- Relação das despesas administrativas globais, incluindo a Unidade Gestora e o Shopping Popular.

Ressaltamos ainda que o Shopping Popular possui administração própria, e que das receitas por ele produzidas devem ser deduzidas as despesas correspondentes à sua manutenção, ocasionando, após apuração dessa diferença, e conforme quadro abaixo, resultados positivos, tanto em 2011 quanto em 2012.

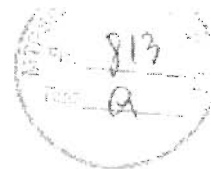
De forma resumida, apresentamos os gastos totais realizados com as despesas administrativas destinadas à manutenção da Unidade Gestora e do Shopping Popular, nos anos de 2011 e 2012:

DESCRIÇÃO	2011	2012
Despesa com Manutenção do Shopping	795.847,82	980.134,28
Despesa da Unidade Gestora	1.428.305,01	1.444.473,65
DESPESA TOTAL	2.224.152,83	2.424.607,93

Eder Queiroz Araújo
Procurador Adjunto do Conselho
OAB-MG 102.27



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG
PROCURADORIA GERAL



DESCRIÇÃO	2011	2012
Despesa da Unidade Gestora	1.428.305,01	1.444.473,65
Limite de Despesas Administrativas	1.807.441,86	2.216.739,72
Saldo: Limite Despesa - Gastos	379.136,85	772.266,07

Conclui-se do conteúdo acima, com relação as despesas administrativas realizadas na manutenção da Unidade Gestora do RPPS, nos exercícios de 2011 e 2012, que o montante desembolsado situou-se abaixo do limite legal permitido.

Portanto, diante das considerações feitas, devidamente comprovadas pelos documentos anexados, não há que se falar em excesso de despesa administrativa, motivo pelo qual pugna-se pela reforma da referida decisão, alterando o *status* do PREVMOC, quanto ao critério "**Utilização dos Recursos Previdenciários – Decisão Administrativa**", para **REGULAR**.

3. CARÁTER CONTRIBUTIVO (REPASSE) – "CONTRIBUIÇÃO INCIDENTE SOBRE O AUXÍLIO-DOENÇA"

No item 10.1 da DR, a Auditoria aponta provável débito referente às contribuições incidentes sobre o benefício de auxílio-doença, compreendendo o período de janeiro/2008 à julho/2015.

Quanto ao suposto débito, reafirma-se o esforço do Município de Montes Claros no intuito de realizar sua apuração, sendo que, não se pretende postergar ou eximir-se do provável débito, porém, conforme bem salientado pelo auditor fiscal responsável pela análise do recurso de outrora, no **item 17**, *in verbis*:

"17. DO EXPLICITADO, à título de orientação, importa observar que a celebração de parcelamento de débitos para com o Regime Próprio de Previdência Social/RPPS deve merecer especial atenção quando da sua elaboração, observando-se a legislação de referência

Eder Queiroz Araújo
Procurador Adjunto do Contencioso
OAB-MG 102.245



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG
PROCURADORIA GERAL



vigente à época da celebração, os procedimentos e as modalidades de parcelamentos, consoante a Portaria MPS nº. 402/2008, de 10/12/2008 e suas alterações.”

Nesse momento, há que se ressaltar o total empenho do Ente em regularizar seu Regime de Previdência, bem como todas as providências tomadas e já expostas nos autos do presente PAP, no entanto, no que concerne a débitos, os apontados nesse item e em outros itens, necessário se faz analisar as forças dos cofres públicos, bem como as providências legislativas para sua quitação.


Diante do exposto, quanto ao débito apontado, solicitamos seja deferido prazo hábil ao Município para que possa apurar os supostos débitos, realizar estudo econômico-financeiro e proceder com o devido processo legislativo nos casos de parcelamento, pugnando-se então, para que o *status* do referido critério seja alterado para “EM ANÁLISE”.

4. ESCRITURAÇÃO DE ACORDO COM O PLANO DE CONTAS

No referido critério, o auditor fiscal em sua análise, **item 13.1**, assim aduz:

“13.1. Com relação ao critério “**Escrituração de acordo com o Plano de Contas**” o recurso apresentado juntou comprovação (Plano de Contas e Razão de Contas atinentes a Fevereiro 2016) que evidenciam a segregação de contas contábeis no Ativo, incluindo as receitas, entre o Plano Previdenciário e Financeiro. Por outro lado, conforme explicitaremos neste decisório, a simples segregação de contas contábeis não é suficiente para se considerar a segregação de massas como implantada.”

Compulsando todo o PAP em comento, verifica-se que a segregação de massas proposta pelo Município jamais foi realmente implantada. Apesar disso, a auditoria por vezes apontou a necessidade de se implantar uma real e efetiva segregação de massas com base no equacionamento do RPPS de Montes Claros.


Eder Queiroz Araújo
Procurador Adjunto do Contencioso
OAB-MG 102.245



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG
PROCURADORIA GERAL

LA

Desse modo, a preparação da contabilidade do PREVMOC já se demonstra apta a receber e efetivar uma futura e necessária segregação de massas, sendo este apenas o primeiro passo para a referida providência.

Por fim, diante do exposto, requer seja alterado o *status* quanto ao referido critério para “**REGULAR**”.

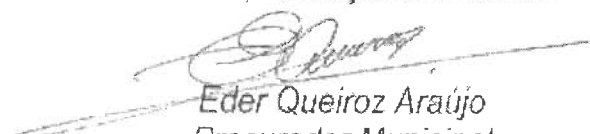
5 – CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS

Diante do exposto, o Município de Montes Claros requer:

- Seja recebida e autuada a presente IMPUGNAÇÃO, por tempestiva, para que produza todos os efeitos dela decorrentes, nos termos do art. 4º da Portaria MPS nº. 530, de 24/11/2014;
- Não sendo o caso de impugnação, em vista do princípio da fungibilidade das formas, seja a presente peça recebida como RECURSO VOLUNTÁRIO, nos termos do art. 8º da Portaria MPS nº. 530, de 24/11/2014;
- Sejam acatados todos os requerimentos feitos ao longo deste petítório, para reformar a presente DR no que lhes for contrária, declarando por fim a aptidão do Município de Montes Claros a receber o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, haja vista o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas na legislação federal que disciplina a constituição, organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Montes Claros - MG, 23 de julho de 2016.


Eder Queiroz Araújo
Procurador Municipal
OAB/MG 102.245

X 
48 



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE MONTES CLAROS

A SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – MINISTÉRIO DA
FAZENDA

CADASTRADO SPPS/MPS
COMANDO Nº 43 080 4940
DATA: 28/11/2016

REFERÊNCIA: SPPS 426940522, 29/09/2016

NAF Nº. 0239/2015

PAP Nº. 259/2015

DECISÃO NOTIFICAÇÃO Nº. 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF

DECISÃO DE RECURSO Nº. 041/2016/DRPSP/SPPS/MF, de 18 de agosto de 2016.

ASSUNTO: PEDIDO DE ADITAMENTO

Ente Federativo: Prefeitura Municipal de Montes Claros

Unidade Gestora: Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES CLAROS – PREVMOC, autarquia municipal de previdência pública, inscrita no CNPJ sob o nº. 66.489.741/0001-96, com sede nesta cidade de Montes Claros – MG, na Rua Viúva Francisco Ribeiro, nº. 150, Centro, neste ato representada por seu Diretor Presidente **LUCIANO GUIMARÃES PEREIRA**, brasileiro, viúvo, administrador inscrito no CPF sob o nº.369.660.296-53, vem perante este órgão julgador, por seus procuradores adiante signatários (mandato incluso), apresentar **PEDIDO DE ADITAMENTO** à IMPUGNAÇÃO, datada de 29/09/2016, **SPPS: 426940522**, interposta em face da DR nº. 041/2016/DRPSP/SPPS/MF, decorrente do PAP 259/2015 e NAF nº. 0239/2015, com fulcro no art. 5º, §1º, da Portaria MPS nº. 530/14, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

1. Síntese dos autos



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE MONTES CLAROS

MF/SPPS/DRPSP/CGACI
Fls. 203
Rub.: 1

Trata-se de auditoria direta do Ministério da Previdência Social, realizada no ano de 2.015, junto ao Município de Montes Claros e seu Regime Próprio de Previdência.

Realizados os trabalhos, os auditores responsáveis, quanto ao atendimento do Ente às solicitações feitas, assim concluíram:

"7. ATENDIMENTO À AUDITORIA

7.1 Foram apresentados pelo Município de Montes Claros e pelo PREVMOC, unidade gestora do RPPS, **todos os documentos e informações solicitados através do Termo de Solicitação de Documentos – TSD, possibilitando a realização da auditoria.**

7.2 Para elidir as falhas existentes, a auditoria adotou critérios e parâmetros específicos para esse trabalho, conforme discorrido ao longo do Relatório. **A auditoria considera satisfatória a conclusão dos trabalhos, avaliando que a documentação faltante não prejudicou a análise e, por conseguinte, o resultado pretendido.**" (NAF nº. 0239/2015, fls. 34) (grifamos)

Apesar disso, *data maxima venia*, os ilustres auditores constataram a existência de possíveis irregularidade, exarando a referida NAF nº. 0239/2015, para análise e julgamento dos apontamentos no Processo Administrativo Previdenciário – PAP nº. 259/2015.

Instaurado o referido PAP, foi prolatada a Decisão de Notificação nº. 053/2016, cujas conclusões foram tempestivamente atacadas por Recurso Voluntário interposto por este Ente Municipal.

Julgado o Recurso supra, acertadamente, o MPS reformou a DN, nos termos da ementa, a seguir:

"Ementa: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL RPPS. RECURSO À DECISÃO DE NOTIFICAÇÃO – DN Nº 053/2016/CGACI/SPPS/DRPSP/MF. **REFORMA PARCIAL DA DN Nº 053/2016. DEVOLUÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA QUANTO À SANÇÃO ATINENTE AO CRITÉRIO UTILIZAÇÃO**



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE MONTES CLAROS

DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS – DECISÃO ADMINISTRATIVA.
IRREGULARIDADES SANADAS PARCIALMENTE. (grifo constante do
texto original)

Diante da devolução de prazo para manifestação, foi interposta Impugnação à DR nº. 041/2016, ainda pendente de decisão final.

Traçado esse breve escopo, passa-se a expor as razões de fato e de direito do presente Pedido de Aditamento.

2. Do Cabimento e Tempestividade

A Portaria MPS nº. 530, de 24 de novembro de 2014, que disciplina o Processo Administrativo Previdenciário – PAP destinado a apuração e julgamento das irregularidades em RPPS, nos termos do seu art. 5º, §1º, assim aduz:

"Art. 5º. A impugnação mencionará:

(...)

§1º É facultada ao impugnante a juntada de documentos após a impugnação e antes do julgamento." (grifamos)

Desse modo, prestigiando o Princípio da Economia Processual, antes do julgamento de algum recurso, plenamente possível aditá-lo, ampliando a matéria devolvida ao julgamento do órgão superior.

Ressalta-se, nesse momento, a perfeita subsunção do presente pedido ao dispositivo supracitado, sendo medida de direito o seu recebimento, autuação, e posterior julgamento, dando-se por saneada a irregularidade ora atacada.

3. Da Fungibilidade

O Princípio da Fungibilidade amplamente utilizado no Processo Civil, prestigia o Princípio da Celeridade Processual, Princípio da Conservação, Princípio da Eficiência,



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE MONTES CLAROS

MF/SPPS/DRPSP/CGACI
Fls. 893
Rub. 1

dentre outros, por ele, a forma não deve se sobrepor ao fim que se destina, o que se busca é a finalidade do ato praticado.

Pela fungibilidade de formas temos que, quando o ato é praticado de modo diverso do previsto em lei, porém alcança seus objetivos, não há que se falar em seu desprezo, pois tal medida traria processo à parte e ao processo de maneira geral.

Nos parece que a fungibilidade de formas foi prestigiada pelo MPS, já que, até mesmo pedidos intempestivos serão analisados no bojo do PAP, é o que se aduz do art. 17, da Portaria nº. 503/14, *in verbis*:

"Art. 17 A impugnação e o recurso intempestivos, bem como as justificativas de regularização ou adequação do RPPS, apresentadas após o registro das irregularidades na forma do art. 16, serão analisados nos autos do PAP, não se lhes aplicando o disposto nos art. 4º e 8º."

Isto posto, se até recursos intempestivos, pelo aproveitamento processual, serão analisados no PAP, pugna-se pelo recebimento do presente pedido nos termos do art. 4º e, apenas numa remota hipótese, caso não acatado o pedido de Aditamento, que seja o presente petitório recebido nos termos do art. 17, da Portaria nº. 530/14, acima expresso.

4. Da Irregularidade

As irregularidades apontadas pela auditoria MPS, através da DN nº. 053/2016, foram devidamente elididas através de Recurso Voluntário e, as que remanesceram nos termos do relatório da DR nº. 041/2016, foram devidamente justificadas através da Impugnação que ora se adita.

Todos os pontos constantes da DR nº. 041/2016 foram elididos pela Impugnação que pende de julgamento final, sendo assim, visando ampliar as justificativas anteriormente postas, nos termos da Portaria MPS nº. 530, quanto ao critério **"ESCRITURAÇÃO DE ACORDO COM O PLANO DE CONTAS"**, desde já se requer o recebimento do presente pedido, decretando, ao final, a situação regular no critério mencionado.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE MONTES CLAROS

Nesse ínterim há que se ressaltar trecho extraído da DN nº. 053/2016, no que tange à contabilidade do PREVMOC:



"5.2 Ainda em relação à contabilidade do RPPS de Montes Claros, verificamos:

- a) A unidade gestora do RPPS mantém **escrituração contábil autônoma** em relação ao ente federativo.
- b) Não constamos a existência de **indício de despesas que caracterizem** "Utilização Indevida dos Recursos Previdenciários", ressalvado o disposto no item 5.1.2 que deverá ser objeto de apuração específica apresentação de conciliação bancária que aderem aos valores contábeis conforme quadro do item 5.1.1.
- c) os valores contabilizados como receitas de contribuições, de modo geral, são compatíveis com os valores das contribuições informados pelo RPPS nos Comproverantes dos Repasses e na planilha Folha de Pagamentos e Repasses – Entidades e Órgãos, fornecidas à auditoria.
- d) os valores das despesas com benefícios previdenciários são compatíveis de um modo geral, com os benefícios efetivamente pagos, constantes em planilha relativa às folhas de pagamento e informados na planilha Folha de Pagamentos e Repasses – Entidades e Órgãos." (grifo contante do documento original)

Do amplamente verificado em Auditoria, resta nítida a ausência de indícios de utilização indevida de recurso, bem como a correspondência entre as receitas e despesas, carecendo, apenas, de se pormenorizar eventuais inconsistências entre os saldos bancários e lançamentos contábeis.

Isto posto, quanto à conciliação bancária, informamos que, durante o período auditado, a Contabilidade da unidade gestora do RPPS sofreu um grande trauma, haja vista o falecimento repentino do chefe daquele setor. Diante do exposto e do enxuto quadro de servidores daquele Instituto, fez-se necessária a contratação de empresa especializada em serviços contábeis.

Após a devida contratação, nos termos da Lei nº. 8.666/93, foi realizada a


53




INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE MONTES CLAROS

MF/SPPS/DRPSP/CGACI
Fls. 893
Rub. 11

conciliação bancária no âmbito do PREVMOC, cujos relatórios e resultados seguem anexo ao presente petição.

5. Requerimentos

Diante do exposto, o Município de Montes Claros requer:


- Seja recebido e autuado o presente PEDIDO DE ADITAMENTO, por cabível e tempestivo, nos termos do art. 5º, §1º, da Portaria MPS nº. 530, de 24/11/2014;
- Entendendo os nobres julgadores pelo descabimento do presente pleito, tendo em vista o princípio da fungibilidade das formas, seja a presente peça recebida nos termos do art. 17, da Portaria MPS nº. 530, de 24/11/2014;
- Sejam analisadas as informações prestadas, bem como os documentos carreados, cujo conteúdo esclarece as divergências apontadas pela Auditoria entre os saldos bancários e lançamentos contábeis, declarando ao final a aptidão do Município de Montes Claros a receber o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, haja vista o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas na legislação federal que disciplina a constituição, organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Nestes Termos,


Pede Deferimento.

Montes Claros - MG, 23 de novembro de 2016.


Delcilene Azevedo Oliveira Antunes
OAB/MG nº. 114.987



Dayse Ellen de Moraes
OAB/MG 168.430

PROCURAÇÃO

MF/SPPS/DRPSP/CGACI
Fl.: 896
Rub.: 

Por este instrumento particular de Mandato, o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – P r e v m o c -, neste ato representado por seu Diretor-Presidente Luciano Guimarães Pereira, administrador, inscrito no CPF sob o nº. 369.660.296-53, residente e domiciliado na Al. das Castanheiras, nº. 36, Jaraguá, nesta cidade, nomeia e constitui seus procuradores, Dra. Delcilene Azevedo Oliveira Antunes, advogada inscrita na OAB/MG, sob o nº. 114.987, Dr. Pedro Henrique Ruas Abreu Areal Marques, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG 145.959, Dr. Éder de Oliveira Martins Júnior, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG 152.606 e Dayse Ellen de Moraes, brasileira, solteira, advogada, inscrita OAB/MG 168.430, com poderes contidos nas cláusulas "ad negotia" e "ad judicia", para que o represente em qualquer parte do território nacional, junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, repartições públicas e/ou policiais, como autor ou réu, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, requerendo o que for preciso, inclusive todas as Medidas Cautelares, sejam elas preparatórias ou incidentais, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber citações iniciais, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber e dar quitação, Recorrer, prestar declarações, aprovar contas e partilhas, em especial apresentar defesa e requerer aditamento a IMPUGNAÇÃO, datada de 29/09/2016, interposta em face da DR nº. 041/2016/DRPSP/SPPS/MF, decorrente do PAP 259/2015 e NAF nº. 0239/2015, junto a Secretaria de Políticas de Previdência Social – Ministério da Previdência.

Montes Claros, 23 de novembro de 2016.



Luciano Guimarães Pereira
Diretor-Presidente do PREVMOC.

MF/SPPS/DRPSP/CGACI
Fls. 837
Rub. *[assinatura]*



PREFEITURA DE MONTES CLAROS-MG
Gabinete do Prefeito



DECRETO

**NOMEIA SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE
MONTES CLAROS-MG**

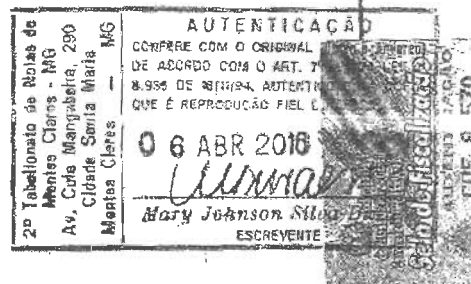
O Prefeito de Montes Claros(MG), no uso das atribuições que
lhe confere a Lei Orgânica do Município, embasado na Lei
Complementar Municipal 040 de 28 de Dezembro de 2012 e demais
disposições legais,

DECRETA:

Art.1º - Fica o servidor, **Luçiano Guimarães Pereira**,
NOMEADO, no cargo em comissão de **Presidente**, lotado nos quadros do
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros -
PREVMOC, a partir da presente data.

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário, o presente
Decreto entra em vigor na data de publicação, no lugar de costume,
retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Montes Claros, 10 de fevereiro de 2015.



[assinatura]
Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito de Montes Claros



CONFERE COM O ORIGINAL

23111 116
Ulciana Aruacha de Oliveira Costa
1009

Atos do Professor

Finalizar os recursos disponíveis e suspensão do plano suspenso, com a distribuição de sua verba às atividades até o julgamento dos recursos, com o pagamento integral do salário relativo ao mês de janeiro, incluindo-se a decisão proferida pelo Secretário de, alternativamente, incluindo-se TOAF (Tema de Comarcas da Adequação Funcional), nos mesmos moldes da escritura Mariana Helena Cavalcini Santos, colocando-se, ao final, a disposição para restituir os valores parafiscados.

E o que caberia restituir.

Em primeira instância, a Procuradoria-Geral opina pelo acolhimento do recurso, já que presentes os seus pressupostos de admissibilidade.

Nu que lue ao dedido do sêto suspensivo do recurso, não se vêem interpostos nestes autos as motiões que sêto obrigatórias a seu conhecimento, além do que, se verdadeiro, tem-se notícia de que é decaído o mandado sem efeito, com a efetivação a posteriori das penalidades impostas aos contribuintes.

Onde se é necessário esclarecer que não há tal-
se regras antes, em qualquer violação aos
princípios do devido processo legal, ampla defesa,
contraditório ou até mesmo isonomia entre as
partes.

Conforme se infere de todo o procedimento administrativo, as partes envolvidas foram pên-
s e devidamente comunicadas sobre todos os atos e fatos praticados, quando tiveram a oportunidade de se manifestar sobre as matérias de fato e de direito, trazer documentos e formular alegações, além de impugnar aqueles existentes em seu acervo. Todas as lides defensivas relevantes para o apuramento da questão foram objeto de deliberação e apreciadas pela Comissão de Inquérito, que sobre elas se manifestou fundamentadamente.

[illegible]

Porém, a questão realmente não se trata de provar, com estudos de demonstrar a sua validade ou não, realmente provar a restrição dos valores procedidos, pois não tem feito x durante o tempo durante o processo completamente de qualquer autorização, não a função do Conselho, e que não foram.

Porém, em sua peça de defesa, mesmo não pleno conhecimento a respeito dos ritismos alimentares que indicavam a existência de fraude no conceito das aplicações, apenas sinalizaram sobre a possibilidade de restrição dos valores cedidos individualmente, o que seria se o caso que - as irregularidades fossem realmente confirmadas.

mas não podem ser recorrentes, similar para muitas famílias pode ser aplicada contra a Srta. Maria Lúcia Carvalho Santos, na medida em que, embora tenham incidido em falsos identidades (estímulo fraudulento), tiveram comportamentos distintos, tendo esta última sido sempre resguardado u érbico profundamente.

Na mesma forma, levando-se em consideração os fatos apontados em tempo do fato, em termos a desadaptação física apresentada a outra conclusão não se pode chegar a não a de que em conformidade a todo o tempo, através de alguns dos procedimentos, pelas quais foram diretas e indiretas, e por consequência, levando a assim, a partir da conclusão das duas primeiras, as entidades como a própria suspensão da sua finalidade.

sim, e como já anteriormente demonstrado, lidamente no relatório da Comissão, cujos apontamentos os recursos apresentados não seguem a ordem, opta-se pelo não provimento recursal.

Marina Maria Barbosa Chaves e Silva
Oyocunilora, Perú

Observação: nos termos do art. 9º, §1º, Lei nº 9175/00, ALEXANDER LUIZ CURTJE, do cargo de promotor em exercício do INTERIO de Diretor Presidente do Instituto da Previdência dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul - PREVI/RS, a partir de 09/02/2015.

exceção, nos termos do art. 8º, §1º, Lei nº 3175/03, LUCIANO GUIMARÃES PEREIRA, no cargo de provimento em comissão de Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a partir de 08/03/2015.

ANÁLISE, nos termos do art. 39, §1º, Lei nº 3.143/63, EVARALDO DE OLIVEIRA RAIZOS, do cargo de prefeiteiro em comissão do Diretor de Administração Política, na Secretaria Municipal de Administração Política e Administração Regional, a partir de 13/02/2015.

ACTOS DE NOMERÇÃO DE CARGOS COMISSOINADOS ASSINADOS PELO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL

nome, fundada na Lei Complementar nº 840 de 26 de dezembro de 2012 e com as disposições legais, **LUÍZ GUILHERME PEREIRA**, nascido em 20 de maio de 1963, casado em comição de Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Ceará - PREVITAC e autor de diversos

nome, lúcido na Lei Complementar nº 043 de 28 de dezembro de 2012 e demais disposições legais, ANA MARIA DE RESENDE VIEIRA, para exercer o cargo em comissão de Secretária Adjunta do Desenvolvimento Social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a partir de 09/06/2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE NICOTER
CLASSE

PORTARIA Nº 844/2016
O Presidente da Câmara Municipal de Montes
Claros - MG, no uso de suas atribuições legais
e nos termos do artigo 88, inciso VI, da Lei
Orgânica do Município de Montes Claros
RESOLVE:

Art. 1º Fica desligado POR FÉRIAS FACULTATIVAS nos dias 18 (segunda-feira), 19 (terça-feira) e 20 (quarta-feira) de fevereiro de 2015, em virtude da festividade carnavalesca, devendo os funcionários desta Legislação retornarem as suas atividades normais no dia 19 (quinta-feira) de fevereiro de 2015.

Art. 2º - Frazções em disposição e
ordenação das Portas, entre as vigas de
de sua publicação.

PUBLICAR-SE E CIRCULAR-SE
Câmara Municipal de Montes Claros, MG
10 de Setembro de 2013.

VEREADOR - JOSE MARCOS MARTINS
DE FREITAS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
MONTES CLAROS-MS

PORTARIA Nº 045/2015
O Presidente da Câmara Municipal de Marabá
Cláudio (Má) no uso de suas atribuições legais
e tendo em vista o disposto nas Resoluções
nº 13 de 31 de agosto/98, nº 24 de 12 de maio
de 2002, nº 125 de 12 de dezembro de 2000
Lei nº 506/2002, 3.774/2002 e 4.191/2004, e a

06, 3.520006, 3.718007, 3.906006, 4.101007 e
Insan Muda Administrasi (01-2015, p. 0202).
2015 dan telah terbit sebagai legalisir dokumen
yang diterbitkan.

Artigo 1º: Definir, a partir do dia 02 (dois) de fevereiro de ano de 2015, a estrutura do gabinete do vereador José Marcos Martins de Figueira, conforme descrito a seguir: 01 cargo de Assessor Parlamentar G-07, 108 pontos, 01 cargo de Assessor Parlamentar G-08, 100 pontos, 01 cargo de Assessor Parlamentar G-09, 08 pontos, 01 cargo de Assessor Parlamentar G-10, 50 pontos, 02 cargos de Assessor Parlamentar G-31, 40 pontos, 02 cargos de Assessor Parlamentar G-38, 35 pontos. Total de pontos: 478.

Artigo 2º - Nomear, a partir de 01 de maio de fevereiro de 2010, o(a) primeiro(a) empossado(a), a cargo de Assessor Parlamentar, ocupando vaga existente no gabinete do mesmo vereador, a saber: Jefferson Carlos Nunes Pinheiro, nível C-35, 40 pontos.

Artigo 4º - A diferença percentual entre um valor
 não deve ser sua publicação no lugar de costume.

PUBLIQUE E CUMPRE-SE
 Câmara Municipal de Munique, 02 de
 fevereiro de 2015

JOSE MARCOS MARTINS DE FREITAS
Presidente da Câmara

Município de Ilhéus - Bahia - MG
 Procuradoria Geral
 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
 Nº 14/2014

EMENTA ADMINISTRATIVO - SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL - GRATIFICAÇÕES FRAUDULENTAS - SUSPENSÃO DE SERVIDORES - RECURSO ADMINISTRATIVO - DESPROMIMENTO

Os autos do presente procedimento retornam a esta Procuradoria Geral para pender sobre recursos administrativos apresentados pelos servidores Hugo Mendes Rocha e Lucas Pinheiro Gomes, contra a decisão administrativa que determinou, nas terras de art. 144 da Lei 3.178/2003, a suspensão dos autos, decisão esta que levou em consideração, dentre outros aspectos a falta de reconhecimento ao autor dos valores percebidos indevidamente pelos ditos servidores.

Desde lá esclarece-se que os recursos apresentados são idênticos aos que foram e continuam, sendo que não há qualquer alteração de montante em relação ao plano original.

Os recursos apresentados fundamentam-se, em síntese, no fato de que os requerentes supostamente não haveria sido oportunizada a possibilidade de ressarcimento dos valores por eles perdidos, embora tenham solicitado expressamente a possibilidade de fazê-lo, caso restasse confirmada a ilegalidade das gratificações, afirmando que ao momento atual teriam-se negado a restituição dos valores.

Sociólogos que não fazem ciência dos
irregularidades dos atos de concessão das
gratificações, e que teriam sido substancialmente
induzidos a isso.

Assim, e como já anteriormente demonstrado, notadamente no relatório da Comissão, cujos fundamentos os recursos apresentados não conseguiram afastar, opta-se pelo não provimento do recurso.

Diante do exposto, optamos pelo acolhimento e do aproveitamento dos recursos administrativos.

É o parecer.

Maria Clara (AC): 08 de fevereiro de 2015.
 Maria Maria Barbosa Oliveira e Silva
 Procuradora Geral

CONFERE COM O ORIGINAL

El Olimpo Armador de Marcelo Canal
Mat. 1009 Canal

MF/SPPS/DRPSP/CGACI
Fls.: 839
Rub.: 7

1271643185
1271643185
1271643185

WALDIR MARTINS PEREIRA
MARIA DA CONCEIÇÃO
GUIMARÃES M. PEREIRA

11/02/2016
25704541414
28487715250

CONFERE COM O ORIGINAL
23/11/16
Alfonso Romeiro de Lencas
MATTOS
58

MF/SPPS/DRPSP/CGACI
Fls. 900
RUC: /



PREFEITURA DE MONTES CLAROS-MG
Gabinete do Prefeito

DECRETO

**NOMEIA SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE
MONTES CLAROS-MG**

O Prefeito de Montes Claros(MG), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, embasado na Lei Complementar Municipal 040 de 28 de Dezembro de 2012 e demais disposições legais,

DECRETA:

Art.1º – Fica o servidora **Celeste Leite Fróes, NOMEADA**, no cargo em comissão de **Diretor Administrativo Financeiro**, lotada nos quadros do **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC** a partir da presente data.

Art.2º – Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entra em vigor na data de publicação, no lugar de costume, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Montes Claros 10 de fevereiro de 2015.


Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito de Montes Claros



CONFERE COM O ORIGINAL

23.11.16
Recebi em nome do Oficial Contábil
em 10/02
59

7. É O RELATÓRIO.

DA ANÁLISE

Preliminares

8. A DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF devolveu ao representante legal do Município o prazo para impugnação apenas quanto ao critério “*Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*”. Destarte, o referido decisório não devolveu ao representante legal do Município o prazo de defesa quanto aos demais critérios sancionados no referido decisório “*Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*” e “*Escrituração de acordo com o Plano de Contas*”. Assim sendo, cabe assentar que o Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 259/2015 em questão já se encontra resolvido no mérito quanto aos critérios “*Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*” e “*Escrituração de acordo com o Plano de Contas*”.

8.1. Convém ressaltar ainda que, na fase em que se encontra o Processo, a documentação enviada no que concerne aos critérios “*Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*” e “*Escrituração de acordo com o Plano de Contas*” será recepcionada como JUSTIFICATIVAS DE REGULARIZAÇÃO, na forma preconizada pelo artigo 17, *caput*, da Portaria MPS nº 530/2014 e analisados pelo procedimento de auditoria-fiscal indireta, na qual será verificada a comprovação da regularização ou adequação do(s) critério(s) registrado(s) como **IRREGULAR(ES)**, após o que será decidido pela manutenção ou não da(s) irregularidade(s) sancionada(s).

8.2. Quanto ao critério “*Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*” a documentação enviada será analisada como IMPUGNAÇÃO do representante legal do Município, em face da reabertura de prazo para defesa contida na DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF.

Mérito

9. Quanto ao critério “*Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*” assiste razão à defesa apresentada pelo representante legal do Município, que juntou documentação comprovando que na apuração das despesas administrativas pela auditoria foram incluídas as despesas de administração do SHOPPING, despesas essas que devem ser suportadas pelo investimento. Destarte, o apontamento quanto à utilização indevida de recursos previdenciários no valor originário de **R\$536.117,20** (QUADRO a seguir) deve ser considerado insubsistente.

Subitem 6.3.2 do relatório de auditoria da NAF nº 0239/2015 (Excesso de despesas administrativas)	
Competência	Valor originário
DEZ/2011	451.279,36
DEZ2012	84.837,84
Total	536.117,20

9.1. Registre-se que, embora elidida a irregularidade no critério “*Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*” quanto ao Processo Administrativo Previdenciário - PAP Nº 259/2005, deverá ser mantido o status do Ente Federativo na condição de

IRREGULAR no mencionado critério, tendo em vista que o Município já se encontra irregularizado no citado critério em decorrência de auditorias anteriores, em face de decisões exaradas no Processo Administrativo Previdenciário - PAP Nº 061/2005, por meio da DECISÃO-NOTIFICAÇÃO MPS/SPS/DRPSP/CGAAI Nº 051/2006 e da DECISÃO DE RECURSO - DR MPS/SPS Nº 053/2006, decisórios estes que se encontram reproduzidos nos subitens 14.6.1.1.1 e 14.6.1.1.2 da DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF.

10. Quanto ao critério “*Escrituração de acordo com o Plano de Contas*”, no que concerne à escrituração contábil de acordo com o Plano de Contas adotado para os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, não consta dos apontamentos da auditoria que a Unidade Gestora do RPPS não esteja adotando o Plano de Contas previsto nas normas. No que concerne à segregação contábil, em face de segregação de massas, cabe frisar que conforme já ficou exaustivamente explicitado, a segregação de massas no âmbito do RPPS do Município não foi implantada. De outra parte, os valores (diferenças) apontados pela auditoria não significam por si sós que existem diferenças entre a contabilidade e extratos bancários, uma vez que a própria auditoria atesta que não foi feita a conciliação bancária para se chegar aos valores apontados.

10.1. POR OUTRO LADO, a justificativa carreada aos autos apresenta conciliação bancária da escrita contábil cotejada com os extratos bancários, onde é apresentado o seguinte resultado, conforme explicitado nos QUADROS a seguir.

Conciliação bancária x Escrita contábil	
Item	Ano 2011
Diferença a menor escrita contábil	19.587,32
Diferença a menor escrita contábil	796,66
Diferença a menor escrita contábil	44.969,78
Diferença a maior escrita contábil	- 704,59
Diferença a menor escrita contábil	100,00
Diferença a menor escrita contábil	17.995,36
Diferença a menor escrita contábil	5.472,88
Total lançado a menor escrita contábil	88.217,41
Valor apontado pela auditoria	-76.042,93
Diferença	12.174,48

Conciliação bancária x Escrita contábil	
Item	Ano 2012
Diferença a menor escrita contábil	24.560,08
Diferença a maior escrita contábil	- 745,22
Diferença a menor escrita contábil	164.405,08
Diferença a maior escrita contábil	- 960,38
Diferença a maior escrita contábil	- 159,38
Diferença a menor escrita contábil	6.795,93
Diferença a maior escrita contábil	- 1.139,06
Total lançado a menor escrita contábil	192.757,05
Valor apontado pela auditoria	-215.401,09
Diferença	- 12.644,04

Conciliação bancária x Escrita contábil	
Item	Ano 2013
Diferença a menor escrita contábil	20.233,11
Diferença a maior escrita contábil	- 590,53
Diferença a menor escrita contábil	138.205,59
Diferença a maior escrita contábil	- 4.181,84
Diferença a maior escrita contábil	- 7.085,77
Diferença a menor escrita contábil	7.275,72
Diferença a maior escrita contábil	- 1.978,36
Diferença a maior escrita contábil	- 7.274,94
Total lançado a menor escrita contábil	144.602,98
Valor apontado pela auditoria	-144.561,05
Diferença	41,93

Conciliação bancária x Escrita contábil	
Item	Ano 2014
Diferença a menor escrita contábil	34.131,22
Diferença a maior escrita contábil	- 4.676,11
Diferença a menor escrita contábil	53.152,84
Diferença a maior escrita contábil	- 6.262,95
Diferença a maior escrita contábil	- 9.890,06
Diferença a menor escrita contábil	6.825,83
Total lançado a menor escrita contábil	73.280,77
Valor apontado pela auditoria	-76.517,47
Diferença	- 3.236,70

Conciliação bancária x Escrita contábil	
Item	Ano 2015
Diferença a menor escrita contábil	121.345,23
Diferença a maior escrita contábil	- 5.923,19
Diferença a menor escrita contábil	29.426,18
Diferença a maior escrita contábil	- 5.587,95
Diferença a maior escrita contábil	- 9.296,94
Total lançado a menor escrita contábil	129.963,33
Valor apontado pela auditoria	-384.084,80
Diferença	- 254.121,47

10.2. De acordo com o apontado pela auditoria, o somatório do fluxo da diferença entre extratos bancários e escrita contábil soma **R\$896.607,34** (76.042,93 + 215.401,09 + 144.561,05 + 76.517,47 + 384.084,80) nos anos de 2011 a 2015. Por outro lado, o somatório do fluxo de diferenças, depois de feita a conciliação bancária, importa em **R\$257.785,80** nos anos de 2011 a 2015. Tal diferença, após a conciliação bancária, **denota que a escrita contábil**, em face de não ter sido feita a conciliação por ocasião de seu fechamento, **apresenta um saldo de R\$257.785,80 a menor do que os recursos financeiros que constam dos extratos bancários.**

10.2.1. POR OUTRO LADO, essa falta não caracteriza escrituração em desacordo com o Plano de Contas, uma vez que se trata de procedimento contábil. Ademais, consta que a auditoria fez

proposição de REPRESENTAÇÃO ADMINISTRATIVA quanto à questão, para encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE-MG. Destarte, se for o caso de se refazer a escrita contábil para sanar a discrepância, entendemos que tal determinação deve partir do TCE-MG, Órgão responsável pela aprovação das contas do Município, incluída nessa aprovação as contas da Unidade Gestora do RPPS.

10.2.1.1. Ainda, segundo documentação enviada pelo PREVMOC e que acostamos às fls. 1.067/1.601 dos autos, composta por BALANCETE DE VERIFICAÇÃO do período 01/01/2016 a 31/10/2016; MAPA DA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA, EXTRATO BANCÁRIO SINTÉTICO, EXTRATOS BANCÁRIOS ABERTOS (aplicação e conta-corrente), verifica-se evidência de que a escrita contábil da Unidade Gestora do RPPS está sendo feita observando-se a devida conciliação entre a escrita contábil e os extratos bancários.

10.3. DE TODO O EXPOSTO, **PROponho** **REGULARIZAR** o Ente Federativo no CADPREV quanto ao critério “*Escrituração de acordo com o Plano de Contas*”, devendo uma cópia do presente Despacho ser enviada para a Coordenação de Auditoria a título de SUBSÍDIO ao próximo trabalho de auditoria do RPPS de Montes Claros - MG.

11. Quanto ao critério “*Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*”, cabe frisar que a auditoria não apontou provável débito e sim apontou débito de contribuições sobre auxílio-doença no período de janeiro/2008 a julho/2015, no valor originário de R\$2.037.188,04, conforme explicitado do item 10 ao subitem 10.1.1.1 da DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF. Contra essa dívida apontada pela auditoria não cabe mais recurso administrativo do Município, cabendo apenas a comprovação do pagamento ou parcelamento do valor originário acrescido de atualização e os devidos acréscimos legais devidos.

11.1. Quanto à solicitação de prazo para pagar ou parcelar a dívida, PROPOMOS que a mesma seja indeferida, tendo em vista que as normas do Processo Administrativo Previdenciário - PAP (Portaria MPS nº 530, de 24/11/2014) não vislumbram esta possibilidade.

11.2. Como também não pode prosperar o pedido para alterar a condição do critério “*Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*” para o status de EM ANÁLISE, uma vez que o Ente Federativo já se encontra sancionado no CADPREV neste critério, em face de decisões transitadas em julgado no Processo Administrativo Previdenciário - PAP Nº 061/2005 e Processo Administrativo Previdenciário - PAP Nº 229/2011, referentes a auditorias anteriores levadas a cabo no RPPS em questão, conforme exaustivamente explicitado no presente Despacho.

CONCLUSÃO

12. **Considerando** o exposto na ANÁLISE retro, e **considerando** tudo mais que dos autos consta, **PROponho**:

I) Critério “*Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*”: **MANTER**, no CADPREV, o status do Ente Federativo na condição de **IRREGULAR**;

II) Critério “*Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa*”: as irregularidades foram sanadas quanto ao PROCESSO ADMINISTRATIVO

PREVIDENCIÁRIO - PAP nº 259/2015; **NO ENTANTO**, deverá ser mantido o *status* do Ente Federativo como **IRREGULAR** no mencionado critério, tendo em vista que o Município já se encontra nessa condição em decorrência de decisões exaradas no Processo Administrativo Previdenciário - PAP Nº 061/2005, por meio da DECISÃO-NOTIFICAÇÃO MPS/SPS/DRPSP/CGAAI Nº 051/2006 e DECISÃO DE RECURSO - DR MPS/SPS Nº 053/2006, decisões estas que se encontram reproduzidas nos subitens 14.6.1.1.1 e 14.6.1.1.2 da DECISÃO DE RECURSO - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF;

III) Critério “Escrituração de acordo com o Plano de Contas”: **ALTERAR**, no CADPREV, o *status* do Ente Federativo de **IRREGULAR** para **REGULAR**;

IV) Enviar o presente Despacho ao representante legal do Ente Federativo, com cópia para o gestor do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC, para conhecimento;

V) Enviar uma cópia do presente Despacho para a Coordenação de Auditoria, a título de SUBSÍDIO ao próximo trabalho de auditoria junto ao RPPS em questão, tendo em vista o contido no item 10 e subitens do presente Despacho.

13. À consideração dos Senhores Coordenador-Geral e Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP.

Brasília - DF, 6 de dezembro de 2016.


Geraldo da Costa

*Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Matrícula 0.887.817 - Contencioso da CGACI*

COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E INVESTIMENTOS - CGACI, em 6 de dezembro de 2016.

Referência: Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 259/2015.

Interessado: **MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS - MG.**

Assunto: Impugnação e Justificativas após Decisão de Recurso.

1. Visto. De acordo.

2. Encaminhe-se o presente Despacho ao Senhor Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP desta Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS/MF.


ALEX ALBERT RODRIGUES

Coordenador-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos

DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP, em 6 de dezembro de 2016.

Referência: Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 259/2015.
Interessado: **MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS - MG.**
Assunto: Impugnação e Justificativas após Decisão de Recurso.

1. **Considerando** a análise retro procedida na **IMPUGNAÇÃO** e **JUSTIFICATIVAS** decorrentes da **DECISÃO DE RECURSO** - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF, e **considerando** tudo o mais que dos autos consta, no que couber, **DECIDO** e **RATIFICO**:

I) Critério “**Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa**”: **MANTER**, no CADPREV, o *status* do Ente Federativo na condição de **IRREGULAR**;

II) Critério “**Utilização dos Recursos Previdenciários - Decisão Administrativa**”: as irregularidades foram sanadas quanto ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO** - PAP nº 259/2015; **NO ENTANTO**, deverá ser mantido o *status* do Ente Federativo na condição de **IRREGULAR** no mencionado critério, tendo em vista que o Município já se encontra nessa condição em decorrência de decisões exaradas no Processo Administrativo Previdenciário - PAP Nº 061/2005, por meio da **DECISÃO-NOTIFICAÇÃO MPS/SPS/DRPSP/CGAAI** Nº 051/2006 e **DECISÃO DE RECURSO** - DR MPS/SPS Nº 053/2006, decisões estas que se encontram reproduzidas nos subitens 14.6.1.1.1 e 14.6.1.1.2 da **DECISÃO DE RECURSO** - DR Nº 041/2016/DRPSP/SPPS/MF;

III) Critério “**Escrituração de acordo com o Plano de Contas**”: **ALTERAR**, no CADPREV, o *status* do Ente Federativo de **IRREGULAR** para **REGULAR**;

IV) **Enviar** o presente Despacho ao representante legal do Ente Federativo, com cópia para o gestor do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC, para conhecimento;

V) **Enviar** uma cópia do presente Despacho para a Coordenação de Auditoria, a título de **SUBSÍDIO** ao próximo trabalho de auditoria junto ao RPPS em questão, tendo em vista o contido no item 10 e subitens do presente Despacho.

2. Retornem-se os autos ao Contencioso da Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos - CGACI, para as providências pertinentes.



NARLON GUTIERRE NOGUEIRA

Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP
Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS/MF